

PUCRS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FÁBIO CANATTA DE SOUZA

**VIOLÊNCIA POLICIAL, DIREITOS HUMANOS E TELEJORNALISMO:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO CASO FALLET NO JORNAL NACIONAL,
JORNAL DA RECORD, SBT BRASIL E JORNAL DA BAND**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Ficha Catalográfica

C213v Canatta, Fábio

Violência policial, direitos humanos e telejornalismo : Uma análise da cobertura do caso Fallet no Jornal Nacional, Jornal da Record, SBT Brasil e Jornal da Band / Fábio Canatta. – 2021.

217.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Finger da Costa.

1. Violência policial. 2. Direitos Humanos. 3. Telejornal. 4. Jornalismo. 5. Morro do Fallet. I. Costa, Cristiane Finger da. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

FÁBIO CANATTA DE SOUZA

**VIOLÊNCIA POLICIAL, DIREITOS HUMANOS E TELEJORNALISMO:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO CASO FALLET NO JORNAL
NACIONAL, JORNAL DA RECORD, SBT BRASIL E JORNAL DA BAND**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Artes e Design - Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 18 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dr. Ana Carolina Temer - Universidade Federal de Goiás

Profa. Dr. Iluska Coutinho - Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Marcos Rolim - Centro Universitário Ritter dos Reis

Porto Alegre

2021

Aos 6.357 brasileiros mortos pela polícia em 2019

AGRADECIMENTOS

A alegria de finalizar este trabalho precisa ser compartilhada com algumas pessoas que, direta ou indiretamente, foram fundamentais nesta caminhada. Sem as quais, tudo teria sido ainda mais difícil.

Sou imensamente grato à minha orientadora. A professora Cristiane Finger topou uma mudança radical no rumo da pesquisa no meio do processo, o que me devolveu o estímulo e a paixão pela pesquisa. Cris, obrigado pelas orientações precisas e correções sempre rigorosas dos textos. A tua parceria foi muito importante.

As palavras do professor Juremir Machado – a quem eu admiro desde a época de aluno da graduação – na banca de qualificação ecoaram nas minhas reflexões em torno dos caminhos a seguir. Elas foram fundamentais na definição dos contornos finais do trabalho. Foi uma honra contar com a tua colaboração, professor.

Em meio a uma pandemia, que bagunçou a rotina de todos, a conclusão desta tese chegou, em determinado momento, a desaparecer do meu horizonte. Com dois filhos pequenos – que esbanjam energia e exigem toda a atenção do mundo – e as demandas das aulas remotas, finalizar o trabalho só foi possível graças à dedicação, o carinho e a parceria da minha companheira. Scheili, te amo.

Por fim, sou grato aos meus pais que me garantiram conforto, carinho e as melhores condições possíveis para estudar desde os primeiros anos de vida. Não tenho dúvida que, sem este apoio, um doutorado nunca teria feito parte dos meus planos. Em especial, à minha mãe, que sempre repetiu como um mantra a importância transformadora da educação. Mãe, tu tens absoluta razão!

“O climax do terror é alcançado quando o estado policial começa a devorar os seus próprios filhos, quando o carrasco de ontem torna-se a vítima de hoje.”

Hanna Arendt - 1986

RESUMO

O Brasil tem a polícia mais letal do mundo, com uma média de 18 vítimas diárias em 2019. O maior número de casos está localizado no estado do Rio de Janeiro, em especial, nas favelas. Uma delas, a do Fallet, localizada na região central da capital, foi o alvo principal de uma operação que resultou na morte de 15 pessoas. O objetivo é, a partir da cobertura jornalística deste caso e das suas circunstâncias, fazer o diagnóstico de como a violência policial é tratada nos quatro mais tradicionais telejornais da TV aberta no Brasil – Jornal Nacional, Jornal da Record, Jornal da Band e SBT Brasil. Para tal, a análise é instrumentalizada a partir da metodologia da análise de imagens em movimento proposta por Rose (2002). O interesse da pesquisa recai, em especial, sobre a importância editorial dispensada, a profundidade analítica das narrativas, os espaços de fala, o respeito à ética e aos direitos humanos. Para dar suporte à análise, o autor propõe uma reflexão teórica sobre a violência policial, a partir de Balestreri (1998), Soares (2006;2015) e Rolim (2008); direitos Humanos, com destaque para Bobbio (1992) e Flores (2009); a ética jornalística, com Bucci (2000) e Christofolletti (2008); a noção de transparência, com Kovach e Rosenstiel (2003); a importância da televisão no Brasil, com Wolton (1996), e a velocidade e a superficialidade das suas narrativas, sob a perspectiva, especialmente, de Chauí (2006) e Bourdieu (1997); por fim, um breve resgate sobre a ocupação dos morros cariocas, com Maiolino (2008) e Rocha (2016), e do narcotráfico, das facções criminosas e das milícias, essencialmente a partir de Moraes (2006) e Karam (2015). Em síntese, a tese aponta que a cobertura da operação no morro do Fallet se limitou ao factual; não ofereceu o aprofundamento, contextualização e problematização em torno do problema da violência policial; não houve diversidade nas vozes apresentadas nas reportagens, além da versão policial do confronto ser tratada como fato inquestionável em alguns momentos; a ética e os direitos humanos foram desrespeitados, em especial, no que diz respeito à presunção de inocência e à desumanização das vítimas. No pós-facto, o autor sistematiza onze sugestões para uma cobertura mais aprofundada, propositiva, transparente, comprometida com a dignidade humana, a cidadania e a construção da paz.

Palavras-chave: telejornal, reportagem, direitos humanos, violência policial, fallet

ABSTRACT

Brazil has the most lethal police in the world, with an average of 18 daily victims in 2019. The largest number of cases is located in the state of Rio de Janeiro, especially in the favelas. One of them, that of Fallet, located in the central region of the capital, was the main target of an operation that resulted in the death of 15 people. The objective is, based on the journalistic coverage of this case and its circumstances, to make a diagnosis of how police violence is treated in the four most traditional broadcast TV news in Brazil - Jornal Nacional, Jornal da Record, Jornal da Band and SBT Brasil . For this, the analysis is instrumentalized based on the methodology of analysis of moving images proposed by Rose (2002). The interest of the research falls, in particular, on the editorial importance dispensed, the analytical depth of the narratives, the speech spaces, the respect to ethics and human rights. To support the analysis, the author proposes a theoretical reflection on police violence, starting with Balestreri (1998), Soares (2006; 2015) and Rolim (2008); Human rights, with emphasis on Bobbio (1992) and Flores (2009); journalistic ethics, with Bucci (2000) and Christofolletti (2008); the notion of transparency, with Kovach and Rosenstiel (2003); the importance of television in Brazil, with Wolton (1996), and the speed and superficiality of their narratives, from the perspective, especially, of Chauí (2006) and Bourdieu (1997); finally, a brief rescue on the occupation of the hills of Rio de Janeiro, with Maiolino (2008) and Rocha (2016), and of drug trafficking, criminal factions and militias, essentially from Moraes (2006) and Karam (2015). In summary, the thesis points out that the coverage of the operation on Fallet was limited to the factual; it did not offer the deepening, contextualization and problematization around the problem of police violence; there was no diversity in the voices presented in the reports, in addition to the police version of the confrontation being treated as an unquestionable fact at times; ethics and human rights have been disrespected, especially with regard to the presumption of innocence and the dehumanization of the victims. In the afterword, the author systematizes eleven suggestions for more in-depth, purposeful, transparent journalistic coverage, committed to human dignity, citizenship and peace-building.

Keywords: TV news, reporting, human rights, police violence, fallet

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Diferenças entre o Jornalismo para a Paz e para a Guerra	55
Ilustração 2 – Reportagem do Jornal Nacional de 8 de fevereiro de 2019	142
Ilustração 3 – A repórter Mônica Teixeira gravou o boletim distante do local da operação	145
Ilustração 4 – Reportagem do Jornal Nacional de 14 de fevereiro de 2019...	146
Ilustração 5 – O nome do governador na imagem indica que ela foi captada pela assessoria de Wilson Witzel.....	150
Ilustração 6 – Reportagem do Jornal da Record de 8 de fevereiro de 2019..	151
Ilustração 7 – O repórter Tiago Américo aparece na reportagem em um local próximo ao fato	154
Ilustração 8 – Reportagem do Jornal do SBT de 8 de fevereiro de 2019.....	155
Ilustração 9 – A repórter Cláudia Ramos entrevista a familiar de um dos mortos na operação.....	160
Ilustração 10 – Reportagem do SBT Brasil de 12 de fevereiro de 2019.....	162
Ilustração 11 – Entrevista sem identificar a mãe de uma das vítimas da operação policial.....	166
Ilustração 12 – Reportagem do Jornal da Band de 8 de fevereiro de 2019...	167
Ilustração 13 – As imagens na vertical são um indício de que não foram gravadas pela reportagem	169
Ilustração 14 – comparativo entre as reportagens do dia 8 de fevereiro de 2019	170

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A VIOLÊNCIA	19
2.1 A VIOLÊNCIA NO BRASIL.....	22
2.2 A VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL.....	26
2.3 OS DIREITO HUMANOS	35
2.4 OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....	40
3. JORNALISMO E DEMOCRACIA	44
3.1 JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	46
3.2 JORNALISMO PARA A PAZ.....	53
3.3 JORNALISMO HUMANIZADO	60
3.4 ÉTICA NO JORNALISMO	62
3.5 DEONTOLOGIA	67
3.6 TRANSPARÊNCIA.....	74
4. TELEVISÃO E TELEJORNALISMO	83
4.1 TELEJORNAL	92
4.2 A REDE GLOBO E O JORNAL NACIONAL.....	99
4.3 A RECORD E O JORNAL DA RECORD.....	102
4.4 O SBT E O SBT BRASIL.....	106
4.5 O GRUPO BANDEIRANTES E O JORNAL DA BAND.....	110
5. O CASO FALLET	113
5.1 AS FAVELAS	113
5.2 O NARCOTRÁFICO.....	121
5.3 OS DESAFIOS DA REPORTAGEM NAS FAVELAS	128

5.4 O MORRO DO FALLET	121
5.5 A OPERAÇÃO POLICIAL.....	133
5.6 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	137
5.7 A COBERTURA DOS TELEJORNALIS	145
5.7.1 JORNAL NACIONAL.....	145
5.7.1.1 OPERAÇÃO POLICIAL NO RIO TERMINA COM 13 MORTOS	146
5.7.1.2 DELEGACIA DE HOMICÍDIOS E MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGAM AS CIRCUNSTÂNCIAS DAS MORTES DE 15 PESSOAS EM OPERAÇÃO POLICIAL	150
5.7.2 JORNAL DA RECORD.....	155
5.7.2.1 TREZE PESSOAS MORREM EM CONFRONTO ENTRE POLICIAIS E TRAFICANTES NO RJ.....	155
5.7.3 SBT BRASIL.....	159
5.7.3.1 POLÍCIA MATA 13 PESSOAS EM COMUNIDADE DO RIO SBT BRASIL	160
5.7.3.2 DEFENSORIA DO RIO OUVE FAMILIARES DAS 15 VÍTIMAS DA OPERAÇÃO EM SANTA TERESA	167
5.7.4 JORNAL DA BAND	171
5.8 PANORAMA GERAL.....	174
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
7. POSFÁCIO.....	189
REFERÊNCIAS.....	195
APÊNDICE A – PROFISSIONAL A.....	208
APÊNDICE B – PROFISSIONAL B.....	212
APÊNDICE C – PROFISSIONAL C	215

1. INTRODUÇÃO

As forças policiais no Brasil matam, em média, 18 pessoas por dia¹. É como se um cidadão fosse assassinado a cada 90 minutos por funcionários do Estado cuja missão constitucional² é fazer o policiamento ostensivo – aquele que é facilmente percebido pela população nas ruas – e preservar a ordem pública. As 6.357 vítimas da violência policial em 2019 fazem das polícias brasileiras as que mais matam no mundo, segundo a Anistia Internacional³.

O Rio de Janeiro tem o maior número absoluto de mortes ocasionadas por policiais do país: 1.810, o que dá uma taxa de 10,5 a cada 100 mil habitantes. Dito de outra forma: a cada 10 assassinatos cometidos pelas forças policiais no Brasil, 3 acontecem no Rio. Os fluminenses tem mais que o dobro de casos registrados na comparação com o segundo colocado. Em 2019, São Paulo registrou 867 vítimas fatais, o que representa uma taxa de 1,9 a cada cem mil pessoas. Para se ter uma ideia, a polícia norte americana fez 999 vítimas fatais no mesmo ano, o que significa um índice de 0,3 mortes a cada grupo de 100 mil⁴.

Em poucas horas do dia 9 de fevereiro de 2019, a polícia carioca matou 15 pessoas na região do morro do Fallet, no Centro do Rio de Janeiro. Nove delas estavam dentro da mesma casa, onde foram encontrados 198 cartuchos de fuzil e pistola. A comunidade denunciou que, mesmo rendidos e gritando por socorro, os homens foram executados. Os corpos foram retirados do local do crime e levados dentro de sacos ao hospital em furgões da polícia. A ação dificultou o trabalho da perícia técnica. Os laudos de necropsia receberam

¹ Número de pessoas mortas pela polícia cresce no Brasil em 2019; assassinatos de policiais caem pela metade. Disponível em: <https://tinyurl.com/yyadqn7x> Acessado em: 19.07.2020

² Constituição Federal do Brasil, capítulo III, artigo 144, § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

³ Amnesty International releases new guide to curb excessive use of force by police. Disponível em: <https://tinyurl.com/y3bzj6ov> Acessado em: 19.07.2020

⁴ People were shot and killed by police in 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/graphics/2019/national/police-shootings-2019/> Acessado em 12.12.2021

críticas de especialistas pela imprecisão e também pelo pouco tempo que levaram para ser produzidos.

A operação policial foi a mais letal dos últimos 12 anos no Rio de Janeiro⁵. Instituições brasileiras e internacionais ligadas aos direitos humanos denunciaram diversas violações na ação. A Defensoria Pública da União, depois de ouvir familiares e testemunhas, comparou o caso a outras chacinas cometidas por policiais. Por outro lado, a investigação conduzida pela Polícia Militar apontou que não houve qualquer transgressão dos soldados envolvidos. A Polícia Civil pediu o arquivamento do inquérito. O Ministério Público ainda não se manifestou.

O autor do presente trabalho teve contato com a operação do Fallet ao assistir um telejornal exibido em rede aberta de televisão. Naquele momento, a história contada pela reportagem provocou uma série de perguntas e inquietações que levaram à uma investigação, num primeiro momento, apenas curiosa. Porém, a compreensão da dimensão do fato e as novas interrogações que surgiam transformaram esta cobertura no ponto de partida para a presente pesquisa.

O objetivo geral do autor com este trabalho é investigar e analisar a cobertura do caso Fallet nos principais telejornais brasileiros e, partir do diagnóstico, obter indícios de como a violência policial é tratada de uma forma mais ampla no telejornalismo. O interesse recai, em especial, sobre a importância editorial dispensada, a profundidade analítica das narrativas, os espaços de fala, a transparência, o respeito à ética e aos direitos humanos.

Os problemas de pesquisa são: como a violência policial é retratada nos principais telejornais brasileiros? Há uma abordagem crítica? As reportagens analisam os problemas e os seus contextos? Como são tratados as vítimas e os autores dos crimes? As fontes de informações são diversas?

O objeto de pesquisa foi formado pela cobertura do caso Fallet feita pelos quatro mais tradicionais telejornais da TV aberta no Brasil: o Jornal Nacional, da Rede Globo; o Jornal da Record, da Record TV; o SBT Brasil, do SBT; e o Jornal da Band, da TV Bandeirantes. O *corpus* foi delimitado pelo conjunto de

⁵ PM conclui que policiais não cometeram crime em ação com 15 mortos no Fallet. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/pm-conclui-que-policiais-nao-cometeram-crime-em-acao-com-15-mortos-no-fallet.shtml> Acessado em: 20.12.2020

reportagens sobre a operação policial e os seus desdobramentos, produzidas por esses noticiários em uma semana, ou seja, em seis edições de cada um deles.

Depois de assistir as 24 edições dos telejornais, o autor chegou a um grupo de cinco reportagens e uma nota coberta. Estes conteúdos passaram para uma segunda fase de investigação orientada pela análise de imagens em movimento (ROSE, 2002). A metodologia foi desenvolvida especialmente para o exame de documentos audiovisuais, na intenção de valorizar os aspectos ligados às imagens, por acreditar que eles também podem revelar informações. A exploração do material tem três etapas: a transladação, quando a reportagem é transcrita em duas colunas – uma com a descrição dos aspectos visuais e outra com o texto –; a definição de unidades de codificação que orientaram a análise; e, por fim, a interpretação dos resultados.

Como fazer telejornalismo diário é tarefa complexa, que envolve desafios como: a incessante pressão do tempo; as dificuldades impostas muitas vezes pela limitação na estrutura física ou de pessoal; e ainda, no que diz respeito às reportagens sobre violência policial, a obscuridade do problema e as limitações de acesso aos locais e às fontes; o autor resolveu também apurar informações sobre as matérias com profissionais que participaram da cobertura do caso do Fallet. O objetivo foi elucidar alguns detalhes relacionados ao contexto, às condições de trabalho, às orientações editoriais e ainda entender como foram tomadas algumas decisões que impactaram nas características percebidas na observação das reportagens. Além disso, os relatos permitiram um aprofundamento das questões anteriormente levantadas na pesquisa e não respondidas na análise das matérias exibidas pelos telejornais em questão. A identidade dos profissionais foi preservada a fim de garantir uma maior liberdade na revelação das circunstâncias de trabalho nas suas empresas e também evitar a exposição dos mesmos num tema tão delicado, que envolve áreas conflagradas pela violência.

Para entender o status da pesquisa acadêmica sobre o assunto, o autor realizou um levantamento sobre dissertações e teses que analisam a violência policial no telejornalismo a partir dos mais diversos objetos de estudo. Para tanto, o inventário partiu de alguns filtros que permitiram a delimitação do universo de busca no período dos últimos 10 anos. Assim, usou-se os termos, combinados,

“televisão e violência policial” e “telejornalismo e violência policial”, nos seguintes bancos de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações⁶, Portal de Periódicos Capes⁷ e OATD – Open Access Theses and Dissertations⁸.

A exploração resultou em 14 trabalhos. Porém, a partir de uma leitura mais detalhada dos materiais, foi possível descartar as pesquisas que pouca ou nenhuma relação estabeleciam com a presente tese, visto que a maioria das análises apresentam como objeto de pesquisa os programas policiais, que ensejam uma lógica e um caminho distante do pretendido pelo autor. O interesse recaiu sobre os conteúdos que privilegiavam os telejornais generalistas e, também, sobre as dissertações e teses que tratavam da violência policial na televisão de uma forma mais geral e abrangente.

Dessa forma, a dissertação **A identidade das vítimas na representação da violência no telejornalismo: a cobertura do JN e do Profissão Repórter no território dos morros cariocas**, defendida em 2013, foi o trabalho que mais se aproximou da presente pesquisa. Luciano Teixeira analisa a representação dos morros cariocas em narrativas jornalísticas na perspectiva da construção do imaginário sobre esses locais. A pesquisa tem como objeto a cobertura do Jornal Nacional e do programa Profissão Repórter sobre os conflitos entre polícia e traficantes e o processo de reocupação, retomada ou pacificação do Morro do Alemão e da Favela da Rocinha no Rio de Janeiro.

Voltando à presente pesquisa, a tese desenvolvida é que, mesmo diante das limitações de tempo de produção e de espaço de divulgação do telejornalismo diário, é possível uma cobertura comprometida com os direitos humanos e capaz de contribuir na construção da paz no contexto da violência policial. A mudança passa, essencialmente, por uma reorientação editorial, pela

6 A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, a Biblioteca Digital reúne, em um só portal de busca, teses e dissertações defendidas em todo o país e por brasileiros no exterior. No site, há métrica que indica o número de visualizações de cada trabalho, fazendo um ranking – útil para identificar quais trabalhos estão sendo mais usados como referência.

7 O portal Periódicos Capes oferece acesso a textos completos e de artigos selecionados de mais de 21.500 revistas nacionais e internacionais.

8 O OATD.org pretende ser o melhor recurso possível para encontrar teses e dissertações de pós-graduação de acesso aberto publicadas em todo o mundo. Metadados (informações sobre as teses) vêm de mais de 1100 faculdades, universidades e instituições de pesquisa. A OATD atualmente indexa 4.660.285 teses e dissertações.

repactuação com princípios éticos e por um engajamento permanente com a solução dos conflitos.

Dessa forma, o trabalho foi construído a partir de quatro grandes eixos temáticos: a violência policial no contexto da violência urbana no Brasil; o jornalismo e a sua relação com a democracia, os direitos humanos, a paz e a segurança pública, a ética, a deontologia e a transparência jornalística; a televisão e os telejornais; e, por fim, a análise empírica da cobertura do caso do Fallet e uma reflexão a respeito do seu contexto – as favelas cariocas, o narcotráfico e os desafios da reportagem nos morros cariocas.

A discussão da violência parte de uma conceituação e análise teórica a partir de Michaud (1989) e Arendt (1985). Na sequência, é apresentado o cenário do problema no Brasil, com destaque para os seus aspectos geográficos – com foco especial no Rio de Janeiro –, raciais e as suas origens. Por fim, a discussão em torno da violência policial, suas raízes históricas, os dados do país e a ideia da seletividade entre as vítimas (ROLIM, 2008). São fundamentais também nesta discussão os autores Balestreri (1998) e Soares (2006; 2015).

A reflexão em torno dos direitos humanos leva em consideração a importância do regramento, das leis e das normas nacionais e internacionais. Porém, na perspectiva crítica desenvolvida por Bobbio (1992) e Flores (2009), a atenção é chamada para as diferenças entre os direitos proclamados e os efetivamente desfrutados pela população. No contexto brasileiro, o trabalho faz um resgate dos Planos Nacionais de Direitos Humanos e destaca a importância da Constituição Federal.

A noção de que o jornalismo é uma forma de conhecimento (GENRO, FILHO, 1983; TUCHMAN, 1983; GOMIS, 1997; MEDITSH, 2003) e que a imprensa é fundamental para que as pessoas possam ler o mundo, se posicionar na esfera pública e exercer a cidadania são o ponto de partida para o capítulo Jornalismo e Democracia. Os conceitos de Jornalismo de Segurança Pública (BEDENDO, 2013), Jornalismo para a Paz (GALTUNG, 2006) e Jornalismo Humanizado (IJUIM, 2017) são importantes para a crítica da mídia e também na reflexão teórica que dará suporte à análise empírica desta pesquisa.

A ética é examinada como pressuposto para o cumprimento da função social do jornalismo. Neste sentido, destaque para as contribuições de Bucci (2000) e Christofolletti (2008). Os autores entendem que a conduta ética está

conectada essencialmente com a defesa da democracia, dos direitos humanos e da pluralidade. O capítulo oferece ainda uma leitura de códigos de ética e manuais de conduta que orientam a ação dos jornalistas. O autor propõe um recorte destes documentos com destaque para as referências e proposições que possam contribuir para a observação da cobertura do caso em questão. Por fim, é feito o exame da transparência como um valor jornalístico (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003). Para colaborar com a discussão, é trazido o exemplo do *Trust Project* e um detalhamento dos seus indicadores, que também oferecem um aporte teórico à análise da cobertura em questão.

A televisão é compreendida como um instrumento de emancipação cultural, como uma importante forma de laço social e também de estar no mundo (WOLTON, 1996). Vale ressaltar a relevância da mídia como meio de comunicação no Brasil contemporâneo. A TV - que praticamente atingiu a universalização no País, presente em 97% dos lares - ocupa a liderança entre os meios apontados pela população como fonte de informação, com 63% da preferência. Em segundo lugar, a internet aparece ainda distante, com 26% das menções, embora tenha sido a plataforma que apresentou o maior crescimento nas edições mais recentes da Pesquisa Brasileira de Mídia⁹.

Por outro lado, a televisão é alvo de críticas pela superficialidade do seu conteúdo (ARBEX, 2001), em parte, consequência da velocidade característica da sua linguagem e do fluxo ininterrupto provocado pela lógica de grade de programação. A TV oferece uma leitura de mundo, em geral, sem contextualização, sem antecedentes e sem futuro (CHAUÍ, 2006), o que influencia numa certa futilidade e dramaticidade das suas narrativas (BOURDIEU, 1997).

Para fechar o capítulo, o autor traz uma breve síntese do histórico da televisão no Brasil (REZENDE, 2000) na perspectiva das quatro mais tradicionais emissoras do país: Rede Globo, Record TV, SBT e TV Bandeirantes. O foco do texto está no telejornalismo e nos principais telejornais destes canais,

⁹ A Pesquisa Brasileira de Mídia foi realizada pela última vez em 2016. O levantamento era pelo Ibope - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - a pedido da Secretaria de Comunicação do Governo Federal. O instituto ouviu mais de 15 mil pessoas em todas as unidades da federação sobre os hábitos de consumo de mídia. Nenhuma outra pesquisa foi divulgada depois desta data com tamanha abrangência.

respectivamente: Jornal Nacional, Jornal da Record, SBT Brasil e Jornal da Band.

O capítulo cinco faz um aprofundamento no estudo do objeto da pesquisa e do seu contexto, fundamentais para uma compreensão mais ampla do problema. Além de detalhar a operação do Fallet e as suas circunstâncias, o autor decidiu buscar a origem da formação das favelas nos morros cariocas (MAIOLINO, 2008; ROCHA, 2016); do narcotráfico, das facções criminosas e das milícias (MORAES, 2006; KARAM 2015); além de discutir alguns dos desafios colocados ao trabalho da imprensa nestes ambientes (NOBRE, 2005; TEIXEIRA, 2020; AMÉRICO, 2020). Por fim, é feita a análise da cobertura de cada um dos telejornais e do conjunto das reportagens.

Na conclusão, o autor propõe uma reflexão sobre os principais resultados do estudo e as inferências que foram feitas ao longo da pesquisa. Como uma tentativa de colaboração com o telejornalismo brasileiro, a partir da trajetória teórica e empírica deste trabalho, o posfácio reúne uma série de sugestões para uma reorientação da cobertura da violência policial. A ideia é que as proposições sirvam como ponto de partida para um trabalho comprometido com os direitos humanos e com a pacificação das áreas conflagradas pelo crime e pela violência.

2. A VIOLÊNCIA

Como a palavra violência pode assumir sentidos distintos conforme a sua utilização, faz-se necessária uma breve revisão etimológica do termo. A sua origem está no latim *violentia* que remete a *vis* e significa caráter violento ou bravo, força, vigor, potência, emprego de força física. Outro significado possível é quantidade, abundância, essência e força em ação. Para Michaud (1989), autor do livro "Violência", a etimologia evidencia a noção de uma força sem qualificação, que se transforma em violência apenas no momento que passa de um limite, quando perturba uma ordem, quando rompe acordos e regras que ordenam relações. A percepção do limite é determinada a partir de componentes históricos e culturais, cuja definição depende de aspectos institucionais, jurídicos, sociais e, inclusive, pessoais.

Michaud (1989) destaca que a expressão não tem um caráter neutro. Segundo ele, caracterizar uma ação ou uma atitude como violenta pode remeter a um tom negativo, principalmente nas perspectivas de denúncia ou de acusação, ou positivo, numa ideia libertadora, por exemplo. O que denota a multiplicidade de significados que a ideia de violência comporta na contemporaneidade. Ou seja, "[...] não existe violência, mas violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades" (MISSE, 1999, p. 38).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como "o uso intencional de força física ou poder, ameaçados ou reais, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resultem ou tenham grande probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação" (OMS, 2002).

O Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz (CIIP, 2002), pertencente à Universidade para a Paz das Nações Unidas, reuniu práticas violentas em cinco grupos.

a) Violência coletiva: quando a sociedade organizada em grupo é sujeito da violência direta.

b) Violência institucional ou estatal: quando a ação violenta tem como ator um agente ou uma instituição legitimada para o uso da força.

c) Violência estrutural: quando a violência surge dentro da estrutura social, a partir de desigualdades sociais.

d) Violência cultural: quando a violência está no ato de inferiorizar ou ignorar a identidade de outras pessoas ou de outro grupo.

e) Violência individual: quando se limita a uma ação individual e não organizada.

A conceituação proposta por Michaud (1989), de alguma forma, reúne os diferentes aspectos elencados acima numa definição mais abrangente de violência:

[...] um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 10-11).

Hannah Arendt (1985) reconhece a violência como parte integrante da vida animal, inclusive do ser humano, e da vida em sociedade. A filósofa e teórica política alemã considera o ódio e a violência como emoções naturais. A tentativa de livrar o homem desses sentimentos levaria, segundo ela, a um processo de desumanização. Em síntese, Arendt vê a agressividade e o mal como algo banal. A disposição para a agressividade seria parte da nossa condição, da mesma forma que a fome, o desejo sexual e a morte.

Arendt (1985) também apresenta uma reflexão sobre a violência na perspectiva da filosofia política. A autora evidencia a relação da agressividade com o poder, a partir de aproximações e distanciamentos. Sugere, inclusive, que para muitos teóricos políticos – tanto da esquerda, quanto da direita – a violência é considerada uma expressão do poder. Para ela, porém, a presença da violência remete ao esvaziamento do poder. A violência, completa, não promove causas e nem o progresso, mas pode ser útil para dramatizar determinada situação e captar a atenção da opinião pública.

Para evidenciar a sua leitura do conceito de violência, Arendt (1985) propõe uma conceituação de termos a fins, como poder, força e autoridade:

O “poder” é propriedade coletiva, de grupo, e existe enquanto houver ação conjunta, em comum acordo. “Quando dissemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome” (ARENDR, 1985, p.24).

A “força”, embora usada equivocadamente como sinônimo de violência, é um conceito relacionado às forças da natureza ou às forças das circunstâncias, em outras palavras, a força liberada a partir de movimentos físicos ou sociais.

A noção de “autoridade” pode ser aplicada às relações pessoais – como aquela existente entre um pai e um filho, por exemplo – ou profissionais – na qual está posta uma condição de obediência – sem que haja necessidade de qualquer meio coercitivo ou persuasivo.

Por fim, Arendt, distingue a “violência” dos demais termos por seu caráter instrumental. Ela exemplifica ao dizer que, mesmo a dominação mais tirânica e opressora, o domínio do senhor sobre os seus escravos – sempre superiores numericamente –, “não repousava em instrumentos de coerção superiores como tais, mas em uma organização do poder mais aperfeiçoada – isto é, na solidariedade organizada dos senhores” (ARENDR, 1985, p.28).

O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder. Tal coisa significa que não é correto pensar na não-violência como o oposto da violência; falar do poder não-violento é realmente uma redundância. A violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo (ARENDR, 1985, p.31).

Santos (2002) interpreta esta relação de forma diferente. Para ele, a violência é um dispositivo, uma ferramenta, do poder. A efetivação da agressividade aparece de forma concreta a partir do uso da força e da coerção na relação com o outro, resultando, assim, em um prejuízo social.

Para Marilena Chauí (2000), as diferentes formas de violência podem resultar no uso da força, para ir contra a espontaneidade, a vontade ou a liberdade de alguém. Ela sintetiza o ato violento como brutal e de violação da

natureza, do direito da justiça, das leis, dos costumes, do sagrado, das mulheres e dos mais fracos, o que dialoga com a perspectiva de análise da presente pesquisa.

O que se percebe como violência depende do grupo social em questão e sofre influência do contexto, de aspectos históricos e culturais.

Para alguns, a violência seria percebida como geradora do caos e da tragédia urbanas que caberia à segurança pública eliminar; para outros, é tida também como resultado do *modus operandi* dessa mesma segurança e, particularmente, das polícias que contribuiriam, desse modo, para reproduzir aquilo que seriam supostamente encarregadas de combater, reduzir, eliminar; constatação que põe a nu a tensão constante entre a articulação de lei e ordem sem ferir os direitos humanos, desafio maior das sociedades democráticas, no interior das quais os meios de comunicação de massa reivindicam papel cada vez mais hegemônico, tanto na dimensão material, leia-se econômica, como simbólica ou ideal, leia-se cultural (PORTO, 2008, p.214).

Um estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em 2019, apontou que o mundo registrou em 2017 mais de 463 mil homicídios. O relatório indica que, em números absolutos, o Brasil e a Nigéria, que juntos somam cerca de 5% da população mundial, foram responsáveis por 28% dos homicídios do planeta. A taxa brasileira é de 30,5 para cada 100 mil habitantes, cinco vezes maior que a média global¹⁰.

2.1 A VIOLÊNCIA NO BRASIL

Quase sessenta mil pessoas foram assassinadas no Brasil no ano de 2018. O número corresponde a uma taxa de 28,8 mortes a cada 100 mil habitantes e é o menor desde 2013. Porém, a diminuição da violência letal no Brasil vem acompanhada de um diagnóstico preocupante: o aumento em 25% no número de registros de mortes sem esclarecimento na comparação com

¹⁰ Homicídios mataram mais que conflitos armados em 2017, diz ONU. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/07/08/homicidios-mataram-mais-que-conflitos-armados-em-2017-diz-onu.ghtml> Acessado em: 12.12.2020

2017. Para os pesquisadores, a precariedade no registro das informações é a principal explicação para a queda no número de homicídios.

Os dados fazem parte do Atlas da Violência¹¹, a principal pesquisa sobre o tema no Brasil. O documento é produzido anualmente pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O estudo tem como base de dados os números apresentados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde.

O caso de São Paulo é ilustrativo da dimensão do impacto da fragilidade no lançamento dos dados. O Estado registrou 8,2 homicídios para cada grupo de 100 mil pessoas. O número de mortes indeterminadas, se transformado em índice, é de 9,4 a cada 100 mil pessoas. Ou seja, tem mais óbitos por causas indeterminadas do que por assassinatos. Os responsáveis pelo levantamento destacam algumas situações consideradas escandalosas. Por exemplo, há o registro de 549 mortos por arma de fogo entre aqueles casos cuja causa da morte não foi esclarecida.

Segundo os pesquisadores, o problema é resultado da falta de estrutura e de treinamento dos Institutos Médicos Legais (IML), das polícias, das perícias técnicas e das secretarias da saúde. Porém, eles ressaltam também o impacto da ascensão de um movimento de restrição ao compartilhamento e à transparência dos dados, que desconsidera a relevância da informação como bem público e fundamental para a formulação de políticas de Estado.

Quando a análise faz a distinção por raça, os números parecem indicar realidades de países diferentes. Entre todos os mortos por assassinato em 2018, 75,7% eram negros. A taxa de homicídios saltou de 34 para 37,8 por 100 mil habitantes entre 2008 e 2018, o que representa aumento de 11,5% no período. Já os assassinatos entre os não negros no mesmo comparativo registraram uma diminuição de 12,9% (de uma taxa de 15,9 para 13,9 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes).

¹¹ Atlas da violência 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020> Acessado em: 12.12.2020

A proporção de assassinatos no Brasil é de um não negro para cada 2,7 negros. Em alguns Estados da Federação a disparidade é ainda maior. Em Alagoas, por exemplo, a cada 18 vítimas de homicídio, 17 são negras¹². Os responsáveis pelo estudo apontam duas questões como determinantes na reflexão sobre estas diferenças: na média, menor remuneração no mercado de trabalho e menos acesso à educação, o que torna este grupo de pessoas mais vulnerável à violência, além da imagem preconceituosa do negro como alguém perigoso, ameaçador e ligado ao crime.

Este processo pode acontecer por vários canais, seja via relações interpessoais, seja via racismo institucional, como, aliás, o ditado bastante popular nos meios policiais deixa sintetizado: “negro parado é suspeito, negro correndo é bandido”. Por outro lado, o próprio papel da mídia é importante neste processo, não apenas pela estigmatização da população afrodescendente, como acontece em vários programas policiais, bem como na atenção desproporcional às mortes de brancos e indiferença às mortes de indivíduos negros, que terminam ditando a dinâmica das operações de persecução criminal (CERQUEIRA, COELHO, 2017, p.30 e 31).

Em um estudo aprofundado sobre a relação entre a violência letal e a raça, Daniel Cerqueira e Danilo Santa Cruz Coelho (2017) produziram uma amostra probabilística a partir da comparação entre o conjunto de mortos no Rio de Janeiro no ano de 2010 e as informações sobre os residentes na cidade a partir do censo demográfico daquele ano. Foram considerados os dados relativos à escolaridade do indivíduo, ao local de residência, à idade, ao estado civil e aos fatores socioeconômicos. Com isso, os pesquisadores chegaram à seguinte conclusão: uma pessoa negra tem 23,5% a mais de chances de sofrer um homicídio na cidade. Entre os adolescentes (14 a 17 anos), os não negros têm 74,6% menos chance de se tornarem vítimas. Porém, o risco do adolescente negro e do adulto negro é idêntico.

Um levantamento realizado de junho de 2018 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo federal calculou o quanto a violência cometida contra jovens impacta na economia do país. O estudo apontou que o Brasil perde cerca

¹² O IBGE define o grupo de não negros formado por brancos, amarelos e índios. Enquanto o de negros representa a soma da população preta e parda

de R\$ 550 mil para cada pessoa de 13 a 25 anos morta vítima de homicídio. O cálculo levou em consideração os valores que o país deixa de movimentar com a capacidade produtiva da vítima, além dos custos em saúde, na justiça e de encarceramento dos envolvidos em cada morte.

Em relação ao gênero, o número de assassinatos de mulheres cresceu 4,2% entre 2008 e 2018. Foram 4.519 as vítimas de homicídio no Brasil. Um aumento puxado pelos Estados do Ceará (278,6%), Roraima (186,8%) e Acre (126,6%). O grande incremento em algumas regiões do país apresenta duas motivações centrais segundo o estudo: o crescimento da violência doméstica – uma constante nos últimos três anos (2016, 2017 e 2018) – e a multiplicação no número de mulheres vítimas do tráfico de drogas, seja por envolvimento próprio ou do marido com o crime.

Benevides contesta a tese preconceituosa de que a miséria isoladamente é geradora de violência. Ela aponta outras deficiências, como dissolução dos vínculos sociais e dos valores comunitários, além da ausência ou da precariedade das estruturas que podem dar apoio em momentos de fragilidade, como fundamentais na marginalização do sujeito.

Uma comunidade pobre não produz necessariamente criminosos e marginais. É sua desintegração, a destruição das famílias, é a falta de perspectivas de vida ordenada a partir do trabalho, 'a falta de esperança de muita gente' (como diz Dom Paulo Evaristo, cardeal de São Paulo) que propicia condições de marginalidade e, daí eventualmente, de criminalidade (BENEVIDES, 1983, p.48).

Em 1980, o Senado instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas da crescente violência urbana no Brasil na época e, a partir delas, colaborar com o executivo no enfrentamento do problema. O relatório final da CPI foi aprovado em 1982 e fez as seguintes proposições: esforço dos poderes e da sociedade no enfrentamento do analfabetismo e de carências sociais na busca de mais justiça social; resolver o problema do menor abandonado; reformular os sistemas penal e penitenciário, além de unificar as polícias militar e civil. O documento citava ainda a importância do cumprimento dos códigos de ética por parte das forças de segurança. O fato de praticamente

todas as sugestões ainda serem pertinentes na realidade brasileira de 2020 é um indicativo da dimensão e da complexidade do desafio que o combate à violência urbana significa no país.

2.2 A VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL

O sociólogo alemão Max Weber criou um conceito há mais de cem anos que ainda hoje é utilizado, em especial, na ciência política e no direito. Weber diz que o Estado é o agrupamento humano que, dentro dos limites legais do seu território, “reivindica de forma bem sucedida o monopólio da violência física legítima” (s/d, p.56). Porém, basta conhecer um pouco da realidade do Brasil para perceber que as forças policiais tem rotineiramente ultrapassado a fronteira da legitimidade, torturando ou mesmo executando criminosos e supostos bandidos.

O papel legal da polícia, sintetizado por Soares (2006), é proteger direitos; garantir liberdades; preservar vidas; assegurar a dignidade; e, quando preciso, empregar a força, respeitando a proporcionalidade da resistência e os riscos oferecidos a policiais e inocentes pela ação e por uma eventual reação do suspeito. Acima de tudo, cabe aos policiais garantir o cumprimento das leis e, por consequência, das garantias e liberdades individuais consolidadas pela Constituição Federal. “No estado democrático de direito quem faz as leis, quem julga e quem garante o seu cumprimento e executa as suas determinações não são os mesmos personagens nem se situam nas mesmas instituições” (SOARES, 2011, p.107).

A primeira polícia militar brasileira é a do Rio de Janeiro. Criada em 13 de maio de 1809, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia é o embrião da PM fluminense. A inspiração veio do modelo francês, com uma polícia militarizada e outra de estatuto civil. Em 1936 foi criada a primeira legislação federal que propôs a organização das forças de segurança pública. “O espelhamento institucional com a tropa militar terrestre transformou as polícias militares em

pequenos exércitos, acarretando a inevitável compreensão do ser policial militar não como um serviço público que pode usar a força, mas como uma força garantidora da ordem” (PEREIRA et.al, 2015, s.p).

A violência policial é definida por Rolim (2008) como “o uso desnecessário e abusivo de meios coercitivos ou o emprego de métodos abertamente criminosos – como a tortura e/ou a execução de suspeitos” (p.45). No Brasil, maus tratos, brutalidades e homicídios cometidos pela polícia são uma constante em sua história. Mesmo com a democratização e o fim da ditadura, desde meados da década de 1980, episódios de violência ilegítima do Estado ainda fazem parte da rotina da população, em especial, nas periferias (ADORNO, 1995; TAVARES DOS SANTOS, 2004).

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020¹³, policiais civis e militares - em serviço ou de folga - mataram 6.357 pessoas no ano de 2019, o que dá uma média de aproximadamente 18 mortes por dia. De cada 100 mortes violentas intencionais cometidas no Brasil, 13 tinham como autor um agente fardado do Estado. O número é 20% superior ao do ano anterior e, vale ressaltar, não inclui assassinatos. A estatística diz respeito apenas aos casos registrados pelos próprios policiais como “confronto”, nos quais as forças policiais não teriam deliberadamente agido na intenção de matar.

A retórica não é novidade e vem sendo aplicada há décadas como justificativa para chacinas nos morros e nas periferias. Benevides (1983) registrou que, entre os meses de janeiro e outubro de 1982, a Polícia Militar de São Paulo matou 345 pessoas. A justificativa oficial já adotada na época para a imensa maioria dos disparos foi a resistência à prisão, que resulta em um tiroteio – quase nunca periciado e sem policiais feridos – e a consequente morte dos “criminosos”.

¹³ O Anuário Brasileiro de Segurança Pública é produzido pela organização não-governamental Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A organização é integrada por pesquisadores, cientistas sociais, gestores públicos, policiais federais, civis e militares, operadores da justiça e profissionais de entidades da sociedade civil. Os anuários e outras pesquisas estão disponíveis em: <https://forumseguranca.org.br/> Acessados em: 30.06.2020

Enquanto o número de vítimas das polícias sobe constantemente desde 2013, o número de policiais mortos em confrontos ou execuções, contraditoriamente, vem caindo. Conforme o Anuário, foram 373 em 2017, contra 243 em 2018, o que significa uma queda de 8%. A imensa maioria, 75%, foi assassinado fora do horário de trabalho e sem uniforme. Ou seja, fora dos ditos confrontos.

Um relatório da Anistia Internacional de 2015¹⁴ já havia apontado a polícia brasileira como a que mais mata no mundo. O documento assinala duas realidades muito graves nestes crimes: execuções e impunidade. Os pesquisadores analisaram 220 homicídios cometidos por policiais desde 2011. Neste grupo, a maioria das denúncias envolvia vítimas assassinadas depois de rendidas ou de feridas. Mesmo assim, 183 casos sequer tiveram a investigação concluída até a publicação do relatório em 2015.

Ignacio Cano (1997) é taxativo na sua análise sobre a polícia fluminense: os altos índices de letalidade a colocam num patamar de uma tropa em um contexto de guerra. O argumento do pesquisador é que, quando participa de confrontos, a PM mata muito mais do que morre, fere e captura o suposto criminoso. A interpretação do autor é que o problema não é consequência do despreparo, mas, essencialmente, de uma ação deliberadamente homicida. Cano expõe como evidência o fato de parte considerável das mortes apresentarem indícios de execução e acontecerem em circunstâncias nas quais as vítimas não apresentam qualquer tipo de ameaça.

Um dos principais veículos de imprensa do mundo, o The New York Times, publicou, em 18 de maio de 2020, uma reportagem com o título: “Licença para matar’: por trás do ano recorde de homicídios cometidos pela polícia no Rio”¹⁵. A apuração dos jornalistas aponta para um cenário no qual a polícia atira sem restrições e sem medo de punição, sob a proteção de superiores e políticos.

¹⁴ Polícia brasileira é a que mais mata no mundo, diz relatório. Disponível em: <https://cutt.ly/usNNmzC> Acessado em: 30.06.2020

¹⁵ Licença para matar: por trás do ano recorde de homicídios cometidos pela polícia no Rio. Disponível em: <https://www.nytimes.com/pt/2020/05/18/world/americas/rio-abuso-policia.html> Acessado em: 17.06.2020

A afirmação contida no texto baseia-se numa investigação sobre casos de homicídios cometidos por PMs num dos distritos mais violentos da cidade.

Em ao menos metade das 48 mortes causadas por policiais analisadas pelo The New York Times, os mortos foram baleados nas costas pelo menos uma vez, segundo autópsias, o que imediatamente levanta questionamentos sobre a ameaça iminente que justificaria tais mortes. Em 20 destes casos, os mortos foram baleados ao menos três vezes. E em todos os casos de homicídios por policiais revisados pelo Times, apenas dois policiais relataram ter sofrido qualquer ferimento. Um foi acidente autoinfligido: o agente se feriu com o disparo acidental de seu fuzil. O segundo policial tropeçou e caiu (ANDREONI; LONDOÑO, 2020).

O texto traz ainda outros números reveladores: uma em cada quatro mortes analisadas pelo Times tinha envolvimento de um policial que já respondia por pelo menos mais uma denúncia de homicídio. Metade dos policiais implicados nos casos pesquisados já havia respondido na justiça por algum crime. Por último, um deles já tinha sido suspenso para uma avaliação psicológica devido ao comportamento violento e a um número impressionante: em um ano, ele gastou mais de 600 cartuchos de armas de fogo. Levando em consideração a jornada máxima de um PM de 42 horas semanais, é como se ele tivesse feito, em média, um disparo a cada três horas de trabalho ao longo de onze meses ininterruptamente.

A violência policial é um mal que não atinge toda população da mesma forma. Para o diretor da Anistia Internacional no Brasil, Atila Roque¹⁶, jovens negros e moradores da periferia formam uma classe vista com medo pelo restante da população, o que reforça o comportamento violento da polícia em operações em favelas e comunidades pobres.

Podemos acrescentar a isso uma naturalização da violência que resulta em um grau alto de aceitação por parte da sociedade – alimentada por uma grande indiferença da grande mídia sobre

¹⁶ Entrevista concedida à Ponte Jornalismo e publicada no site da Anistia Internacional, uma organização não governamental que defende os direitos humanos com mais de 7 milhões de membros e apoiadores em todo o mundo. “Letalidade da PM é escandalosa, diz diretor da Anistia Internacional no BR”. Disponível em: <https://ponte.org/letalidade-da-pm-de-sp-e-escandalosa-diz-diretor-da-anistia-internacional-no-brasil/>. Acessado em: 17.06.2020

as circunstâncias em que essas mortes ocorrem – que acaba por considerar o que deveria ser percebido como um escândalo nacional, como um fato supostamente inevitável da luta contra o crime (CARAMANTE, 2014).

A seletividade no tratamento violento dispensado pela polícia atinge, em especial, pobres e excluídos, aqueles dos quais os gritos e protestos normalmente não são ouvidos pelo Estado e pela opinião pública. “Caso alguma denúncia seja feita, se dirá, tão somente, que o responsável por ela é um delinquente comum, um traficante, um bandido. Logicamente, pessoas com esse perfil ‘não têm do que se queixar’; devem é ‘pagar pelos seus crimes’” (ROLIM, 2008, p.48). E, dessa forma, setores influentes da opinião pública tornam-se cúmplices do crime e da barbárie.

Na verdade, quando se constrói um imaginário social em que os próprios policiais se definem como ‘combatentes’ e no qual se promove um enfoque absoluto na necessidade de ‘derrotar o crime’, os próprios policiais são estimulados a perceber os valores legais muito mais como restrições à sua eficiência do que como objetivos aos quais devam se vincular (ROLIM, 2008, p.48).

Na mesma perspectiva, Chauí analisa que a violência policial contra as classes “subalternas” é, de alguma forma, reforçada pelos estigmas de culpa e suspeita que a periferia carrega aos olhos da classe média e, também, dos próprios marginalizados. Para a pesquisadora, a origem deste processo está localizada no período de exceção vivido pelo Brasil entre 1964 e 1985. Foi na ditadura civil-militar que foram desenvolvidos instrumentos para repressão e tortura dos prisioneiros políticos, agora “transferidos para o tratamento diário da população trabalhadora” (2006, p.108). A herança é uma ideologia vigente até hoje que entende e explica a miséria como causa da violência.

Rolim (2008) tem entendimento semelhante. Para ele, o Estado brasileiro tem a tradição de submeter a polícia às suas lógicas e dinâmicas. No Estado Novo¹⁷, por exemplo, a polícia fez o trabalho sujo da repressão política. “No

¹⁷ O Estado Novo é como ficou conhecido o regime político instaurado por Getúlio Vargas em novembro de 1937, que perdurou até janeiro de 1946. O anticomunismo e o autoritarismo eram duas das suas características mais importantes.

período mais recente, duas décadas de ditadura militar e de comprometimento das estruturas policiais com a repressão ilegal e clandestina contribuíram muito para marcar as polícias brasileiras com exemplos de crueldade e covardia” (ROLIM, 2008, p.46).

Não há dúvidas que, via de regra, a polícia age conforme a lei e dentro dos padrões de comportamento esperados de servidores públicos cuja missão é zelar pela segurança da população, respeitando os direitos e as liberdades individuais. Por outro lado, como demonstrado, acontecem importantes desvios que não podem, sob qualquer hipótese, ser ignorados ou minimizados. “E essas exceções fazem necessário repensar toda a Polícia, pois representam ação indevida do Estado contra o cidadão. Representam violência ilegítima utilizada por quem tem o dever de proteger” (RUDNICKI, 2011, p.209).

O Brasil tem 56 polícias (27 PMs estaduais e 27 Polícias Civis estaduais, a Polícia Federal e a Rodoviária Federal). Cada uma delas possui um modo próprio de formar os seus profissionais, com cursos de diferentes durações – que pode variar de meses a anos – e os mais diversos currículos. Não há sequer um ciclo mínimo comum a todas elas. Até o método de classificação das informações relacionadas à segurança pública é distinto entre as unidades da Federação. Um cenário que praticamente impede a cooperação em torno de uma política nacional. “O máximo que compartilham é um jargão impregnado de valores que contrariam a Constituição. Jargão cada vez mais parecido com o vocabulário pobre, agressivo e preconceituoso do bandido” (SOARES, 2006, p.118).

Balestreri¹⁸ (1998) chama a atenção para outro aspecto da formação que talvez influencie a conduta violenta de muitos policiais. Na obra *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*, ele aponta que os futuros agentes de segurança passam, muitas vezes, por todo tipo de humilhação e perversidade, num desvio da ideia da hierarquia durante o treinamento. Algumas situações-limite de estresse psicológicos são usadas para, segundo o autor, “atiçar a raiva contra o inimigo”. Como ele explica neste trecho:

¹⁸ Ricardo Brisola Balestreri é autor e coautor de 17 livros sobre o tema violência policial, já presidiu a Anistia Internacional no Brasil e foi Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça durante o segundo governo do presidente Luís Inácio Lula.

Em muitas academias de polícia (é claro que não em todas) os policiais parecem ainda ser “adestrados” para alguma suposta “guerra de guerrilhas”, sendo submetidos a toda ordem de maus-tratos (beber sangue no pescoço da galinha, ficar em pé sobre formigueiro, ser “afogado” na lama por superior hierárquico, comer fezes, são só alguns dos recentes exemplos que tenho colecionado a partir da narrativa de amigos policiais, em diversas partes do Brasil) (p.13).

A brutalidade na conduta durante as operações, as deficiências técnicas apontadas por especialistas e a incompetência na hora de tomar decisões seriam algumas das consequências desta cultura enraizada dentro das corporações. Os futuros policiais, dessa forma, durante a própria formação profissional, são vítimas da violação dos seus direitos humanos.

Freixo (2015) considera um paradoxo que a nossa democracia conte com uma polícia moldada e estruturada a partir das forças de repressão do regime militar. Para ele, a mudança no comportamento dos soldados nas ruas e morros do Brasil depende essencialmente da desmilitarização, o que significaria o fim do vínculo com o exército, além de mudanças na formação, no regime disciplinar e na administração. As instâncias estaduais da Justiça Militar, que julgam policiais militares envolvidos em crimes graves, também seriam extintas com a mudança. Por fim, implicaria também na possibilidade de sindicalização, importante na luta por melhores condições de trabalho e de remuneração.

Em 2014 o Ministério Público considerou a situação de trabalho dos policiais militares nas Unidades de Polícia Pacificadora¹⁹ do Rio de Janeiro como análoga à escravidão. Sobre esta situação, o antropólogo, cientista político e especialista em segurança pública Luiz Eduardo Soares ouviu de um coronel da PM: “Não fôssemos militares, quem se submeteria a esse ultraje, a esse nível de exploração? Se os praças se organizassem em sindicato, o governo não ousaria esticar tanto a corda” (SOARES, 2015, sn). Nestas circunstâncias, como cobrar o respeito à constituição e aos direitos humanos da população?

O que costume denominar genocídio de jovens negros nas favelas e nas periferias, conduzido pelas forças policiais, não só militares, é a face mais tangível de um processo perverso que se estende até o sistema penitenciário, onde a destruição de

¹⁹ Mais informações sobre as UPPs no capítulo 5.1, a partir da página 117.

seres humanos tem ensejado as mais violentas reações, alimentando o ciclo vicioso conhecido e a temida espiral de dor e medo. Os agentes do Estado que cometem crimes são também vítimas, dentro e fora de suas instituições. Personagens desse mesmo drama macabro (SOARES, 2015, sn).

A violência policial é alimentada também pela escassez ou ineficiência dos meios de investigação. A média de homicídios elucidados a partir de inquérito policial é de ultrajantes 8% – fruto basicamente de flagrantes –, enquanto no Reino Unido é de 90%; na França, 80%; e nos EUA, 65%. Quando o investigado é um agente do Estado, as chances de uma apuração eficiente são ainda menores. Em uma pesquisa realizada em trezentos processos de óbito por intervenção policial, o delegado Orlando Zaccone identificou que 99% desses autos foram arquivados pelo MP em menos de três anos (KUCINSKI, 2015).

A frequência dos desvios dos agentes de segurança nas suas rotinas de trabalho forma também um dos mais seguros indicadores da deficiência profissional e da má-formação. “As melhores polícias do mundo são aquelas que aprenderam a controlar as possibilidades de emprego da força e que criaram uma cultura interna de respeito à diferença e de cordialidade no trato com os cidadãos” (ROLIM, 2008, p.45).

O maior massacre em série cometido pela polícia brasileira aconteceu em maio de 2006 em São Paulo. Nos dias 12 e 13, uma sequência de ações criminosas organizadas e executadas pelo Primeiro Comando da Capital²⁰ resultou na morte de agentes ligados à segurança pública. Nos dias seguintes, principalmente entre 14 e 17 de maio, 505 civis foram assassinados alegadamente em confronto com a polícia. Segundo o sociólogo Ignácio Cano, do Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a cronologia das mortes – primeiro os policiais e depois os civis – é uma das mais fortes evidências da relação entre os dois, de um acerto de contas (CAPRIGLIONE, 2015, s/p).

Rolim (2008) analisa as origens do problema a partir de uma série de circunstâncias vividas pelos policiais no Brasil: as condições inadequadas de trabalho, os riscos inerentes à atividade, os baixos salários e, em especial, as

²⁰ Mais informações sobre o PCC e outras facções criminosas no capítulo 6.2, a partir da página 117

cobranças de setores da opinião pública por melhores resultados, leia-se, aumento da violência e da arbitrariedade nas operações. O autor acredita que essas circunstâncias criam um ambiente que prejudica a autoestima do policial e estimula o desvio de comportamento em atos corruptos e violentos.

A sucessão de chacinas praticadas por policiais, a formação de grupos de extermínio, o hábito de entregar cadáveres em hospitais de pronto-socorro de forma a desconstituir a cena do crime, a prática tão corriqueira de relatar mortes em “autos de resistência” e as excursões punitivas e tantas vezes assassinas em morros e vilas populares – cujos resultados são muito frequentemente objeto de comemorações públicas por parte de “policiais justiceiros” –, ao lado das práticas, infelizmente ainda tão comuns, de espancamentos e torturas de suspeitos e de abusos sexuais e estupro, acompanham a instituição policial como uma maldição (ROLIM, 2008, p.46).

O cenário estabelece uma rotina de trabalho sem sentido para os policiais, que não pode encontrar justificativa em si mesma, e acaba sendo suportada a partir de “recompensas”, ou seja, de um significado atribuído por outras pessoas. Rolim (2008) cita uma pesquisa americana - na qual metade dos policiais disse ser “aceitável mentir para conseguir tirar um ‘mau sujeito’ da rua” - para ilustrar a situação na qual até o compromisso com a verdade perde qualquer propósito.

A violência degrada a polícia e seus efeitos são tão ou mais destrutivos que as práticas de corrupção. Ela destrói, também, os laços de confiança com as parcelas da população diretamente afetadas pelo medo da brutalidade policial, que são notadamente as mais pobres e as minorias, destacadamente negros e homossexuais (ROLIM, 2008, p. 45).

Outra questão que exige reflexão são os indicadores de qualidade usados para medir os resultados do trabalho na segurança pública. Um exemplo é a abordagem, uma prática rotineira nas periferias das capitais brasileiras. A consequência é que, enquanto em São Paulo são feitas cem abordagens para cada prisão, em Nova York, são feitas 12. No Rio de Janeiro, em 1995, os policiais fluminenses passaram a ser premiados por “atos de bravura”, uma iniciativa que ficou conhecida como “gratificação faroeste”. O resultado foi o crescimento exponencial do número de casos registrados como resistência à prisão seguida de morte.

A crítica ao desempenho da polícia poderia ser ainda maior se houvesse um sistema confiável de medição do seu desempenho. Porém, a performance é confundida com o relatório de atividade da corporação. Ao invés de medir de forma quantitativa e qualitativa o aumento ou a queda dos índices da criminalidade, os resultados se limitam a números de prisões e de apreensões de armas e drogas. É uma visão distorcida do processo, do meio, e daquilo que deveria ser o fim da ação policial. A lista de operações e as quantidades de entorpecentes ou de armamentos recolhidos, na verdade, nada diz sobre a eficácia da política desenvolvida. Culturalmente há uma negligência a qualquer processo avaliativo dentro das estruturas responsáveis pela segurança pública. Há também uma deficiência em profissionais capazes de interpretar os dados e produzir diagnósticos que possam embasar o planejamento operacional e as políticas públicas (SOARES, 2006, p.141).

Dessa forma, o problema constitui-se como uma falha estrutural cuja a origem e a manutenção pode ser localizada em três aspectos: primeiro, numa formação equivocada e deficiente das forças policiais; segundo, numa cultura que marginaliza e chancela a violência contra a parcela mais pobre da população, que tradicionalmente é a maior vítima da ação criminosa da polícia – visto que 57% da população concorda com a afirmação que “bandido bom é bandido morto²¹” –; por último, em terceiro, na soma de políticas públicas que só alimentam o ciclo de enfrentamento e combate, numa lógica de guerra, cujo o objetivo é o extermínio do “inimigo”, e não a solução dos complexos problemas envolvidos na questão. “O embrutecimento dessa polícia é também o da sociedade brasileira, um país em que se banalizaram o assassinato, o racismo, o desrespeito às leis e a corrupção” (MENA, 2015, sn).

2.3 OS DIREITO HUMANOS

A ideia de humanidade no Ocidente é resultado fundamentalmente do trabalho de alguns pensadores iluministas – em especial na França – que

²¹ Para 57% dos brasileiros, 'bandido bom é bandido morto', diz Datafolha. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/para-57-dos-brasileiros-bandido-bom-e-bandido-morto-diz-datafolha.html> Acessado em: 12.12.2020

alimentaram o movimento que resultou na Revolução de 1789. A reflexão proposta por eles desmontou o senso comum vigente de que a violência, o sofrimento e a barbárie das rotineiras sessões públicas de tortura e de execução de criminosos, bruxas e traidores do rei, por exemplo, tinham um caráter educativo e uma função preventiva. Os espetáculos de horror eram assistidos animadamente por toda a família. O objetivo era que as longas, sangrentas e cruéis mutilações de corpos vivos tivessem um caráter pedagógico e servissem como exemplo e ameaça a quem pensasse em desafiar o Estado, a lei ou a igreja (SOARES, 2011).

Entre os iluministas, um destaque especial ao italiano Cesare Beccaria, o responsável por fundar a tradição moderna de punição, que sucedeu as práticas bárbaras, e diferenciou claramente a noção de justiça e de vingança. A ideia do jurista – que também é considerado um dos mentores do direito penal moderno – é uma das precursoras dos direitos humanos, com base no respeito à singularidade, à liberdade e à autonomia de cada indivíduo.

Na contramão da violência do Estado, os direitos humanos valorizam cada indivíduo como portador de direitos naturais e como cidadão, isto é, enquanto membro respeitável de uma comunidade humana, o que implica considerá-lo igual em dignidade a todos os demais, independente da sua classe social, cor, gênero, religião ou nacionalidade (SOARES, 2011, p.24).

Os direitos humanos, neste contexto, emergem no século XVIII – embora seja preciso reconhecer as contribuições milenares das religiões judaico-cristãs – e são consolidados como um pensamento e uma cultura a partir da legitimação de três documentos históricos: a Declaração de Independência norte-americana, de 1776; a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada na França em 1789; e a Declaração Universal dos Direitos do Humanos, proclamada pela ONU em 1948. Eles simbolizam ainda a ascensão de uma cultura de paz que considera qualquer ato violento um mal.

Graças à linguagem, aos conceitos e aos valores dos direitos humanos, tornou-se impensável a escravidão, repugnante o racismo, absurda a intolerância religiosa, repulsiva a homofobia, vergonhosa a tortura, insuportáveis a misoginia e a dominação machista, injustificável a desigualdade de oportunidades, inaceitável o imperialismo (SOARES, 2011, p.24).

A expressão “direitos humanos” é utilizada em muitas circunstâncias como sinônimo de direitos essenciais, universais e elementares, contudo todas essas expressões referem-se aos direitos fundamentais do homem. A Organização das Nações Unidas²² (ONU) define os direitos humanos como aqueles intrínsecos a todos os seres humanos, independentemente das suas particularidades como sexo, raça, etnia, nacionalidade, idioma, religião ou qualquer outra condição. Entre eles, estão o direito à vida, à liberdade, à liberdade de opinião, à educação, entre outros.

Um dos pontos de partida da discussão sobre os direitos humanos são os desequilíbrios de poder e acesso aos direitos entre os indivíduos, as comunidades e as nações. É a partir da tensão e na distância entre ricos e pobres, fortes e fracos, homens e mulheres, que surge a necessidade de proteger aqueles que ocupam uma posição de desvantagem.

Numa democracia, o direito à igualdade pressupõe o direito à diferença. Não há contradição: igualdade não é sinônimo de homogeneidade, assim como diferença não é sinônimo de desigualdade. A desigualdade pressupõe hierarquia dos seres humanos, pois define a condição de inferior e superior (BENEVIDES, 2006, p.56).

Piovesan (2008) reflete sobre os direitos humanos numa perspectiva ética. Dessa forma, aponta que o homem que respeita os direitos humanos é aquele:

[...] que vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver as potencialidades humanas de forma livre, autônoma e plena. É a ética orientada pela afirmação da dignidade e pela prevenção ao sofrimento humano (p. 48).

O reconhecimento, a garantia e a proteção destes e de outros direitos estão expressos de diferentes formas em normas internacionais, declarações

²² A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma entidade intergovernamental criada para promover a cooperação internacional. Os seus objetivos incluem manter a segurança e a paz mundial, promover os direitos humanos, auxiliar no desenvolvimento econômico e no progresso social, proteger o meio ambiente e prover ajuda humanitária em casos de fome, desastres naturais e conflitos armados. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/> Acessado em: 22.07.2020

universais e nas constituições dos países democráticos. A paz aparece como pressuposto indispensável para tais condições. A certeza histórica de que a humanidade partilha de alguns valores comuns acontece a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

O documento foi formulado num período pós Segunda Guerra Mundial com o objetivo de reunir direitos básicos do homem. Para Bobbio (1992), a DUDH oferece um conjunto de ideias que não foram dadas objetivamente, mas subjetivamente aceitas por um grande conjunto de homens. Ela é resultado não da soma de normas jurídicas, mas de ideais comuns de povos de todo o mundo.

[...] a Declaração Universal representa um fato novo na história, na medida em que, pela primeira vez, um sistema de princípios fundamentais da conduta humana foi livre e expressamente aceito, através dos seus respectivos governos, pela maioria dos homens que vive na Terra. Com essa declaração, um sistema de valores é – pela primeira vez na história – universal, não em princípio, mas de fato, na medida em que o consenso sobre sua validade e sua capacidade para reger os destinos da comunidade futura de todos os homens foi explicitamente declarado (p.28).

Bobbio (1992) ressalta que é preciso ter consciência das diferenças entre o direito proclamado e o direito desfrutado de forma efetiva para compreender a sua real dimensão. Porém, este fato não diminui a importância do papel desempenhado pelas leis, normas e declarações. A DUDH é o documento constitutivo das Nações Unidas, além de servir como uma poderosa ferramenta de pressão diplomática internacional.

A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular às manifestações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novos carecimentos materiais ou morais; mas se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido (p.10).

A DUDH foi importante na descolonização de países africanos, em movimentos de resistência a regimes totalitário em vários países e também na assinatura de tratados internacionais – como a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979) e a

Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989) – que influenciaram constituições nacionais, normas jurídicas e a formulação de leis em todo o planeta.

Flores (2009) também defende uma visão crítica sobre os Direitos Humanos. Neste entendimento, as leis, acordos e normas internacionais - como a Declaração Universal dos Direitos Humanos - são importantes conquistas, mas não garantem à população de uma forma universal, como pode parecer, o exercício dos direitos por eles estabelecidos. Segundo o autor, não adianta afirmar a existência de um direito sem que existam as capacidades, as condições e os instrumentos para a sua prática efetivação. Ele ressalta que as circunstâncias particulares de cada indivíduo interferem na condição e no acesso aos direitos fundamentais.

Falamos, por conseguinte, dos processos de divisão social, sexual, étnica e territorial do fazer humano. Segundo a “posição” que ocupemos em tais marcos de divisão do fazer humano, teremos uma maior ou uma menor facilidade para ter acesso à educação, à moradia, à saúde, à expressão, ao meio ambiente, etc. Ocupam a mesma posição nos referidos sistemas de divisão do fazer humano os habitantes da Noruega e os que nasceram na Somália? Algo ocorre para que isso não seja assim. Começamos a lutar pelos direitos, porque consideramos injustos e desiguais tais processos de divisão do fazer humano. Para tanto, todas e todos precisamos dispor de condições materiais – e imateriais – concretas que permitam o acesso aos bens necessários para a existência (p.30).

Numa lógica ainda mais crítica, Chauí (2006) avança na análise da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão²³ e da Declaração dos Direitos Humanos. Em ambas, a propriedade privada, ressalta, aparece como um direito inalienável do homem, sem distinção clara entre o direito aos bens indispensáveis aos indivíduos e aos meios sociais de produção. Dessa forma, a leitura feita pela autora é que ambos documentos apontam para a defesa daqueles que tem propriedade contra os desvalidos através da coerção, da repressão e da opressão. “Somos forçados a reconhecer que as declarações

²³ Aprovada em 1789 e inspirada em pensamentos iluministas, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão sintetiza em dezessete artigos e um preâmbulo os ideais libertários e liberais da Revolução Francesa (1789-1799). De forma inédita, declara os direitos fundamentais do homem de forma econômica, visando abarcar toda a humanidade. O documento serviu de inspiração para a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

modernas dos direitos humanos trazem consigo a violência e tornam-se fonte de medo, em vez de fonte de emancipação” (p.101).

Esta crítica destaca uma fragilidade da dimensão democrática dos direitos humanos expostos nas declarações. Na perspectiva brasileira, Chauí (2006) aponta como uma das consequências desta visão aquilo que chama de divisão social do medo, a antítese entre uma minoria que teme a perda dos privilégios - das riquezas, dos bens e do conforto - e uma maioria cuja luta é por direitos - pela manutenção da vida, contra a fome, a violência e a perda da condição humana. “É uma sociedade na qual as leis sempre foram armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres concretos e compreensíveis para todos” (p.105).

2.4 OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a cumprir a recomendação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, na Áustria, em 1993. Em 1996, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Dessa forma, os direitos humanos ganharam o status de política pública, embora sem o valor de uma lei, pois cada iniciativa prevista no documento ainda exige aprovação do Congresso antes de entrar em vigor.

O PNDH teve três fases no país. A terceira, lançada em 2009 pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi a mais progressista. O documento previa, entre outras iniciativas, a descriminalização do aborto, a proibição de símbolos religiosos em locais públicos e o aprofundamento da reforma agrária. A pressão de setores mais conservadores da sociedade – formados principalmente por militares, religiosos e ruralistas – fez o governo recuar e, cinco meses depois do lançamento, retirar diversos pontos do plano.

Outra consequência do PNDH foi o lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos²⁴ (PNEDH) em 2008. O documento é uma

²⁴ Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf> Acessado em: 27.07.20

parceria do governo federal com a Unesco e define diretrizes, princípios, objetivos e linhas de ação em cinco grandes eixos: educação básica, educação superior, educação não-formal, educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança pública e, por fim, educação e mídia. Este último destaca o relevante papel da grande imprensa na construção de uma educação em direitos humanos para fins de uma sociedade democrática. O PNEDH, resumidamente, orienta políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos.

É importante lembrar ainda da Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em cinco de outubro de 1988, a carta-magna brasileira é considerada, dentre outras, a constituição cidadã, pelo caráter progressista e pelo destaque que dá aos direitos humanos e sociais em seu texto. Um dos exemplos aparece no capítulo II “Dos Direitos Sociais”, Art.6: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados” (1988, p.18).

Porém, como lembra Flores (2009), não basta afirmar a existência de um direito sem que haja as capacidades, as condições e os instrumentos para a prática efetivação. O resultado é que, apesar das garantias constitucionais e do pioneirismo internacional com o PNDH, o Brasil viola diariamente os direitos mais fundamentais da população.

Em 2016, por exemplo, no relatório mundial da *Human Right Watch*²⁵, o país integrou uma lista de 90 nações que mais abusam dos direitos humanos da sua população. Os motivos principais: superlotação do sistema prisional e violência policial. Em 2017, a ONU recomendou ao Brasil que investigasse de forma ágil as acusações de assassinatos, abusos, tortura e corrupção envolvendo agentes policiais e penitenciários. Em 2018, o Ministério da Justiça recebeu mais de 114 mil denúncias de violações dos direitos humanos. Em 2019, o número cresceu para 159 mil, apesar do governo Federal ter retirado do relatório anual os dados relacionados à violência policial.

²⁵ A Human Right Watch é uma organização internacional não governamental que pesquisa e divulga relatórios sobre os direitos humanos no mundo. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt>
Acessado em: 22.07.2020

Isso tudo sem falar em outros problemas que integram a rotina brasileira como a fome, os sem teto, o trabalho infantil, o trabalho escravo, o racismo, o feminicídio, a LGBTQi+ fobia e tantas outras formas de agressão aos direitos fundamentais da população. Diante desta realidade, como a noção de direitos humanos pode ser tão distorcida entre as pessoas de uma forma geral? Qual origem da ideia de que são os “bandidos que mais se beneficiam dos direitos humanos”²⁶?

A origem é o legado do autoritarismo que o Brasil experimentou entre as décadas 1960 e 1980. Na época, conforme os presos políticos ocupavam as prisões comuns, mais os movimentos sociais que lutavam pelas suas liberdades conheciam de perto a realidade dramática das penitenciárias e dos detentos no país. Com o fim da ditadura, os ativistas seguiram combatendo a violência institucionalizada do Estado, mas agora em nome dos presos de uma forma geral. Por essa luta em nome da dignidade daqueles que estão privados da liberdade:

Conseguiu-se convencer as pessoas de que os que defendem os Direitos Humanos das vítimas são corresponsáveis pelas façanhas dos criminosos. [...] Houve a sedimentação da dominação autoritária, de uma sociedade hierarquizada, racista e discriminatória, que ainda é o Brasil (VIVARTA, 2006, p.19).

A cobertura jornalística poderia ajudar no esclarecimento da população e na conscientização da importância dos direitos humanos para avanços sociais e para a democracia. Porém, a imprensa ainda dedica pouco espaço à questão e, quando aborda o assunto, o faz de forma simplificada e pouco aprofundada. Além disso, os conteúdos não têm um caráter propositivo, didático e explicativo.

Uma pesquisa²⁷ realizada pela Andi (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) analisou 1.315 materiais – entre reportagens, artigos, editoriais, colunas e entrevistas – publicados por 57 jornais de todas as unidades

²⁶ Dois em cada três brasileiros acham que 'direitos humanos defendem mais os bandidos', diz pesquisa. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44148576> Acessado em: 20.08.20

²⁷ Mídia e Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.andi.org.br/publicacao/midia-e-direitos-humanos> Acessado em: 20.08.2020

da federação ao longo do ano de 2004. O conceito de direitos humanos apareceu em 0,5% dos textos apenas.

Outro aspecto importante, que corrobora com a visão preconceituosa da população, é o fato de mais de 25% do material que se relaciona com a temática dos direitos humanos apresenta como assunto central a violência. A pobreza, a fome, a miséria são o foco de apenas 2,6% dos conteúdos. Em educação, o índice cai para 2,2%, para 0,6% em agricultura e reforma agrária, e, por fim, para 0,5% em habitação.

O estudo mostrou ainda que as narrativas não estabelecem qualquer conexão dos direitos humanos com as expressões democracia e cidadania. A relação entre os três conceitos é bastante importante para uma nova significação do conceito no imaginário da população, para a desmitificação da associação quase permanente entre os direitos humanos e o crime.

Outro aspecto preocupante é a origem das pautas: 54% partem de uma perspectiva governamental. A sociedade civil aparece em apenas 8,9% dos conteúdos, enquanto os movimentos sociais – tão importantes para a construção da cidadania e na promoção e defesa dos direitos humanos – são citados em menos de 1% dos materiais analisados.

Um relatório internacional chamado “Jornalismo, Mídia e o desafio da reportagem em Direitos Humanos”²⁸, produzido pelo Conselho Internacional de Política de Direitos Humanos, em Genebra, na Suíça, em 2002, apontou problemas semelhantes aos da imprensa brasileira na cobertura estrangeira. A pesquisa é bem ampla, foi desenvolvida em diversos países e envolveu metodologias diferentes como: entrevistas com jornalistas de publicações influentes e com especialistas em direitos humanos que ocupavam espaço na mídia, estudos de caso de coberturas internacionais que envolviam violações de direitos fundamentais e, finalmente, discussões com especialistas e pesquisadores em jornalismo e comunicação.

²⁸ Jornalismo, Mídia e o desafio da reportagem em Direitos Humanos. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/midia/jornalismo_midia_dh.pdf Acessado em: 20.08.2020

3. JORNALISMO E DEMOCRACIA

Não há dúvidas de que a mídia tem uma forte influência na definição e na formação dos temas sobre os quais a opinião pública vai discutir (McCombs e Shaw, 1972). Por outro lado, os assuntos, as vozes e as ideias que ficam à margem das coberturas da imprensa tem maior dificuldade de alcançar visibilidade no debate público.

Robert Ezra Park²⁹ (1970) foi um dos primeiros teóricos, ainda na primeira metade do século XX, a entender o jornalismo como uma forma de conhecimento importante na concepção da realidade. Park posiciona o jornalismo como uma instituição social, na qual autoridades públicas e a sociedade civil se comunicam de forma indireta para discutir políticas públicas. Para ele, o jornalista, mais que um mediador, tem uma função pedagógica.

A noção de que o jornalismo é uma forma de conhecimento crítico cuja finalidade é ler e interpretar a realidade para a sociedade também aparece nas obras de Genro Filho (1987), Gomis (1997), Meditsh (2003) e Tuchman (1983). Neste sentido, a imprensa é vista como fundamental para que as pessoas possam ler o mundo, se posicionar na esfera pública e exercer a cidadania.

O público vive como presente o passado imediato e o futuro eminente e participa ao premiar com sua atenção os fatos que despertam o maior interesse. As notícias com maior repercussão mobilizam a iniciativa e a capacidade de resposta dos atores sociais, que produzem novos fatos e os apresentam para que cheguem ao conhecimento da mídia e, posteriormente, apresentados ao público. A mediação generalizada dos meios estimula a ação social (GOMIS, 1997, p.187).

Na perspectiva da democracia, o jornalismo é partícipe e um dos seus pilares a partir da divulgação de informações de qualidade à população, da fiscalização permanente do poder e da defesa das instituições sobre as quais o Estado se sustenta. Assim, o papel da imprensa ultrapassa a perspectiva mercantil de uma simples atividade industrial, para ocupar um decisivo espaço

²⁹ Robert Ezra Park foi um sociólogo americano que se preocupou com o desenvolvimento de novas metodologias de pesquisa que privilegiavam métodos qualitativos e empíricos, numa época de grande preponderância do viés funcionalista

na construção e na manutenção de uma vida pública livre, pautada pelo respeito, pela diversidade e pela justiça.

Jornalismo e democracia, aliás, são temas que se confundem numa só realidade. Esta afirmativa parte do princípio que não existe democracia possível numa sociedade sem imprensa livre. Por ou ladro, é impossível a prática do jornalismo em todas as suas dimensões em regimes totalitários. Um é condição para o outro. “O jornalismo como prática apenas é concebível no contexto da democracia; de facto, jornalismo pode ser com vantagem entendido como outro nome para democracia” (CAREY, 1995, p.332).

Porém, este entendimento é definido por Schudson (2008) como normativo e romântico, ao discordar desta equiparação entre os dois conceitos. Para isso, argumenta, há na história democracias sem jornalismo e, também, jornalismo em sociedades antidemocráticas. Dessa forma, o autor não diminui ou despreza a importância da imprensa nas sociedades. Ele ressalta, em especial, a relevância da mesma na defesa dos interesses das minorias. É a partir das rádios, da televisão, dos jornais e dos portais na internet que a população encontra subsídios para a construção de um debate público de qualidade. O bom jornalismo é o caminho possível no combate à desinformação, um risco permanente às democracias na contemporaneidade.

O entendimento é que o jornalismo não é apenas importante como processo fundamental de produção de notícias e divulgação de informações, mas, que em outra perspectiva, é responsável pelo envolvimento dos cidadãos no debate público cujo subproduto é a informação. Dessa forma, por qualquer um dos lados que se enxergue a questão, cumpre sua finalidade de oferecer as informações necessárias para que as pessoas exerçam a cidadania, sejam livres e autônomas (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003).

O jornalismo constitui-se em um espaço público central para a discussão dos diferentes aspectos da complexa vida em sociedade. É ele também que relaciona, contextualiza e organiza, assim dando sentido e coerência, aos acontecimentos do dia a dia. A imprensa é um caminho importante para que os assuntos extrapolem os pequenos grupos sociais e ganhem uma dimensão comunitária, fora dos limites dos grupos de relacionamento pessoal.

O que os meios de comunicação fazem é oferecer o presente social. Sem eles, o presente social ficaria pobre e encolhido, seria apenas o da família, o dos vizinhos mais próximos e o meio ambiente do trabalho. Graças aos meios, vivemos no mundo e sabemos um pouco do que está acontecendo em todas as partes (GOMIS, 1997, p.14).

Para Porto (2008), o jornalismo tem papel fundamental na definição de políticas públicas. A ideia é de que a versão do fato impacta mais nas estratégias de segurança pública do que o fato em si. É pela narrativa construída pela imprensa que se dá a experiência social da grande maioria das pessoas que não tiveram qualquer relação direta com o acontecimento. E é a partir dessa narrativa que se constrói o debate público.

Se a grande imprensa muitas vezes é criticada por não dar visibilidade às vozes de movimentos sociais ou de representantes da sociedade com uma visão de mundo mais progressista, não dá para negar que o jornalismo, de uma forma geral, amplia as discussões e oferece argumentos à audiência normalmente desconhecidos do grande público. Neste sentido, mesmo quando a cobertura é resultado de uma abordagem mais superficial, a narrativa jornalística consegue ultrapassar o senso comum.

3.1 JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A cobertura da violência policial, da violência de uma forma mais ampla e das políticas de segurança pública se encaixam dentro da ideia do jornalismo policial, que delimita não só um conteúdo, mas também algumas características comuns na forma de se produzir estas narrativas. São práticas e dinâmicas que vem sendo constituídas e modificadas ao longo do tempo, num movimento conjunto com a cultura e a sociedade.

Nos anos 1950, por exemplo, o jornalista Laurindo Ernesto (2007) lembra que era proibido voltar para a redação sem o “boneco” da vítima. Ele conta que era preciso usar a imaginação para conseguir com a família a foto do morto num momento tão delicado. Entre a década de 1960 e 1990 – que compreende o período ditadura militar no Brasil –, alguns profissionais experimentaram uma

certa parceria e cumplicidade na relação com a polícia. Muitas vezes, a versão das forças de segurança era a única possível de ser divulgada.

Diniz chama a atenção para uma marginalização do jornalismo policial nas grandes redações ao longo do tempo. O que seria, segundo ele, resultado de uma cobertura que simplificava ao máximo o problema, recorria à dramatização e banalizava a violência. A pesquisadora relaciona ainda o fato dos golpes políticos e a repressão ao trabalho da imprensa terem posicionado alguns setores da mídia ao lado da polícia e do Estado, “principalmente na época da ditadura militar – entre os anos 60 e 80 – fazendo com que os veículos de comunicação perdessem credibilidade diante da sociedade” (2006, p.18).

A Pesquisa Mídia e Violência³⁰, realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes no Rio de Janeiro, oferece um dos mais abrangentes panoramas da cobertura da violência na imprensa brasileira contemporânea. O *corpus* do estudo é formado por 1.778 notícias publicadas em cinco veículos da mídia impressa – O Globo, O Dia, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Agora São Paulo – em 2016. Cada um dos conteúdos foi analisado a partir de um questionário com 45 perguntas e mais de 350 alternativas de respostas. O resultado indica, entre outras questões, como as narrativas estão sendo construídas, quais são as fontes consultadas pelos jornalistas e de quem são as vozes que ganham visibilidade.

A dependência da polícia como única fonte das reportagens foi um dos principais problemas apontados no primeiro relatório produzido pelo grupo em 2004, e, depois, atualizado em 2016. Mais da metade das reportagens examinadas na pesquisa tinham como única fonte relatos ou documentos fornecidos pelas forças de segurança. Em segundo lugar, aparecem integrantes do poder executivo, citados em 9,8% dos textos. As vítimas, familiares e amigos foram fontes principais das notícias em apenas 8% das narrativas.

O levantamento identificou também os atores sociais citados nas reportagens. Nesse caso, bastava ser mencionado, sem necessariamente ser fonte de informações. A polícia também lidera neste quesito, estando presente

³⁰ Mídia e violência - o que mudou em uma década? Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESeC, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, Maio de 2017. Disponível em: https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Midia-e-Violencia_2016_Versao3.compressed.pdf Acessado em: 22.07.2020

em 69% dos textos; seguida pelo poder executivo em 38,1%; pelo poder Judiciário em 19,9%; pelo poder Legislativo em 13,4%; pelo Ministério Público e pela Defensoria em 8,8%. Pesquisadores e especialistas aparecem em 7,9% dos textos. Por último, estão os moradores, citados em apenas 4,6% dos casos.

A quase totalidade destas notícias compreende nomes, vidas e histórias envolvidas nas mais diferentes tragédias. Mais do que qualquer outra ramificação do jornalismo, um erro na apuração ou mesmo a construção de uma imagem distorcida de uma determinada história ou fonte pode impactar de forma irremediável na vida das pessoas envolvidas. Relatar estes casos na perspectiva limitada de um dos lados envolvidos pode ser um grande passo rumo ao equívoco.

Um dos casos mais emblemáticos de erro na perspectiva do jornalismo policial no Brasil é o Caso Escola Base em São Paulo. Na ocasião, a denúncia de uma mãe, de que o filho teria sido vítima de abuso sexual na Escola levou a polícia a acusar sete pessoas do crime ao longo do processo de investigação. Mesmo sem provas, a imprensa tornou pública a história, com detalhes sobre as circunstâncias e os envolvidos. Ao final, nada foi efetivamente comprovado – nem o crime de fato – e todos os acusados foram considerados inocentes. Porém, os danos às únicas vítimas reais do caso já tinham sido cometidos e se tornaram irreversíveis.

O tecido atingido pela calúnia não se regenera. As feridas abertas pela difamação não cicatrizam. A retratação nunca tem os mesmos espaços das acusações. E mesmo que tivesse, a credibilidade do injustiçado não seria restituída, pois a mentira fica marcada no imaginário popular (PENA, 2006, p113).

A história virou um exemplo constante para profissionais experientes e, também, para os estudantes de jornalismo sobre o potencial destrutivo que um equívoco de apuração e de checagem pode ter na atividade e na sociedade. Outra discussão que a cobertura enseja é sobre a pressão do tempo na rotina dos profissionais da imprensa. Nem sempre a complexidade da vida e das suas circunstâncias se encaixa nas dinâmicas da imprensa.

[...] a velocidade implícita no curto prazo – a exigência de resposta imediata a uma multiplicidade de situações – é

visceralmente contrária ao sentimento ético como investimento radical da consciência pelo sentido do lugar (o nomos da terra, da habitabilidade humana) e, portanto, à efetividade das regras (SODRÉ, 2006, p.91).

O medo e alarmismo que as notícias sobre a violência urbana geram na sociedade nem sempre são efeitos do real. Essa é uma das ideias centrais do livro “Medo”, do sociólogo Barry Glassner (2003), que faz um inventário das origens dos grandes temores da sociedade norte americana. Em especial, ele analisa a participação da imprensa na construção de perspectivas equivocadas. A edição brasileira tem tradução do cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, ex-secretário nacional de direitos humanos do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso³¹. Segundo ele, os temas analisados por Glassner apresentam uma similaridade inquietante com a realidade brasileira.

O medo, segundo Glassner (2003), não provoca apenas sofrimento na população, interferindo nas suas ações e decisões cotidianas. Numa perspectiva mais ampla, pode influenciar a formulação de políticas públicas. Sugerir, por exemplo, que todas as pessoas são submetidas ao mesmo risco de serem vítimas de uma bala perdida ou de um homicídio é, fundamentalmente, aumentar o medo e a ansiedade entre as pessoas sujeitas a um baixo risco sem qualquer necessidade. Quando a imprensa divulga um dado - como o número de homicídios registrados numa cidade -, sem a devida contextualização - ignorando, por exemplo, que a imensa maioria das vítimas é formada por jovens negros da periferia -, o resultado é uma imagem distorcida do problema, que pode desencadear ações desnecessárias e desconectadas do mundo real e, inclusive, em estratégias e ações equivocadas do Estado.

Os criminologistas provaram que a quantidade de cobertura jornalística dada a uma vítima da criminalidade afeta a quantidade de atenção que a polícia dedica ao caso e a disposição dos promotores de aceitar acordos de apelação. Via de regra, quanto mais cobertura, maior a probabilidade de o criminoso ser mantido preso, incapaz de causar novos danos à vítima ou à comunidade. Além disso, quando as vítimas da

³¹ Os governos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) inauguraram um momento ímpar na história brasileira concernente à relação entre Estado e sociedade civil na área dos Direitos Humanos. Neste período, o tema se tornou um discurso oficial do Estado, percebido em diversos pronunciamentos públicos presidenciais e na promoção de uma série de políticas públicas inéditas no setor

criminalidade de uma região são retratadas como vítimas, com simpatia e sem censura, como seres humanos ao invés de estatísticas - as pessoas que vivem em outras partes da cidade tendem a apoiar uma melhoria dos serviços sociais a área afetada, que, por sua vez, é capaz de reduzir os índices de criminalidade (GLASSNER, 2003, 197).

Há uma dissonância entre os riscos concretos e a sensação de insegurança e da população de uma forma geral. O repetitivo discurso de parte da imprensa focado no medo e nas demandas punitivas aumentam a angústia pública diante da violência. O resultado é uma tolerância social cada vez menor e o desenvolvimento de formas agressivas de defesa (ROLIM 2008).

A mídia pode amplificar as chamadas “ondas de crime” e produzir pânico entre as pessoas. E, o que é mais grave ainda, quando essa forma de se relacionar como crime e a violência é a regra, cria-se uma tendência de que as polícias respondam com mais prisões e, quase sempre, mais violência. Ocorre, também, que o poder judiciário passa a responder com sentenças criminais mais duras e que os políticos aprovam leis que criam novos tipos penais e agravam as penas. Como resultado, teremos mais violência e mais crime, o que conforma o fenômeno das “profecias que se autocumprem” (p.198).

Os desvios na cobertura do tema, porém, não acontecem de maneira uniforme e, inclusive, não se constituem em uma regra na imprensa. É importante destacar que os jornalistas também são atores importantes e ocupam um papel central na luta antiviolência, pela paz e na construção da cidadania. O trabalho corajoso e determinado de muitos profissionais no Brasil e no exterior tem sido imprescindível nas conquistas já alcançadas nas pautas relacionadas aos direitos humanos.

Rolim (2008) cita o exemplo de um documentário sobre a polícia da região de Thames Valley, na Inglaterra, produzido na década de 1980. A divulgação do material transformou profundamente a abordagem da polícia local com as vítimas de estupro. Com isso, o número de registros desse tipo de crime aumentou consideravelmente. O caso insinua o potencial de transformação social que o jornalismo carrega. A partir disso, Rolim reflete sobre como um tratamento diferenciado do problema poderia também colaborar no combate à violência policial.

Sem sonegar qualquer informação relevante, essa cobertura ofereceria destaque às soluções encontradas pela polícia e chamaria atenção para os fatores precursores da criminalidade e da violência, demonstrando o que pode ser feito para a prevenção das condutas disruptivas – exercendo, nesse particular, pressão social benigna sobre a agenda política do país. [...] O compromisso na luta contra a violência exigiria da imprensa um papel de fiscal das políticas públicas de segurança, na perspectiva da busca constante do profissionalismo e do aperfeiçoamento das técnicas envolvidas em abordagens e operações, além do exercício permanente de uma visão crítica da violência policial em todos os seus contextos e circunstâncias (ROLIM, 2008, p.206).

Pela complexidade do problema, é importante que o jornalismo dialogue com outras áreas do conhecimento, que traga para o debate público outras perspectivas, como a sociologia, a ciência política e econômica. “Para visualizar e dar moldes à pauta, portanto, não basta olhar unicamente para a frente e considerar o factual, o tempo real do acontecimento, como produto acabado, com força de contexto da vida real” (BEDENDO, 2013, p.21).

Neste sentido, Bedendo (2013) propõe a substituição da ideia do Jornalismo Policial por um novo entendimento, o de Jornalismo de Segurança Pública, cuja semântica carrega “uma força maior de contextualização e de relação entre as muitas áreas do conhecimento” (p.26). Ele defende que a imprensa deva diversificar o atual eixo da cobertura da violência, extrapolando a ideia de “casos de polícia”, levando para uma perspectiva que envolve outros aspectos da vida.

[...] a transformação de boletins de ocorrência em inquéritos, os inquéritos em denúncias, as denúncias em processos, os processos em decisões condenatórias, as decisões condenatórias em internação compulsória nos estabelecimentos penais abrigando profissionais de psiquiatria, psicologia, antropologia e serviço social. Portanto, impossível limitar como sendo “policial” a reportagem que envolve tantas atividades transdisciplinares que, além das mencionadas, exigem a participação de médicos-legistas, peritos criminais e o aparato técnico científico especializado. A soma de tudo isso abre espaço para outro ramo do saber, a sociologia (SOUZA, 2001, p.69).

O jornalismo na área da Segurança Pública exige mais do que o conhecimento das técnicas de apuração, de reportagem e de uma abordagem

ética com responsabilidade social. É exigido do profissional uma compreensão clara do funcionamento do sistema da Justiça Criminal numa abordagem ampla, que envolva as atividades das polícias Militar, Civil e Federal; os processos no judiciário; e a participação do Ministério Público.

Rotineiramente, nestes tipos de coberturas, o repórter é desafiado a traduzir o vocabulário do direito usado por uma fonte durante uma entrevista ou a recorrer ao Código Civil e Criminal para entender os detalhes de um inquérito policial. Isso sem falar nos conhecimentos relacionados à matemática ou à economia que podem ser exigidos no momento de apurar dados, correlacionar números e comparar estatísticas para contextualizar a dimensão de um problema. São muitos os desafios para a construção de uma narrativa clara, objetiva e responsável socialmente.

A compreensão e o manuseio de dados e de estatísticas pode ser especialmente útil na área da segurança pública segundo Musumeci (2007). Principalmente, por três motivos aqui resumidos: sintetizar os fatos narrados na matéria e apontar se são tendência ou uma exceção; qualificar o tratamento jornalístico dado ao tema, evitando o sensacionalismo; pressionar as autoridades públicas pela transparência e pela divulgação de dados de qualidade que permitam à sociedade uma análise mais abrangente dos problemas relacionados à Segurança Pública. “As estatísticas vão certamente contribuir para a abertura de horizontes e de recursos informativos, fazendo crescer a qualidade interpretativa da pauta” (BEDENDO, 2013, p.213).

Por outro lado, por maior que seja o conhecimento da área, é desaconselhável que o repórter lidere a investigação em substituição ao trabalho da polícia. São as forças do Estado que devem oferecer subsídio para o trabalho da imprensa, não o contrário. O jornalista, por óbvio, pode colaborar com o processo, mas não assumir a responsabilidade pelo levantamento de provas e pela apuração de um crime. Batista (2002) considera este desvio de função uma ação política da mídia.

[...] quando o jornalismo deixa de ser uma narrativa com pretensão de fidedignidade sobre a investigação de um crime ou sobre um processo em curso, e assume diretamente a função investigatória ou promove uma reconstrução dramatizada do caso – de alcance e repercussão fantásticamente superiores à reconstrução processual –, passou a atuar politicamente (p.6)

O princípio da investigação, ou da apuração, é uma das bases do jornalismo, mesmo daquele que não se diz investigativo. Porém, isso não dá direito à imprensa ou aos jornalistas de usar de artifícios ou procedimentos ilícitos para alcançar informações. Na condição de um espaço de organização discursiva, a prática profissional não pode se afastar, em momento algum, da legalidade e da ética nas suas ações. O diploma profissional não dá o direito à prática de qualquer atividade ilegal.

3.2 JORNALISMO PARA A PAZ

A exploração do tema violência é naturalizada pela audiência à medida que a sociedade se omite. Neste contexto, o sociólogo Johan Galtung³² propõe que a prática jornalística seja também um instrumento de combate à guerra, à violência e de construção da Paz. Em 1970, ele formulou o conceito de Jornalismo para a Paz, uma proposta para a formulação de novas práticas, rotinas e parâmetros profissionais para a cobertura jornalística de conflitos.

Ao contrário daquilo que Galtung (2006) chama de “jornalismo de guerra”, o novo modelo não foca na vitória de uns contra outros, mas nos processos que originam os combates. Não se trata do número de feridos ou mortos, das armas utilizadas ou dos danos materiais. Entre as principais diretrizes do Jornalismo para a Paz estão a apresentação de conflitos com transparência, a atuação na prevenção da violência, a abertura de um espaço de fala e a humanização dos agentes envolvidos

O jornalismo de violência, para a guerra, é definido por Galtung como jornalismo inferior. Num esforço de simplificação, a narrativa assume um caráter maniqueísta, definindo um dos lados como “bom” e o outro lado como “mau” e “mal”. O lado bom é sempre o mais próximo do narrador, seja por afinidade ou vizinhança.

³² Johan Vincent Galtung é um sociólogo e matemático norueguês. Ele é o fundador do Instituto de Pesquisa da Paz em Oslo em 1959 e serviu como seu primeiro diretor até 1970. Galtung também deu início ao Journal of Peace Research, em 1964, uma referências nos estudos da paz.

A questão é que o jornalismo inferior é obcecado com a violência e vitória, sendo que esta perspectiva distorce e trivializa a realidade, refletindo, se tanto, a sua superfície, mas sem fazê-la transparente. Ao tomar partido, “a nosso favor”, o jornalismo de guerra mata tanto a paz como a verdade (2006, p.17).

O autor propõe que o jornalismo para a paz seja um “jornalismo de apego” a todas as vítimas, reais ou potenciais. Segundo ele, a tradicional cobertura de conflitos exerce a sensibilidade e a empatia de forma seletiva, somente com um dos lados, “o nosso lado”. O esforço precisa acontecer no sentido de dar voz e visibilidade para o preto, para o branco e, também, para todas as graduações possíveis entre eles. Em outras palavras: evitar uma síntese rasa e redutora da realidade.

Galtung classifica o comportamento da imprensa de “irracional” (2006, p.24) na hora de decidir sobre quais fatos serão transformados em notícia. Ele destaca a existência de filtros que muitas vezes se sobrepõe aos valores-notícia estabelecidos historicamente. Seriam eles:

- Está acontecendo num país de elite ou num país não elite?
- Está acontecendo a uma pessoa de elite ou a uma pessoa não-elite?
- É algo positivo ou negativo?
- É um ato de/para uma pessoa específica ou um acontecimento estrutural?

A partir dessa reflexão, ele propõe uma classificação objetiva que dimensione a influência de cada uma dessas perguntas na valorização ou não de um fato numa cobertura jornalística. No modelo de Galtung (2006), é mais comum um evento se tornar notícia se os fatores positivos ocorrerem nas camadas socialmente mais elevadas. No caso das camadas socialmente inferiores, é preciso que o fato seja negativo.

O evento ideal para ser noticiado é o negativo (o positivo é de menor interesse), pessoal (não estrutural/institucional ou abstrato: menos interessantes), que afeta as elites (e não as pessoas comuns), e num país de elite (não num país do segundo, terceiro ou quarto mundos: desinteressantes). A morte trágica de Diana e Dodi, na noite de 31 de agosto de 1997, é um exemplo do arquétipo do evento ideal, assim como o assassinato

de Kennedy em 22 de novembro de 1963. E, certamente, o 11 de setembro de 2001 (2006, p.24).

O método de Galtung pode servir de base para uma reflexão que envolva a cobertura da violência urbana, em especial a policial, nas grandes cidades. Partindo da mesma perspectiva, pode-se pensar em alguns novos enquadramentos: ao invés de país de elite ou não-elite, pode-se pensar nos bairros de classe alta ou nos morros e periferias dos centros urbanos; ao invés de pessoa de elite ou não-elite, propomos a ideia das classes mais abastadas ou das minorias marginalizadas ou excluídas.

Ainda sobre o método em questão, uma das consequências dessa dinâmica usada pela imprensa na escolha dos fatos que merecerão cobertura é a desvantagem da perspectiva da paz em relação à guerra e à violência. O que, de alguma forma, encontra eco numa frase, inspirada numa parábola bíblica, que diz que “o jornalista separa o joio do trigo e fica com o joio”.

Mas como explicar, então, que pessoas que não fazem parte da elite, que vivem na periferia - seja do planeta ou da cidade - e que, muitas vezes, fazem parte de minorias atravessem os filtros noticiosos e alcancem grande visibilidade na imprensa? Galtung (2006) explica isso a partir de três fatores: o pessoal, identificado na personalização das histórias e na criação de heróis; o invulgar, pelo aspecto incomum da notícia positiva envolvendo mulheres, não-brancos e minorias em determinados contextos; e o evento, na lógica de que iniciativas de paz passam a ser notícia pelo fato da guerra ou da violência ter se tornado rotina.

Na condição de um jornalismo mais propositivo e comprometido com a não-violência, Galtung (2006, p.34) elenca dez pontos para um jornalismo para a paz. Sinteticamente, são eles:

- 1) visibilidade para a perspectiva de paz;
- 2) atitude crítica/construtiva em relação à seleção de fatos que viram notícias;
- 3) atitude crítica /construtiva em relação aos textos, contrastando as versões envolvidas/interessadas no conflito;
- 4) destaque para as vítimas e para o contexto estrutural e cultural, em contraposição ao dualismo e ao maniqueísmo;
- 5) cuidado com a linguagem, em especial o verbo - “explica” é diferente de “afirma”;

- 6) cuidado com a utilização do termo “paz”, cujo significado é mais profundo que o cessar-fogo;
- 7) evite o termo terrorista, prefira denominações dadas pelas partes envolvidas a si mesmas;
- 8) noticie iniciativas de paz;
- 9) a paz não depende apenas dos governos, depende também do sentimento público e da sociedade civil;
- 10) use as perguntas para estimular a discussão e as propostas sobre a paz.

Ilustração 1 - Diferenças entre o Jornalismo para a Paz e o jornalismo de guerra

Jornalismo para a paz	Jornalismo de guerra
<p>I. Orientado para a paz/conflito</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explora a formação de conflitos; há partes, objetivos e problemas múltiplos - Todas as partes ganham - Espaço e tempo abertos: causas e consequências em qualquer lugar, inclusive na história e na cultura - Apresenta os conflitos com transparência - Dá voz a todas as partes, com empatia e entendimento - Vê conflito e guerra como problemas e foca na criatividade 	<p>I. Orientado para a guerra/violência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foca na arena de conflito; há duas partes e um objetivo (vencer) - Uma parte ganha, a outra perde - Espaço e tempo fechados: causas e consequências se restringem à arena, focando em quem atirou a primeira pedra - Apresenta a guerra de forma obscura/secreta - “Nós contra eles”; voz somente para “nós” - Vê “eles” como o problema e foca em quem prevalece na guerra

<ul style="list-style-type: none"> - Humaniza todas as partes, especialmente quando há armamentos - É proativo: busca a prevenção antes que a violência e guerra ocorram - Foca nos efeitos invisíveis da violência: traumas, danos à estrutura e à cultura 	<ul style="list-style-type: none"> - Desumaniza “eles”, especialmente quando há armamentos - É reativo: espera atos violentos para reportar - Foca nos efeitos visíveis da violência: número de mortos, feridos e danos materiais
<p>II. Orientado para a verdade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expõe as inverdades de todas as partes 	<p>II. Orientado para a propaganda</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expõe inverdades sobre “eles” e ajuda a encobrir as “nossas” mentiras
<p>III. Orientado para as pessoas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foca no sofrimento de todos e dá voz a mulheres, crianças, idosos 	<p>III. Orientado para as elites</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foca no “nosso” sofrimento; tem homens da elite como porta-vozes
<p>IV. Orientado para soluções</p> <ul style="list-style-type: none"> - Paz = não-violência + criatividade - Destaca iniciativas voltadas para a paz, a fim de, também, prevenir outras guerras - Foca na estrutura, na cultura e em uma sociedade pacífica 	<p>IV. Orientado para a vitória</p> <ul style="list-style-type: none"> - Paz = vitória + cessar-fogo - Oculta as iniciativas de paz até que a vitória já tenha sido conquistada - Foca em tratados, instituições e em uma sociedade controlada

- Resultado: resolução, reconstrução, reconciliação	- Parte para outras guerras e retorna à mesma caso haja questões pendentes
---	--

Fonte: Lynch e McGoldrick (2007, p. 251³³)

O jornalismo para a paz propõe uma reflexão em torno da ética da consequência, e não da intenção, da ação ou da convicção. Para Galtung, embora importantes, não são parâmetros pelos quais a imprensa possa ser avaliada. O foco está no impacto do jornalismo na comunidade envolvida, na vida das pessoas e na forma como elas agem. “Ambos são acessíveis empiricamente. Existem relações entre o que a mídia cobre e o que o povo faz, sendo que as hipóteses podem ser testadas empiricamente” (2006, p.45).

É possível estabelecer também uma aproximação entre as circunstâncias de trabalho do jornalista de guerra com o jornalista que cobre violência nos grandes centros urbanos. No caso do campo de batalha, o profissional opera, em síntese, sob as regras impostas pelo comando militar. No caso da cobertura da violência em regiões sob o domínio do tráfico de drogas, a imprensa acessa de forma restrita o local e, normalmente, ao lado das forças policiais. Nesse contexto, Galtung pergunta: “a quem, ou a que, o jornalista para a paz deve a sua lealdade?” (2006, p.50). Embora ele não responda objetivamente à pergunta, sugere uma resposta: às vítimas presentes e futuras.

Ao analisar os erros da imprensa, em especial da televisão, na cobertura da Guerra do Golfo (1990-1991), Galtung (2006) fala na necessidade normatizar alguns processos e estabelecer alguns padrões pelos quais o jornalismo possa ser julgado e cobrado, como acontece em outras profissões como a medicina e o direito. Nesse sentido e com base na cobertura em questão, o autor faz um esforço no objetivo de construir essas regras, embora reconheça o caráter insuficiente da proposta. Para este trabalho, as teses servem também para uma reflexão mais ampla que envolva a questão da violência policial e, em especial, como inspiração para uma proposta de sistematização das coberturas jornalísticas que tratam do assunto. Essas serão detalhadas a seguir:

³³ Tradução do inglês para o português feita pelo autor.

- 1) Conte a história de todas as partes. A proposta é que os problemas sejam retratados na sua complexidade, sob diferentes perspectivas, com o maior número de atores possíveis. Nenhum conflito deve ser resumido em apenas dois lados envolvidos.
- 2) Vá até o local dos fatos. A orientação tem como objetivo dar mais elementos ao jornalista para que a narrativa não dependa exclusivamente de uma entrevista coletiva de uma fonte oficial.
- 3) Não sobre-utilize fontes de elite. A diversidade de vozes e de olhares precisa ser buscada como um dos principais desafios.
- 4) Não glorifique a tecnologia. A intenção é evitar uma narrativa fetichista e idealizada de armas eficientes que parecem não gerar sofrimento. A imagem de um conflito limpo e sem vítimas reais.
- 5) Inclua histórias de “sangue e tripas”. Mesmo impactantes, as vítimas da violência precisam ser mostradas. A humanização da narrativa envolve também essa iniciativa. Além disso, a imagem pode gerar empatia e solidariedade com aqueles que sofrem com o processo.
- 6) Busque histórias de pessoas comuns. A meta é desfazer a polarização e dar visibilidade para os efeitos reais do conflito entre as pessoas e nas suas rotinas.
- 7) Trabalhe com histórias de fundo. Muitas vezes, essas narrativas alcançam uma importância maior do que os fatos em si na perspectiva do jornalismo para a paz. É importante assumir o papel de agente educador de adultos e oferecer contexto histórico e cultural aos eventos.
- 8) Cuidado no uso de informações apuradas por outros jornalistas. Se eles não tiverem o mesmo comprometimento com a paz, o olhar pode ser distorcido se considerada essa perspectiva.
- 9) Cuidado com a manipulação da mídia noticiosa. O intuito é evitar a reprodução de uma visão distorcida ou comprometida da realidade produzida tradicionalmente pelos grandes veículos tradicionais.
- 10) Divulgue e explore iniciativas de paz. A consequência desejada é garantir espaço para vozes que defendam a paz e para eventos que colaborem para a sua construção. Isso significa agir ativamente na busca e na evidência desses assuntos.

3.3 JORNALISMO HUMANIZADO

Numa análise da prática jornalística de uma forma geral, não apenas na perspectiva da cobertura da violência, Ijuim (2017) crítica, em especial, três características do jornalismo contemporâneo chamadas por ele de desumanizadoras. São elas: quando caricaturiza o ser humano; quando reduz a complexidade de um problema; e quando não reconhece o outro. Assim, como antítese, ele propõe a ideia de um jornalismo humanizador, no sentido de colaborar no combate à ignorância e para o entendimento entre as pessoas e os povos. Como exemplo, cita:

O indígena, a prostituta, o migrante ou o pobre ainda são “estranhos” aos olhos de setores da imprensa brasileira. Várias motivações de ordem socioculturais colaboram para a criação de estereótipos e a conseqüente discriminação destes e de outros grupos sociais. Estranhar, não reconhecer o Outro é uma maneira de reforçar estigmas. E a imprensa tem reproduzido esta postura discriminatória que desqualifica o ser humano (IJUIM, 2017, p.240).

Ao analisar, por exemplo, diversas reportagens sobre o sistema prisional brasileiro, publicadas nos mais diferentes veículos de imprensa, Ijuim (2017) apontou uma tendência de tratamento e redução dos acontecimentos. Segundo ele, há uma repetição dos temas fugas e rebeliões, quase sempre em coberturas que encerram no próprio fato motivador da pauta, pouco avançam numa discussão que trate da complexidade do fato social, que tem relação direta com a pobreza, o desemprego e a instabilidade familiar, entre uma infinidade de outros fatores. “Ao ignorar o fenômeno social nos acontecimentos, esta racionalidade tem levado a imprensa a constituir critérios de noticiabilidade que privilegiem o imediato em detrimento da reflexão sobre a complexidade das questões sociais” (p.237).

Essa necessidade de contextualização e de uma abordagem do fato como fenômeno social já aparecem nas reflexões de Cremilda Medina no livro “A arte de tecer o presente”, de 1973. Segundo Ijuim, esta é a primeira citação na literatura da área sobre a importância do contexto e da abrangência de um fato na cobertura jornalística. Na obra, a autora defende que o jornalismo deva revelar os bastidores dos acontecimentos, contar as histórias dentro do seu

contexto, dar visibilidade para a rede de forças que implicam os fenômenos sociais, enfim, “tecer os sentidos contemporâneos num amplo contexto democrático, reconstituir as histórias de vida num cenário das diferenças culturais” (MEDINA, 2003, p.53).

O jornalismo humanista, em síntese, chama a atenção, de forma permanente, para o todo, enquanto, tomados pela pressa e pelo ritmo incessante das redações, a imprensa, na permanentemente acelerada cobertura do factual, capta os fatos de forma isolada, sem conexões, interferências e ou relações. Os noticiários, que se pretendem um resumo, apresentam uma série de fragmentos dissociados. Quando muito, há uma aproximação e um sombreamento de assuntos. A dinâmica do trabalho jornalístico simplifica, uniformiza e reduz, enquanto a realidade se torna cada vez mais complexa, diversa e global. Neste contexto, Ijuim idealiza um jornalismo humanizado:

Munido de uma racionalidade criativa e da emoção solidária, assume a postura de curiosidade e descoberta, de humildade para sentir as dores do mundo (Dines), de empatia, de solidariedade às dores universais (Medina). Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de prejulgamentos, de preconceitos e estereótipos. Sua narrativa adquire caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador (Ijuim, 2012, p. 133-134).

Para, Medina (1986), o jornalismo, como ato de decifração, implica uma investigação que nunca é totalmente objetiva, ou cientificista como pretendem alguns, que pressupõe uma realidade de muitas verdades e contradições, cujo resultado é sempre limitado. Para ela, o ato jornalístico de narrar é reconhecido como uma ação de reprodução simbólica da realidade. Só a modificação deste *status* permitiria ao jornalismo a prática de um discurso polifônico (diversidade de vozes) e polissêmico (multiplicidade de significados).

E é nessa alteração que a autora sustenta a sua defesa da importância da atividade jornalística num contexto de novos canais de comunicação. Medina (2008) enxerga o jornalista como um mediador que articule significados e dê conta da regência de vozes numa sociedade cada vez mais complexa em suas demandas, tanto individuais, quanto coletivas. O papel do jornalista, ressalta, não pode ser conformar o público.

Medina (2008) encontra a origem da visão cientificista e reducionista na metodologia da reportagem jornalística. De acordo com ela, o culto à objetividade; a busca de dados concretos; a precisão da linguagem; a estrutura do lead (o quê, quem, quando, como, onde, por que); e a própria lógica da pirâmide invertida (a disposição das informações em ordem decrescente de importância), guardam semelhanças com dogmas da filosofia positivista³⁴. Segundo a autora, o discurso da objetividade e da busca da verdade formam um escudo na defesa dessas práticas jornalísticas simplistas.

Vale ressaltar que Medina não rejeita as consagradas técnicas jornalísticas de apuração e reportagem. O que a autora propõe é um olhar aberto, crítico e disposto sempre a considerar outros caminhos, a exploração dos sentidos e a experiência social do jornalista na construção das narrativas e no enfrentamento das incertezas, das dúvidas e das ambiguidades.

3.4 ÉTICA NO JORNALISMO

A palavra ética, numa concepção etimológica, deriva do grego *éthos* e pode ser definida como o conjunto de hábitos e de costumes no âmbito do comportamento e da cultura. Dessa forma, é possível localizar a discussão ética distante da solução de dilemas entre o legal e o ilegal. Bucci (2000) analisa que o papel da ética é oferecer “alguns parâmetros que o ajudem a tomar uma decisão entre duas alternativas igualmente lícitas, entre o certo – e o certo”.

Para Bucci (2000), a ética jornalística não pode ser resumida numa normatização da atividade – “ela não se esgota numa tábua de mandamentos que despenque dos céus sobre os homens” (p.17) – e depende fundamentalmente da ação de empregados e empregadores, tendo como fiscalizadores os cidadãos. Ela parte de um princípio inegociável: a liberdade de imprensa para informar a todos, com diversidade de vozes e sem privilégios.

O autor questiona também a ideia da objetividade jornalística. Diferente do antropólogo, exemplifica, o jornalista normalmente não tem qualquer

³⁴ O Positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no início do século XIX e que defende o pensamento científico como a única forma de conhecimento verdadeiro. A partir desse saber, poder-se-ia explicar, por exemplo, as leis da física, as relações sociais e a ética.

distanciamento cultural do seu entrevistado. Nesta perspectiva, propõe uma reflexão sobre a dinâmica provocada pela complexa tarefa de retratar o mundo vivido e os seus personagens reais:

O jornalista é, portanto, um sujeito falando de outro sujeito para um terceiro sujeito. Ou é um sujeito falando com outro sujeito sobre um terceiro. E um quarto. Rigorosamente, então, o jornalismo não tem objetos – só tem sujeito. Os repórteres, os fotógrafos, os câmeras – todo mundo na imprensa – têm suas definições de foro íntimo, são idênticos aos seus objetos (ou melhor, aos sujeitos que lhe servem de objetos), isto é, são iguaizinhos àqueles que são notícia e àqueles que são leitores, telespectadores e ouvintes. Como é, então, que podem descrevê-los objetivamente? A única resposta possível é subjetiva: depende de quem for o jornalista e de qual for a história a ser investigada e contada (BUCCI, 2000, p.93).

O jornalismo pode ser sintetizado, na interpretação de Bucci (2000), como a atividade cujo ideal é narrar a aventura humana o mais próxima possível do acontecimento e levar a notícia para a população. Assim, não há relato técnico e impessoal possível, que não seja atravessado por uma série de questões da ordem pessoal e subjetiva. Não se trata, no entanto, de qualquer grau de irracionalidade atravessando as narrativas jornalísticas.

Por outro lado, essa é uma característica fundamental para que haja humanidade do jornalismo. Ninguém, nem mesmo o bom repórter, pode ser imune a crenças, a convicções e a paixões. E, como já disse Cláudio Abramo, os profissionais da imprensa não estão acima do bem e do mal e não são agentes passivos da sociedade. Ou ainda, a qualidade da informação tem relação direta com a formação pessoal do profissional. “O jornalismo é uma atividade intelectual – ou é inconsequente e tolo” (BUCCI, 2000, p.199).

A dinâmica de trabalho numa redação jornalística exige que os jornalistas tomem decisões de forma permanente, sem que haja tempo e espaço para grandes discussões coletivas sobre os impactos de uma cobertura ou mesmo a respeito das questões éticas envolvidas nas pautas. E mesmo outras deliberações rotineira como: entre todos os fatos do cotidiano, quais serão noticiados? E quem serão os entrevistados? Quais perguntas serão feitas? E, entre as respostas dadas pela fonte, quais serão os trechos escolhidos para compor a reportagem?

Muitas destas e de outras decisões ainda mais complexas, que podem inclusive afetar honras e reputações, são tomadas solitariamente e levam em consideração as alternativas possíveis em determinada circunstância, medindo as consequências e os efeitos. Uma reflexão que envolve a moral e os valores. “E, toda vez que uma opção é feita, alguém perde e alguém ganha” (BUCCI, 2000, p.43).

As narrativas cotidianas produzidas pela imprensa são feitas também de pessoas e de instituições e suas histórias, com efeito direto nas suas imagens no imaginário popular. “A mídia contribui para o julgamento social de pessoas e organizações, às vezes, decidindo sua imagem atual ou mesmo seu futuro imediato” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.33).

Assim, executar a atividade de forma responsável, prudente e correta do ponto de vista das etapas que envolvem o bom fazer jornalístico é um compromisso técnico e ético também. É isso que Christofolletti (2008) e Bucci (2000) destacam: ética e técnica ocupam o mesmo campo e, na perspectiva da prática profissional, são indissociáveis. Ser um bom profissional significa também que o jornalista trabalha de forma ética. Afinal, é impossível cumprir a sua função social com comportamentos condenáveis do ponto de vista ético.

Nessa direção, o jornalismo constrói para si uma espécie de missão, de lugar e vocação social: fiscaliza os poderes estabelecidos, investiga e denuncia abusos, luta por uma camada da sociedade. Com isso, fica nítido também que ele é parcial, afinal toma partido (CHRISTOFOLETTI, p.47).

A ideia de um jornalismo bem feito é indissociável da noção de uma prática eticamente bem conduzida. “O fazer jornalístico pressupõe uma ética, mas não depende de discorrer sobre ela”, diz Bucci, ao refletir sobre o desinteresse sobre a discussão entre os profissionais nas redações de uma forma geral.

Esta realidade, porém, não é uma escolha deliberada. Ela é resultado da pressão do tempo, da urgência da notícia, da competição com a concorrência, da estrutura mais ou menos enxuta e de uma cultura baseada na hierarquia interna, que conta com a confiança no trabalho e na decisão dos colegas. “Às vezes, confiar significa confiar cegamente. ‘A sua matéria caiu’ (não será publicada). E significa aceitar” (BUCCI, 2000, p.44).

Porém não basta apenas tomar as decisões corretas. Numa sociedade democrática, é importante que o jornalista dê transparência e compartilhe com o público as etapas do processo de produção e as justificativas que embasaram as decisões tomadas ao longo da apuração e da edição dos materiais. A relação da imprensa com a audiência remete a um vínculo de confiança, cujas bases estão na ética e na transparência.

A ética jornalística não é apenas um atributo intrínseco do profissional ou da redação, mas é, acima de tudo, um pacto de confiança entre a instituição do jornalismo e o público, num ambiente em que as instituições democráticas sejam sólidas (BUCCI, 2000, p.25).

Bucci diferencia o papel das normas legais e da ética jornalística. “As primeiras têm sua validade e sua eficácia asseguradas pelo Estado. Quanto aos códigos de ética que existem na imprensa, surgem como manifestações da consciência da profissão ou da empresa ou da organização” (BUCCI, 2000, p.206). A importância destes documentos está em expressarem o compromisso de um grupo de profissionais com um padrão de comportamento e com um conjunto de valores.

Bucci (2000) e Christofolletti (2008) entendem que uma conduta ética não permite a desconexão do jornalismo com a defesa da democracia, dos direitos humanos e da pluralidade. “Na defesa desses temas, é bom frisar, o jornalista nunca é isento, neutro e equânime, mas sempre é um militante” (BUCCI, 2000, p.49). Nesta perspectiva, Christofolletti destaca a importância do cultivo de virtudes como a temperança, a compaixão, a misericórdia e a gratidão, no entendimento que a condição humana é indissociável da profissional. “Elas reforçam o jornalismo como uma atividade de inconformismo e transformação social” (2008, p.39).

Uma boa parte de um dos capítulos do livro *Ética no Jornalismo*, de Rogério Christofolletti (2008), é destinada à discussão sobre a conduta do jornalista nas coberturas da violência. Para ele, além das virtudes exigidas do profissional generalista, quem trabalha diariamente com este tema precisa também de alguns conhecimentos específicos sobre leis, normas, procedimentos jurídicos, noções de criminologia e um pouco da rotina policial.

Christofolletti (2008) chama atenção ainda para os desvios provocados pela proximidade entre policial e o repórter. “É comum também que haja uma predisposição desses jornalistas para ficar do lado da polícia em qualquer situação, bem como se permitir constranger e hostilizar criminosos” (p.60). O perigo de enxergar a fonte como um parceiro ou um aliado está no fato de perder aquele alerta ético que chama atenção para uma informação que precisa ser confirmada ou de uma história que exigem checagem. A desconfiança é um mecanismo permanente de controle de qualidade do jornalismo.

Por melhor, mais correto e bem intencionado que possa ser o trabalho da polícia em uma operação, o erro continua sendo uma possibilidade. Isso sem falar numa eventual manipulação de dados ou mesmo abuso de poder na tentativa de defesa dos interesses pessoais ou da corporação. Por isso é dever do jornalista ser crítico e exercitar a dúvida rotineiramente. A polícia não é a lei, mas a força usada – ao menos teoricamente - para a sua manutenção e garantias.

Não é porque o delegado anuncia que o fulano é suspeito de um crime que a mídia deve estampar seu nome ou foto na condição de criminoso. O indivíduo está sendo acusado, mas ainda não foi sentenciado pela justiça. Enquanto isso não acontecer, mesmo que se reúnam indícios que sujem a sua ficha, o cidadão em questão é apenas alguém que pode responder pelo crime. As etapas de um processo judicial são diversas, e o jornalista deve conhecê-las, acompanhá-las e explicar ao público o que cada estágio significa concretamente naquela história (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.62).

Pode parecer óbvio, mas a imprensa absorve o discurso da polícia e, com frequência, chama o detido de preso, o investigado de acusado, o acusado de criminoso, entre outras generalizações imprecisas, equivocadas e perigosas. Não basta haver provas, é preciso que haja julgamento para uma condenação. E, por mais leigo que o profissional possa ser, é improvável que desconheça um dos princípios mais básicos e populares do direito: todas as pessoas são inocentes até que se prove o contrário. E prova não é indício, nem, necessariamente, suspeita. Por fim, é importante saber que apenas quem pode condenar alguém é a justiça. Acreditar na inocência ou desconfiar da culpa podem ser bons conselhos como ponto de partida.

O pré-julgamento é um dos principais crimes que o jornalismo comete. É também uma constante preocupação ética dos profissionais. Por isso, jornalistas devem seguir o Direito, absorver a presunção de inocência, ouvir proporcionalmente todos os lados da história e evitar a exploração exagerada de fatos que possam provocar comoção ou alarme social. Se jornalistas não são policiais, tampouco são juízes (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.62).

Um dos vícios mais comprometedores na cobertura policial é a cópia cega dos boletins de ocorrência, como se o documento fosse o resultado de uma investigação e não o início de uma apuração. Os dados ali registrados exigem checagem. Muitas vezes, representam apenas a versão de uma das partes envolvidas num caso e, invariavelmente, reduzem o problema a um conflito entre mocinhos e bandidos. “[...] os meios de comunicação atuam não apenas para informar, mas também para disseminar sentimentos como o ódio, a sensação de impunidade ou de punição insuficiente. Daí a incitar a fazer justiça com as próprias mãos é um passo” (CHRISTOFOLETTI, 2008, 63).

3.5 DEONTOLOGIA

O jornalismo é uma atividade regulada pela ética e, também, por uma série de códigos e normas que buscam uma orientação comum para os diferentes profissionais nas mais distintas empresas, situações e coberturas. De uma forma geral, estes documentos trazem princípios em torno dos seguintes conceitos: respeito à verdade; direito público à informação de qualidade; reportagens baseadas em diferentes pontos de vista; o uso de métodos éticos e legais na apuração; entre outros. No texto a seguir, o autor fez um recorte a partir de documentos importantes que, em especial, trazem enunciações e proposições úteis na reflexão proposta pela presente pesquisa: as coberturas sobre os casos de violência policial na perspectiva dos direitos humanos.

O Código de Ética do Jornalismo³⁵ no Brasil, aprovado em 29 de setembro de 1985, pela Federação Nacional dos Jornalistas, fixou normas que regulam a

³⁵ Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros - Fenaj. Disponível em: <https://bit.ly/2OQepzP>
Acessado em: 16.10.2019.

atuação profissional na relação com a comunidade, com as fontes de informação e entre os colegas. O texto tem 27 artigos e é dividido em quatro partes: do direito à informação, da conduta profissional do jornalista, da responsabilidade profissional do jornalista e, por último, pela aplicação do Código de Ética.

Para esta pesquisa, merecem destaque os trechos que remetem a uma relação mais direta com a cobertura jornalística da violência policial na perspectiva dos direitos humanos, do compromisso social e da construção da cidadania. Assim, cabe ênfase nos seguintes artigos:

Art. 2

II - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas;

Art. 6º É dever do jornalista:

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha;

X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito;

XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias;

XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.

Art. 7º O jornalista não pode:

IV - expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais;

V - usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime;

Art. 9 A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística.

Art. 11. O jornalista não pode divulgar informações:

II - de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes;

III - obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos,

salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração;

Art. 12. O jornalista deve:

VI - promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas e defender o direito de resposta às pessoas ou organizações envolvidas ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável; (FENAJ, 2007).

A Associação Nacional dos Jornais (ANJ)³⁶, que trabalha na defesa dos interesses dos jornais brasileiros, defende a liberdade de imprensa e representa o Brasil junto a entidades internacionais congêneres, estabelece dez preceitos éticos que devem ser cumpridos pelos seus cerca de 90 afiliados. Quatro deles têm uma relação mais próxima com os temas envolvidos nesta pesquisa. São eles:

4. Defender dos direitos humanos, os valores da democracia representativa e a livre iniciativa
5. Assegurar o acesso de seus leitores às diferentes versões dos fatos e às diversas tendências de opinião da sociedade
6. Garantir a publicação de constatações objetivas das pessoas ou organizações acusadas, em suas páginas, de atos ilícitos ou comportamentos condenáveis
8. Respeitar o direito de cada indivíduo à sua privacidade, salvo quando esse direito constituir obstáculo à informação de interesse público (ANJ, 1991).

Com a intenção de oferecer aos jornalistas um subsídio para o tratamento respeitoso dos mais diferentes assuntos e que colabore na construção e na garantia de direitos, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), em parceria com o Coletivo Intervozes³⁷, lançou, em 2014, o Guia Mídia e Direitos Humanos.

A publicação traz orientações sobre a abordagem de temas como pessoas com deficiência, as questões de gênero, a população negra, crianças e

³⁶ Código de Ética e Autorregulamentação - ANJ. Disponível em: <https://bit.ly/33vBrA0> Acessado em: 16.10.2019

³⁷ O Coletivo Intervozes é uma organização não governamental brasileira fundada em 2003 que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação. Disponível em: <https://intervozes.org.br/> Acessado em 20.07.2020

adolescente e a população idosa. A proposta é evitar o uso e a manutenção de estereótipos pela imprensa. O texto oferece ainda um glossário que orienta como tratar assuntos sensíveis e a utilização de expressões inclusivas, além de um guia de fontes e uma lista de boas práticas na perspectiva dos direitos humanos, como as destacadas a seguir.

- Ouvir de quem se fala: é sempre importante dar voz a pessoas, especialistas e movimentos organizados que representam as populações que são tema da matéria.

- Dar espaço para opiniões divergentes: vale fugir do senso comum e procurar dar espaço igualitário para opiniões antagônicas sobre assuntos polêmicos, como cotas para a população negra, por exemplo. Certamente existem grupos organizados e especialistas com posicionamentos diferentes sobre os mais variados temas de direitos humanos.

- Qualificar as informações que subsidiam a matéria: pesquisas, censos e dados estatísticos podem ser encontrados facilmente na internet e melhoram a qualidade de qualquer material jornalístico, além de, muitas vezes, quebrar ideias equivocadas pautadas apenas no senso comum.

- Atentar para a linguagem utilizada: as palavras têm poder e carregam significados históricos. É uma questão básica de respeito tratar as pessoas da forma como elas acham que devem ser chamadas. Os movimentos sociais já têm um debate acumulado sobre quais termos fortalecem sua identidade ou desqualificam sua luta. Portanto, é sempre importante se informar sobre que expressões são respeitadas para esses grupos.

- Elas, eles, todas e todos: a linguagem inclusiva de gênero é marcadamente militante e sofre, além do preconceito voltado para mulheres e LGBT, uma dificuldade prática da língua portuguesa. Como equilibrar o texto entre a necessidade de inclusão e as regras gramaticais é um desafio, mas algumas tarefas são possíveis, como usar “crianças”, ao invés de “meninos”; ou “pessoal da limpeza”, no lugar de “mulheres da limpeza”; além de se poder utilizar o feminino e o masculino pelo menos em palavras importantes ou frases de mais impacto nas matérias.

- Observar a lei: alguns casos de cuidados de apuração, redação e produção de imagem abrangem mais do que o respeito aos grupos socialmente minoritários. No caso de crianças e adolescentes que cometem atos infracionais, a lei proíbe que sejam identificados, mesmo que pelo uso de iniciais ou fotos que mostrem o local de moradia ou familiares.

- Oferecer um serviço aos/às leitores/as: é interessante acrescentar informações que permitam ao público leitor conhecer mecanismos de denúncia de violações de direitos ou ter acesso a instituições do poder público que tratem dos temas abordados nas matérias. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por exemplo, dispõe de um disque denúncias (Disque 100). Ao longo de cada capítulo, você verá outras possibilidades de serviço, mas é importante também estar atento/a aos espaços que existem na sua cidade (INTERVOZES, 2014).

A Federação Internacional de Jornalistas³⁸ reúne sindicatos profissionais de mais de 100 países. Entre os preceitos estão: a liberdade de imprensa, os direitos humanos, os direitos trabalhistas, a democracia e o combate à pobreza. Um dos seus princípios orienta os jornalistas a fazerem “o extremo para evitar discriminação baseada, entre outras coisas, em raça, sexo, orientação sexual, linguagem, religião, ou opiniões políticas e origens nacionais ou sociais” (FIJ, 1954).

Os Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo³⁹ foram definidos por entidades de jornalistas de diversos países em nome de mais de 400 mil profissionais na década de 1980 nas cidades de Praga e Paris. São dez fundamentos de concordância internacional que deveriam orientar os códigos de ética profissional pelo mundo. Destaque para o oitavo princípio, que trata do Respeito aos Valores Universais e à Diversidade de Culturas:

Um verdadeiro jornalista zela pelos valores universais de humanismo, acima de tudo paz, democracia, direitos humanos, progresso social e liberação nacional, enquanto com respeito ao caráter distintivo, valor e dignidade de cada cultura, como também o direito de cada pessoa escolher e desenvolver livremente seus sistemas políticos, sociais, econômicos e culturais. Assim o jornalista participa ativamente na transformação social para a melhoria democrática da sociedade e contribui em todos os lugares através do diálogo para um clima

³⁸ Federação Internacional de Jornalistas. Disponível em: <https://www.ifj.org/> Acessado em: 22.06.2020

³⁹ Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo: Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/> Acessado em: 22.06.2020

de confiança nas relações internacionais que conduz à paz e à justiça em todo lugar, para o desarmamento e o desenvolvimento nacional. Pertence à ética da profissão que o jornalista esteja atento às providências pertinentes contidas nas convenções, declarações e resoluções internacionais (UNESCO, 1983).

Mesmo com essa breve análise de códigos e manuais que servem de orientação para a prática profissional, fica claro o quanto o respeito aos direitos humanos faz parte da natureza do jornalismo. Ou, quem sabe, deveria estar do ponto de vista deontológico, normativo e moral. Não há dúvidas sobre a necessidade de um compromisso ético com a diversidade, a pluralidade, o respeito e a defesa dos menos favorecidos. Mesmo no contexto de uma atividade profissional, ligada a uma empresa, numa lógica capitalista, são esses os paradigmas que devem orientar a prática e o exercício da imprensa.

O grande desafio, porém, é garantir que estes códigos e práticas sejam respeitados pelos profissionais e pelas empresas de comunicação. Mesmo que haja a preocupação e o genuíno interesse do jornalista de agir conforme os princípios éticos estabelecidos, não é simples conciliar os desafios da rotina, as dificuldades estruturais, as pressões por tempo e produtividade, além da inerente subjetividade da interpretação – seja de um artigo da lei ou de uma circunstância objetiva relacionada à notícia – de cada um.

A complexidade do dever do jornalista é bastante nítida em muitos códigos. E os princípios e artigos se tornam algumas vezes ambiguidades e contradições cuja efetividade se perde no mar da subjetividade, na qual as interpretações e ações decorrentes podem ir para qualquer lado (KARAM, 2004, p. 78).

O engajamento aos princípios expostos nos códigos também depende de adesão voluntária. Não há a previsão legal de sanções profissionais em situações de comprovado descumprimento das regras. No caso da Fenaj, por exemplo, pode haver a expulsão do quadro social da entidade – o que não impediria o prosseguimento do exercício do jornalismo. Em casos mais graves, a entidade pode encaminhar uma representação junto ao Ministério Público, cuja investigação e uma eventual condenação não dependem da entidade de classe.

Art. 17. Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação. Parágrafo único - Os não-filiados aos sindicatos de jornalistas estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação (FENAJ, 2007).

Além disso, é importante destacar que as decisões sobre a pauta, a orientação editorial, os recursos destinados à produção e o tempo disponível para a execução do trabalho não dependem apenas do jornalista que assina a reportagem. Outros profissionais que ocupam as funções de editores, chefes de reportagem ou ainda outros cargos de gestão são responsáveis também pelas deliberações que impactam no resultado levado à audiência. A estrutura de cada empresa também exerce influência no tempo e no modo como o material é feito e, conseqüentemente, no produto final.

No Brasil são raras as tentativas de autorregulamentação. Algumas empresas jornalísticas criam uma estrutura de ouvidoria para receber as críticas da audiência e dar respostas aos descontentes. Em outros casos, porém, cada vez mais isolados, a aposta é na figura do ombudsman, o jornalista cuja função é avaliar e fazer a crítica pública às coberturas do veículo no qual ele trabalha. Estes espaços são responsáveis também por recomendar medidas de correção e realizar esclarecimentos. As iniciativas não são uma exigência legal. A implementação e a manutenção dependem exclusivamente de decisões empresariais e do compromisso moral do veículo com a sua audiência.

No Reino Unido, após ameaça do governo de regular a atuação de jornais e revistas, as próprias empresas de comunicação tomaram a iniciativa. Foi criada a Comissão de Queixas contra a Imprensa e um código de práticas. A ideia foi oferecer ao público a possibilidade de denunciar veículos signatários do código que violem as regras definidas. As reclamações mais comuns envolvem questões como a exatidão das informações, o equilíbrio de determinada cobertura e o bom gosto de uma reportagem ou da programação em geral. A

entidade é sustentada pelas empresas associadas, que se comprometem em seguir as suas orientações⁴⁰.

Puddephatt⁴¹ (2011) assina um documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) da série comunicação e informação. O título deixa clara a perspectiva do estudo: “A importância da autorregulação da mídia para a defesa da liberdade de expressão”. A alegação é que a normatização proposta pela própria imprensa preserva a independência e protege contra a interferência política de governos. Ele acredita que a pressão exercida pelos pares pode criar um ambiente de estímulo às boas práticas, benéfico para o setor. O estabelecimento de códigos de condutas comuns também pode ser um incentivo à melhoria nas condições profissionais de trabalho. No texto, Puddephatt argumenta ainda sobre a importância do Estado no aspecto jurídico de uma forma bastante específica e limitada na regulação do conteúdo em algumas situações, como a proteção de pessoas diante de acusações falsas ou de discursos que estimulem a violência.

3.6 TRANSPARÊNCIA

A transparência é um valor em ascensão na sociedade contemporânea. A palavra remete a uma ideia de honestidade e correção. Por isso, governos, entidades públicas e privadas são, cada vez mais, exigidos por lisura em suas ações. A transparência empresta credibilidade aos processos e reforça uma sensação de justiça entre as pessoas.

De acordo com Oliver (2004), a maior virtude da transparência está no seu impacto coletivo, com potencial de aplicação em organizações de todas as naturezas ou mesmo nas relações humanas. O conceito virou um mantra

⁴⁰ Transparency is in the public interest. Disponível em: <http://www.pcc.org.uk/cop/practice.html>
Acessado em: 12.12.2020

⁴¹ Andrew Puddephatt é diretor da Global Partners and Associates (organização que promove a democracia e os direitos humanos), presidente da CAADA (organização que luta contra a violência doméstica no Reino Unido) e preside ainda a International Media Support na Dinamarca (organização que luta pelo fortalecimento da capacidade da imprensa de reduzir conflitos, facilitar o diálogo e promover a democracia).

contemporâneo nas mais diferentes perspectivas da vida: econômica, social ou cultural.

No jornalismo, também se percebe um movimento de valorização da transparência, principalmente nas dinâmicas que envolvem a produção de reportagens ou a realização de coberturas. Porém, é importante registrar que os aspectos como a orientação editorial do veículo ou do programa e os critérios usados na definição da pauta seguem, na maior parte das vezes, ainda obscuros ao grande público. O jornalismo reivindica a credibilidade, mas não oferece mecanismos à audiência para aferir a qualidade do trabalho. “Falta, portanto, transparência capaz de revelar os procedimentos e as credenciais que tornem dignos de confiança as notícias e os autores, respectivamente” (GUERRA, 2014, p.200).

Nora Paul (1994) é diretora do Instituto de Estudos em Novas Mídias da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, pesquisadora na área da Comunicação e autora de diversos livros na área. Em “Alguns paradoxos da privacidade”, ela faz uma crítica ao jornalismo que cobra transparência das fontes, dos governos e das empresas, mas não é capaz de dar visibilidade aos seus processos de produção e suas intenções no tratamento de determinado conteúdo. Ela cobra, por exemplo, que as organizações jornalísticas deem visibilidade aos seus balanços financeiros e deixem claro os seus posicionamentos políticos relacionados a questões sociais. E ela tem razão: para cobrar transparência, é preciso acabar com a opacidade, ou o discurso não encontra eco na prática.

O diagnóstico feito por Paul pode ser confirmado numa pesquisa realizada pelo International Center for Media and The Public Agenda (ICMPA)⁴², criado em 2006 pela Universidade de Maryland, nos Estados Unidos. O estudo analisou os sites de 25 maiores veículos de imprensa do mundo a partir de cinco critérios: a existência de ferramentas para correção das matérias já publicadas; de informações a respeito dos proprietários e sobre os seus demais negócios; de um guia interno para repórteres; de uma publicação que torne acessível à

⁴² Rodapé: O estudo apontou os jornais The Guardian (inglês) e The New York Times (norte-americano) como os mais transparentes e indicou a revista Time (norte-americana) e o canal britânico de TV Sky News como os últimos colocados. A pesquisa completa está disponível em http://www.icmpa.umd.edu/pages/studies/transparency/z_study_conclusions.html Acessada em: 12.12.20

audiência as orientações editoriais para as coberturas – indicando, por exemplo, como fontes anônimas são utilizadas – e de uma busca ativa pelos comentários e críticas dos leitores.

Como resultado do levantamento, alguns números preocupantes – considerando que foram verificadas as empresas com as melhores estruturas do ponto de vista físico, tecnológico e de pessoal: apenas sete dos 25 grupos pesquisados têm a figura do ombudsman ou equivalente. Além disso, nove sites não oferecem nenhum espaço para a interação com a audiência. Os eventuais erros cometidos pelos veículos não merecem qualquer destaque nas páginas de 14 deles.

Como conclusão, Sydney Schanberg, jornalista norte-americano vencedor do Prêmio Pulitzer de 1976, cobra uma mudança de atitude por parte da imprensa:

A imprensa clama por transparência do governo, corporações, dentre outros. Mas aqui os repórteres rejeitam transparência para eles próprios, e ainda dizem que praticam o bom jornalismo. O público necessita de mais explicação, e ela somente pode vir dos próprios repórteres (SCHANBERG apud MAIA, 2008, p.133).

Conhecer a metodologia de trabalho de cada veículo, os aspectos da cultura interna que o diferencia, a linha editorial que orienta as coberturas e os procedimentos de apuração e de tratamento da informação deveria ser prerrogativa da audiência.

Lisboa e Benetti (2015) defendem que o discurso jornalístico deve oferecer evidências sobre os métodos e processos de apuração, além de argumentos que sustentem a crença na história. Essas informações podem servir como guia para a audiência formar a própria opinião e tomar as suas decisões. A transparência dos processos de produção qualifica o conteúdo e impacta na credibilidade.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) definem a transparência como a consequência da busca pela verdade. Para disciplinar a verificação, os autores apontam cinco conceitos básicos, considerados por eles os princípios intelectuais da disciplina da reportagem: nunca acrescentar nada que não exista à narrativa; não enganar o público; confiar exclusivamente no seu próprio trabalho

de reportagem; seja humilde; e, por fim, deixe o mais transparente possível os seus métodos e motivos.

A última orientação expressa na lista também pode tornar mais clara para a audiência a noção do interesse público estabelecido pela pauta e pelo trabalho de reportagem. Para Craft e Heim (2009), a transparência é um método pelo qual os jornalistas tentam e podem restabelecer a confiança do público. Dessa forma, conquistar e manter a credibilidade é condição indispensável para que o jornalismo se efetive.

Kovach e Rosenstiel (2003) oferecem outra colaboração importante para discussão da transparência, considerada por eles um valor também jornalístico. Eles chamam de “Regra de Transparência” a soma das ações adotadas por um veículo com a intenção de dar visibilidade aos processos de produção de notícias. O propósito é dividir com o público a formatação da narrativa, os processos de apuração e de edição, oferecendo detalhes que ajudem a audiência a entender as dinâmicas, as decisões tomadas e, acima de tudo, julgar a validade da informação.

No entanto, vemos um embaralhamento cada vez maior de gêneros e de conteúdos de propósitos distintos. Até a separação entre aquilo que é informação e o que é opinião às vezes fica difícil de ser feita pelo leitor/telespectador. Assim, a audiência consome sem a percepção imediata do que é “exposição da realidade e o que é ajuizamento de valor” (ABRAMO, 2003, p. 41).

Os interesses políticos e econômicos que envolvem o negócio jornalismo também podem ajudar a entender a dificuldade de tornar públicos os motivos que levam uma organização jornalística a tomar uma determinada decisão editorial ou a divulgar quem são os parceiros comerciais, patrocinadores ou financiadores da empresa.

Com a intenção de intensificar a relação com o público leitor e também em aumentar a transparência sobre os processos de produção de notícias, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) criou, em 2011, o Programa Permanente de Autorregulamentação⁴³. Entre as principais medidas estão: a criação ou a manutenção do cargo de Ombudsman, a publicação das mensagens dos leitores, o reconhecimento público dos erros e a criação de conselhos editoriais

⁴³ Associação Nacional de Jornais – Programa Permanente de Autorregulamentação. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/programa-permanente.html> Acessado: 26.11.20

dentro das redações. As ações não são obrigatórias para os mais de 100 jornais associados à entidade. Elas dependem da iniciativa e adoção voluntária de uma ou mais procedimentos.

Maia (2008), porém, sugere que o profissional não espere a orientação do seu veículo e tome a iniciativa de compartilhar os procedimentos adotados na produção das suas reportagens com os seus leitores, telespectadores e ouvintes. A ideia é que o próprio jornalista busque estabelecer uma comunicação direta com o seu público através de canais existentes, como redes sociais digitais, blogs ou até a publicação de livros-reportagens. Mesmo nos casos em que esta preocupação não esteja no horizonte da empresa, ela indica a busca de brechas por parte do profissional, especialmente, no meio digital.

O jornalismo também poderia iniciar um movimento concomitante à indústria cinematográfica que começa a tornar recorrente o recurso de mostrar o making off dos filmes produzidos. As inúmeras facilidades possibilitadas pelas tecnologias da informação poderiam ser mais bem aproveitadas, já que o crescimento vertiginoso do fluxo informativo apresenta uma nova perspectiva em que os leitores, ouvintes, telespectadores e internautas devem ter direito de acesso não só à informação, mas também aos mecanismos de produção da mesma (MAIA, 2008, p.135).

E foi com a intenção de oferecer às organizações métodos e critérios mínimos que pudessem orientar o trabalho das organizações de imprensa e também aferir os níveis de transparência e confiabilidade do trabalho que surgiu, em maio de 2019, o Credibilidade, capítulo brasileiro do *Trust Project*. A iniciativa reúne pesquisadores, profissionais do mercado e representantes dos veículos de comunicação no estabelecimento de modelos comuns de transparência. O objetivo é permitir às pessoas uma avaliação mais objetiva sobre a qualidade e a credibilidade dos conteúdos jornalísticos. O sistema – formatado a partir de entrevistas com jornalistas, representantes de 65 organizações de imprensa dos Estados Unidos e da Europa e com o público – definiu oito indicadores⁴⁴ considerados fundamentais para a implantação do projeto. São eles:

⁴⁴ Manual Credibilidade – Trust Project. Disponível em: <https://www.manualdacredibilidade.com.br/indicadores> Acessado em: 26.11.20

- 1) Melhores práticas: quem financia o veículo? Proprietários, sócios, patrocinadores? Qual a missão do veículo? E os compromissos éticos: diversidade na equipe de reportagem/edição e de vozes, precisão e política para correções, entre outros padrões.

Neste item, naquilo que diz respeito ao trabalho do jornalista, o projeto faz algumas recomendações relevantes para o estudo em questão. São elas: investigar informações com ceticismo, questionar suposições e duvidar do senso comum; confirmar informações dadas pela fonte com outras, com especialistas ou em documentos; orientar os jornalistas a fazerem as seguintes perguntas na verificação de uma informação: como você sabe? Como pode ter certeza a respeito? Onde está a evidência? Quem é a fonte e como a fonte sabe? Qual documentação apoia a apuração?

- 2) Histórico do jornalista: detalhes sobre quem produziu a matéria, incluindo expertise e outras matérias em que atuou.
- 3) Tipo de matéria: etiquetas para distinguir opinião, análise e publicidade (conteúdo patrocinado), por exemplo, de reportagens noticiosas.
- 4) Citações e referências: para matérias investigativas ou em profundidade, maior acesso às fontes por trás dos fatos e afirmações. Neste item, a orientação para os veículos que integram o projeto é que ofereçam detalhes sobre o currículo ou a trajetória dos entrevistados para fortalecer a credibilidade da fonte. Além disso, a recomendação é que o anonimato só seja uma alternativa quando for absolutamente necessário. Neste caso, é importante evidenciar os motivos.
- 5) Métodos: informações sobre como os repórteres decidiram apurar a matéria e o que fizeram durante o processo
- 6) Apuração local: permitir que as pessoas saibam quando a matéria tem origem ou expertise local. Isto é, apontar claramente se o repórter esteve ou não no local do fato. A data e o horário também podem ser informações importantes.
- 7) Diversidade de vozes: os esforços da redação para trazer perspectivas diversas para a reportagem. A atenção deve ser especial em questões complexas como raça, classe, gênero e geografia, para que seja garantida a inclusão de pontos de vistas diferentes.

- 8) Feedback acionável: estimular a colaboração do público, estabelecendo prioridades para a cobertura, contribuindo para o processo de reportagem e garantindo a precisão. Neste ponto, a orientação é encorajar ativamente a interação com o público para captar o ponto de vista da audiência, abrir um canal para esclarecer sobre o processo de produção de notícias, que pode servir também para o recebimento de críticas e sugestões.

Esses modelos são adotados por mais de duzentos veículos noticiosos digitais de diversos países através de um consórcio internacional. No Brasil, o Projeto Credibilidade é realizado por meio de uma parceria entre o Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor)⁴⁵ e o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Os seis veículos nacionais membros da iniciativa são: Grupo Folha – um dos maiores conglomerados de mídia do País –, Poder 360 – jornal digital focado em política –, Agência Lupa – a primeira agência de checagem do Brasil –, Agência Mural – agência de notícias, de informação e de inteligência sobre as periferias das cidades da Grande São Paulo –, Nexo – veículo de jornalismo digital independente – e O Povo – grupo de comunicação que edita o jornal mais antigo em circulação do Estado do Ceará. Outros sete estão em fase de implementação. Não há nenhuma emissora de televisão ou mesmo um veículo digital voltado ao audiovisual entre os 13 parceiros da iniciativa no Brasil neste momento.

Träsel, Lisboa e Reis (2018) submeteram os 24 produtores de conteúdo do país com maior audiência nas suas páginas do Facebook aos indicadores do projeto Credibilidade. Entre eles, por exemplo, veículos jornalísticos tradicionais como G1, Folha de São Paulo, Época e BBC, e outros que sequer fazem jornalismo, como o Sensacionalista – um site de sátira política que se autointitula veículo de mídia – e o Jornal Livre – que, embora se denomine também veículo de mídia, é um braço do Movimento Brasil Livre (MBL)⁴⁶ e é usado para

⁴⁵ O Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) é uma entidade civil sem fins lucrativos não-governamental, não-corporativa, pluralista e apartidária, criada em 2002 e voltada à reflexão e aprimoramento da prática jornalística. Disponível em: <https://www.projor.org.br/> Acessado em 28.11.20

⁴⁶ O Movimento Brasil Livre é um movimento político brasileiro que defende o liberalismo econômico. O grupo foi um dos responsáveis pela organização das manifestações de rua que

“denunciar” jornais, jornalistas e reportagens considerados “comunistas” ou inimigos do liberalismo econômico.

Além de chamar a atenção para o fato de que os sites de conteúdo político mais lidos do Facebook não produzem jornalismo, os autores alertam também para a dificuldade de se distinguir a natureza destes materiais. Algumas iniciativas usam as características narrativas do jornalismo para produzir um pseudojornalismo. Um material que não tem compromisso com a verdade, que não passou por um processo de apuração e, muitas vezes, é uma tentativa de manipular dados e informações para enganar a audiência.

Embora os melhores colocados no ranking com as 24 iniciativas sejam aqueles que realmente estão comprometidos com a qualidade e a transparência, em alguns casos, submetidos aos indicadores, jornalismo e pseudojornalismo aparecem lado a lado. Um exemplo disso está no fato do Sensacionalista aparecer na frente de veículos como UOL, R7 e IstoÉ no ranking feito a partir dos indicadores do Credibilidade.

É importante que os líderes do Projeto Credibilidade estejam cientes dessa realidade para auditar a ferramenta que fará a atribuição automática de credibilidade de um veículo, pois há chances de produtores de conteúdo manipularem as informações de modo a ganhar o selo do Trust Project sem estarem comprometidos na prática com as normas e padrões defendidos (TRÄSEL, LISBOA E REIS, 2018, p.16).

É fundamental destacar que o estabelecimento dos métodos e critérios pelo Credibilidade e adoção dos mesmos pela imprensa não resolve todos os problemas das coberturas jornalísticas. Porém, pode ser um estímulo para debate em torno da adoção de práticas transparentes e de processos de aperfeiçoamento das rotinas de produção. Além disso, oferece para a população uma ferramenta – construída a partir da pesquisa e também da experiência empírica dos jornalistas – capaz ajudar na avaliação dos conteúdos e no estabelecimento de uma relação de confiança ou de desconfiança diante de uma notícia.

culminaram na queda da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016. O coletivo também mobilizou as forças políticas que levaram Bolsonaro (PSL) à vitória em 2018 contra Fernando Haddad (PT).

A transparência apontada como um valor, um método ou um processo pode ser uma ferramenta importante para os jornalistas evidenciar o profissionalismo na apuração e deixarem claros os seus objetivos. Num contexto de desinformação da população ou mesmo de dificuldade de acesso dos jornalistas às informações ou às fontes, tornar claras as circunstâncias e as condições de trabalho na produção de uma notícia pode ser importante na luta contra a desconfiança e a ignorância. E, além disso, agregar credibilidade ao conteúdo.

4. TELEVISÃO E TELEJORNALISMO

No prefácio à edição brasileira de “Elogio do Grande Público”, publicado na década de 1990, Dominique Wolton destaca que “não só o espetáculo em imagem seduzia imediatamente, como também a janela para o mundo proporcionada pela informação, pelos documentários, filmes e espetáculos estrangeiros fizeram da televisão um dos meios instrumentais da emancipação cultural”. Para o sociólogo francês, a história da televisão está diretamente ligada ao “surgimento da democracia de massa e da progressiva abertura para o mundo” (1996, p. 7).

Se por um lado a televisão sempre proporcionou o convite ao novo e a possibilidade da descoberta, por outro lado, ela enseja a sensação de estar no mundo provocada pela sequência infundável de imagens e, em especial, por criar uma experiência comum aos seus inúmeros telespectadores. A esta última Wolton chamou de laço social.

A noção de laço social, segundo Wolton (1996, p.123), “é uma das mais complicadas das ciências sociais, por que ela vai desaparecendo conforme nos aproximamos dela”. Formulada por Durkheim⁴⁷ e pela escola francesa de sociologia, o conceito ganhou destaque inicial ao interpretar o papel da religião na sociedade. O acréscimo de Wolton ao conceito está no fato de incluir a televisão como uma das principais formas de laço social, mesmo que, como admite, numa perspectiva sensivelmente diferente.

No conceito de Wolton, o telespectador integra um imenso grupo de indivíduos anônimos que, como ele, também assistem televisão naquele exato momento, o que estabelece entre eles um laço invisível. “Assisto a um programa e sei que outra pessoa o assiste também, e, também, sabe que estou assistindo a ele” (1996, p.124). Trata-se, portanto, de uma espécie de conexão silenciosa que une independente da consciência do ato.

⁴⁷ Émile Durkheim é considerado, junto com Max Weber, um dos pais da Sociologia Moderna. Ele fundou a escola francesa de sociologia que combinava a pesquisa empírica com a teoria sociológica.

A televisão, como sempre dizemos, é o “espelho” da sociedade. Se ela é seu espelho, isso significa que a sociedade se vê – no sentido mais forte do pronome reflexivo – através da televisão, que esta lhe oferece uma representação de si mesma. E, ao fazer a sociedade refletir-se, a televisão cria não apenas uma imagem e uma representação, mas oferece um laço a todos aqueles a assistem simultaneamente. Ela é, além disso, um dos únicos exemplos que essa sociedade se reflete, permitindo que cada um tenha acesso a essa representação (WOLTON, 1996, p 124).

Assim, pela lógica do fluxo, que independe do telespectador, o que assistimos na televisão é o que, muitas vezes, sobra de vida a ser compartilhada no mundo contemporâneo. De tudo que nos separa e diferencia numa rotina permanentemente conectada – e, portanto, personalizada –, a televisão nos possibilita compartilhar experiências mesmo com desconhecidos e se constitui num dos poucos elementos que une e aproxima o grande público. Características que dão um significado atual à seguinte frase de Wolton: “Ela (a TV) é o ‘barqueiro’, o grande ‘mensageiro’ da sociedade de solidões organizadas, reduzindo as exclusões mais poderosas da sociedade de massa” (1996, p.135).

Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl (2004) defendem a necessidade do telespectador ser tratado como cidadão e não, simplesmente, como um mero consumidor. A mudança não é somente conceitual, predispõe uma série de alterações radicais nesta relação, em especial, o respeito e a atenção aos seus direitos e as suas necessidades. Para isso, os autores enumeram três aspectos fundamentais que precisariam ser respeitados: o direito de ser informado de maneira independente; a construção de um banco público de acesso universal de imagens em vídeo; e, finalmente, a participação do cidadão na outorga e no cumprimento dos termos das concessões de canais às empresas privadas.

A televisão é descrita por José Arbex Jr. como uma sequência de imagens sem reflexão. A análise dele parte da perspectiva que a audiência é envolvida pela incessante oferta de conteúdo sem espaço para a reflexão. “A televisão não é como um livro ou sequer como um jornal impresso, cuja leitura podemos interromper, refazer e submeter a reflexões demoradas” (ARBEX, 2001, p.13).

Numa análise sobre a sociedade capitalista e a dominação da burguesia, Debord (1992) definiu que as relações sociais são mediadas por imagens. É o domínio da aparência sobre a vivência. Em outras palavras, tudo que passa a ser representado deixa de ser experienciado, a partir da mediação das imagens. Nesta dinâmica, define a imagem como forma mais avançada de mercadoria do capitalismo. O espetáculo passa a dominar a noção de realidade. Como consequência, há um esvaziamento real, num mundo não mais tocado, mas abundantemente representado.

Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se de visão no sentido privilegiado da pessoa humana - o que em outra época fora o tato, o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mitificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual (DEBORD, 1992, p.42).

Freire Filho (2003), ao analisar a obra de Debord (1992), interpreta que o espetáculo deve ser percebido como uma consequência da abstração generalizada associada ao capitalismo. Assim, o espetáculo estaria conectado à evolução do capitalismo que, no seu grau máximo de acumulação, se transformou em imagem. Ainda na primeira tese do livro *Sociedade do Espetáculo*, Debord sintetiza: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação” (DEBORD, 1997, p. 13).

Maurice Blanchot, em “A conversa infinita”, fala num cotidiano sintetizado naquilo que olha, no simulacro, não naquilo que, de fato, se vive. E, assim, na forma de imagem, de representações, o mundo nos é oferecido. E, então, reflete sobre a despolitização por trás deste comportamento. O que motivaria o cidadão a ir para a rua se pode, no conforto e segurança do seu lar, graças à televisão, assistir a tudo que acontece da sala de casa?

A prática é substituída pelo pseudoconhecimento, pelo olhar irresponsável, por uma contemplação superficial, despreocupada e satisfeita. O mundo vira espetáculo do espetáculo da comunicação. O homem, bem protegido entre as quatro paredes de sua casa e de sua existência familiar, deixa que o mundo venha a ele, sem perigo, certo de que não vai mudar porque vê e ouve. A despolitização está ligada a este movimento. E o homem de governo, que sempre temeu e teme a rua, alegra-se por ser apenas um empreendedor de espetáculos, hábil em adormecer em nós o cidadão a fim de manter acordado na semi-obscuridade e na semi-sonolência o infatigável olhador de imagens (BLANCHOT apud CHAÚÍ, p.34).

Ainda na perspectiva capitalista, a lógica comercial transforma o produto televisivo numa mercadoria, que precisa ser vendável e atraente, reforçando o caráter de entretenimento. Neste sentido, Chauí (2006) também chama a atenção para a rápida velocidade como característica da notícia na televisão, o que revelaria uma tendência à objetividade e à superficialidade. E, por consequência, a falta de espaço para uma abordagem mais aprofundada, que estimule a reflexão e o pensamento crítico.

Os noticiários de rádio e televisão passaram a dedicar a maior parte do tempo a notícias sobre crimes (roubos, furtos, homicídios, sequestros, estupros, violência contra crianças etc.) como se tais crimes tivessem surgido do nada, repentinamente. A população passou a sentir-se ameaçada e amedrontada porque passou a receber uma verdadeira enxurrada de notícias sobre esses assuntos, embora os crimes já ocorressem de longa data e tivessem aumentado havia muito tempo. Todavia, nenhum noticiário estabeleceu qualquer relação entre a criminalidade e suas possíveis causas, tais como o problema do crime organizado e dos crimes de colarinho branco, os problemas postos pela economia (desemprego, exclusão social, desabrigo, fome, miséria etc.) e suas consequências sociais (desigualdade social, injustiça, corrupção dos aparelhos policiais e judiciários etc.). Nenhuma informação real foi transmitida à sociedade, a não ser a ideia de que criaturas más e perversas, saídas de parte nenhuma, haviam se posto, sem outro motivo a não ser a pura maldade, a ameaçar a vida e os bens de cidadãos honestos e desprotegidos. (CHAÚÍ, 2006, p.46).

Chauí (2006) fala ainda de um paradoxo provocado por essas dinâmicas do telejornalismo. Segundo ela, como consequência de uma história contada sem antecedentes e sem futuro, sem uma contextualização econômica, política,

social e histórica, numa intensa e permanente velocidade, findamos saturados de informações, mesmo que, de fato, quase nada saibamos daquilo que vimos.

A espetacularização no jornalismo televisivo é também uma alternativa, cuja intenção é mobilizar a atenção do telespectador, com imediata repercussão na produção de sentidos. “Neste espetáculo sem continuidade sem fazer história [...], o passado é atualizado no presente, seja pelas imagens ou pela linguagem com os verbos no tempo presente” (SZPACENKOPF, 2003, p. 165). A autora explica que a estratégia também envolve o público que diz não se interessar por notícias sobre violência, “[...] seja porque querem estar informados, seja porque precisam saber o que pode lhes acontecer, seja porque defensivamente podem ver na tela o que poderiam fazer, mas que são os outros que fazem” (p. 257).

Para Amaral (2006, p.21), o sensacionalismo é uma estratégia que enseja uma série de consequências como:

[...] a superposição do interesse público; a exploração do sofrimento humano; a simplificação; a deformação; a banalização da violência, da sexualidade e do consumo; a ridicularização das pessoas humildes; o mau gosto; a ocultação de fatos públicos relevantes; a fragmentação e a descontextualização do fato; o denunciamento; os prejulgamentos e a invasão de privacidade de tanto pessoas pobres e como de celebridades [...].

Em outra perspectiva, mas ainda dentro do escopo da produção de sentido, Szpacenkopf (2003) analisa o processo de produção e edição dos telejornais. O trabalho de observação envolve, num primeiro momento, as rotinas das redações, com uma atenção especial em relação às decisões sobre o que cobrir e como cobrir cada um dos assuntos noticiados. Depois, numa segunda fase da investigação, avalia os noticiários em si. Como resultado dessa reflexão, desenvolve o conceito da montagem branca: conjunto de decisões que envolvem o fazer jornalístico que, conscientemente ou inconscientemente, impactam no rumo das histórias contadas nas reportagens e, também, dos noticiários de uma forma geral.

As leis próprias que regem as atividades telejornalísticas permitem que sejam decididas realidades, fatos, pessoas, que serão destacadas, dando um poder maior às decisões tomadas. Essas decisões interferem não só na construção das notícias,

mas também na possibilidade de exercerem o poder de agendar uma realidade. Profissionais seduzidos pela verdade informação e pelo aumento do nível de audiência podem desenvolver a capacidade de saber, de prever, de gestionar, de manipular aquilo que acreditam que o público deseja ou mesmo de fazer com que o público acredite que é aquilo que precisa ser desejado (SZPACENKOPF, 2003, p.208).

O conceito parece um aprofundamento de uma reflexão feita por Bourdieu em *Sobre a Televisão* (1997). O sociólogo francês analisa aquelas que seriam propensões inerentes à atividade de produzir notícias: influências das visões de mundo, da formação pessoal, e de categorias de percepção próprias e individuais. Para ele, existem estruturas invisíveis que enquadram e definem o percebido, definindo os limites daquilo que é visto, as quais ele chamou de “lentes”.

O autor acredita que a televisão é caracterizada por uma certa futilidade - cuja origem estaria na lógica de mercado e no aspecto comercial do negócio - que dificultaria a reflexão e o pensamento, levando a um tratamento, por vezes, superficial e dramatizado dos assuntos. Neste contexto, Bourdieu chama atenção ainda para uma permanente urgência na dinâmica de produção da TV, que contribuiria para a exiguidade do tempo. “[...] se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas” (1997, p. 23). O espaço televisivo seria capaz de determinar o efeito do real e de influenciar construções sociais (1997, p. 29).

Ao justificar o tom crítico das suas análises, Bourdieu trata das expectativas por trás das suas reflexões: colaborar com os profissionais que veem na televisão uma - mesmo que potencial - ferramenta de democracia direta, assim evitando a conversão do veículo num instrumento de opressão simbólica. Porém, ao longo do texto, o autor defende que as limitações, ou as censuras como prefere Bourdieu, “fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica” (1997, p.20).

Outro ponto importante da análise pontua uma característica da televisão essencial para a construção deste estudo. Bourdieu fala da televisão que consegue “ocultar mostrando”. Aqui a análise é sobre o revelado, o noticiado, que, mesmo alcançando alguma visibilidade, tem aspectos negligenciados e

outros tratados de forma pouco importante, sem destaque ou numa perspectiva que leva a uma leitura distinta da realidade (1997, p.24).

O princípio da televisão é a busca do sensacional, espetacular. A televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico (BOURDIEU, 1997, p.25).

Outro caráter importante que está inerente às produções televisivas é, como definiram os críticos literários, o “efeito de real”, capacidade na qual a imagem “pode fazer ver e fazer crer no que faz ver” (1997, p.28.). Bourdieu destaca o poder da mobilização, cuja origem está no fato da narração dos eventos cotidianos ser envolvida por implicações de todos os tipos, como políticas e éticas, cujo potencial é o suficiente para provocar sentimentos, de todas as matizes, na sua audiência.

E, insensivelmente, a televisão que se pretende um instrumento de registro torna-se um instrumento de criação da realidade. Caminha-se cada vez mais rumo a um universo que a o mundo social é descrito-prescrito pela televisão. A televisão se torna o árbitro da existência social e política (BOURDIEU, 1997, p.28).

O fator urgência e a velocidade que se impõe para que sejam tomadas decisões e produzidos os conteúdos estão diretamente ligadas a uma espécie de padronização no modo de pensar e agir. A homogeneização em maior ou menor grau de uma determinada cobertura, a ascensão de um ponto de vista comum em diferentes redações, as semelhanças nas escolhas feitas por jornalistas de distintos veículos não refletem apenas alguma semelhança de linha editorial ou de perspectiva de mundo, mas sim uma dinâmica influenciada por moldes de rotina e pressionada pelo tempo e pelos índices de audiência de forma permanente.

A consequência imediata, segundo Bourdieu, é a visibilidade de um grupo seleto de pensadores, que podemos entender como especialistas, ou ainda, aqueles que ajudarão o jornalista a explicar e a audiência a entender o contexto dos problemas, a origem e a consequência dos fatos e os interesses envolvidos numa determinada decisão, com uma característica comum: pensam em velocidade acelerada. Assim, se impõe a pergunta: é possível realmente pensar

com velocidade? O que se percebe é a ascensão de ideias prontas que, no conceito de Flaubert, “são ideias aceitas por todo mundo, banais, convencionais, comuns” (Apud BOURDIEU, 1997, p.40). Assim, por partir de lugares comuns, presume-se, poderão ser admitidas mais facilmente.

Ao mesmo tempo, não há dúvidas de que o jornalismo deva ultrapassar o registro breve dos fatos, a notícia crua do acontecido, almejando a totalidade de cada um, e, também, as interdependências e conexões (FREIRE, 1987). “Nesse sentido, o jornalismo precisa estabelecer uma vigilância constante sobre a sua própria atividade” (VIZEU, 2008, p.17). Não é permitida qualquer ingenuidade. A tomada de consciência, o conhecimento possível do objeto, precisa ser um ponto de partida para o seu trabalho.

Vizeu dá ao telejornalismo um lugar de referência na vida dos brasileiros, comparando-o com o da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo. Para sustentar esta proposta, o autor traz à discussão três aspectos: o telejornalismo como lugar de construção do real - na perspectiva da confusão reforçada pela imagem (a representação) do fato e o fato em si -, de conhecimento - ao reconhecer a informação noticiosa como forma de conhecimento - e de produção do conhecimento - ao analisar a dinâmica do fazer jornalístico.

Assim, coloca-se um desafio: como - sem ignorar a lógica mercantil da notícia, a necessidade de cativar a audiência e a exigência da velocidade nos processos de produção das notícias - oferecer um jornalismo que supere o simples noticiar, que entenda e explique os fatos na sua complexidade e dentro dos seus contextos? Para Bucci (2000) o desafio é, mais do nunca, intelectual e interpretativo, e exige estudo e formação crítica, para garantir a sua importância no espaço público.

Uma redação jornalística não é o balcão onde as notícias são empacotadas. Uma redação é um núcleo encarregado de pensar. Ele é tanto melhor quanto melhor for a sua capacidade de elaboração coletiva. A qualidade do que ela apura, escreve, narra, edita, fotografa e desenha é consequência do modo como ela pensa - ou do modo como ela não pensa. Jornalistas não são “mineradores” de informação exclusiva que ocasionalmente são inspirados a pensar, mas precisam ser pensadores com grande e capacidade executiva. O jornalismo é uma atividade intelectual - ou é inconsequente e tolo (p. 199).

Nesta perspectiva, três reflexões propostas por Vizeu (2008) na discussão do telejornalismo são importantes na construção teórica da presente pesquisa. São elas: o lugar de referência ocupado pelo telejornalismo, que propõe a compreensão do caráter pedagógico dos noticiários de explicar o mundo; a construção social do telejornalismo, que trata da influência de questões subjetivas ligadas à cultura profissional que impactam nos critérios de noticiabilidade; e o efeito do real, que analisa a confusão do público entre aquilo que é real e a sua representação na televisão.

Os telejornais, como maior expressão do noticiário televisivo, são um bom exemplo para uma breve análise da linguagem e das estratégias de formatação das suas edições diárias. O desafio é reunir a maior quantidade de informações, da forma mais didática, envolvente e atraente possível, no menor espaço de tempo. O resultado disso é uma linguagem objetiva e informal, numa sequência ininterrupta, com notícias organizadas em blocos e aproximadas por assunto. Os apresentadores fazem a mediação com textos breves entre as notícias, cujo objetivo é despertar o interesse da audiência. O texto se aproxima da linguagem falada: é simples e direto. Como consequência: uma mensagem que exige pouco da audiência para a sua compreensão.

Para equilibrar colocamos uma matéria de sabor popular, uma matéria econômica, uma matéria política, uma matéria de uma cobertura internacional, uma matéria esportiva, pois com a violência e o impacto do veículo, se nos restringirmos à realidade pura da vida, faremos as pessoas chorarem todo o dia. A televisão é poderosa demais para que não se faça uma dosagem, um equilíbrio dos assuntos que estejam mais próximos do interesse do telespectador (POZENATO, 1997, p.60).

Este “modo de falar” da televisão é resultado também da diversidade cultural, econômica e política da sua audiência. A dinâmica da TV exige uma compreensão imediata, sem espaços para grandes reflexões. E esse é um dos principais alvos das críticas que dizem respeito à superficialidade, ao ritmo e ao tom espetacular da narrativa. Dentro de uma lógica capitalista, o modelo de negócio da televisão depende de patrocínios, cujo valor sofre influência dos números da audiência. Portanto, todas as características da mídia também se

submetem à lógica do mercado, da captação da atenção e da conquista de telespectadores para a manutenção do negócio.

4.1 TELEJORNAL

Os telejornais são o principal formato do gênero informativo da televisão e, também, estão entre aqueles que mais repercutem e que exercem maior influência sobre a opinião pública. Os programas integram o grupo daqueles que oferecem mais prestígio e retorno financeiro às emissoras (BUSTAMANTE, 1999).

Os noticiários televisivos estão presentes na grade de todos os canais da TV aberta no Brasil. A linguagem informal, simples e direta, que não exige sequer a alfabetização para a compreensão das notícias, possui um caráter universalizante. O resultado é a construção de um território simbólico cultural de fácil acesso para a audiência. Por consequência, o telejornal desempenha um importante papel social.

Faz parte da rotina do brasileiro acompanhar uma síntese das notícias do dia, daquilo que de mais importante aconteceu na sua cidade, no seu Estado, no País e no mundo, pela tela da TV. É na relação de credibilidade estabelecida entre a emissora, o apresentador e o repórter com o telespectador que a audiência acessa os acontecimentos do dia e experimenta a sensação de estar no mundo. Uma presença mediada pela televisão que, através do telejornal, conecta com a realidade e com os acontecimentos do mundo.

As principais características da linguagem dos telejornais são: garantir a veracidade do conteúdo dos discursos, garantindo também a credibilidade do enunciador. Os telejornais são considerados um dos discursos mais onipotentes e um dos mais persuasivos porque tentam convencer uma audiência significativa das verdades do Brasil e do mundo (BECKER, 2005, p.23).

A credibilidade parte de um texto persuasivo que convence, principalmente, a partir da associação com as imagens. A presença do repórter no local do fato, o texto que fala sempre do acontecimento no tempo presente –

no hoje – e, essencialmente, as imagens que permitem ao telespectador “ver a notícia”, que comprovam a história narrada, modulam um discurso próprio dos telejornais. A narrativa transmite a sensação de que o mundo noticiado “parece estar controlado por um conhecimento perfeito, absoluto, objetivo e natural” (BECKER, 2005, p.53).

O discurso próprio e a linguagem com algumas características comuns criam uma regularidade enunciativa entre os telejornais (BECKER, 2005). Há uma incontestável semelhança na seleção dos fatos que são transformados em notícia diariamente. Além disso, a escolha das fontes ouvidas para compor as reportagens – das vozes que ganham visibilidade nas histórias contadas – muitas vezes também apresenta escolhas idênticas, embora feitas por pessoas distintas em ambientes profissionais diversos. Associadas a uma rotina de trabalho similar nas diferentes redações, os resultados finais são parecidos.

Isso não significa, por consequência, que os noticiários sejam iguais, com as mesmas notícias ou com histórias contadas da mesma forma. Há muitas diferenças entre eles: a faixa de horário, o espaço ocupado na grade, o tipo de público para o qual ele fala, a forma de transformar o acontecimento, o fato, em notícia e, por consequência, fundamentalmente, a representação da realidade apresentada à sua audiência.

Sobre este último item, é importante ressaltar que os telejornais não se reconhecem como representação, como discurso, mas sim como espelho do real, como o ambiente da verdade. Porém, os noticiários não são, como já foi exposto, simples reprodutores de fatos, mas intérpretes do acontecido. Esta posição defendida pelos programas está na origem da acusação de manipulação da qual comumente são vítimas. “A credibilidade e o mito da neutralidade e da imparcialidade dão espaço para que o veículo construa a informação com certa liberdade. Assim, os telejornais omitem, aumentam, diminuem e criam notícias” (BECKER, 2005, p.56).

O início da história dos telejornais no Brasil está localizada em São Paulo e data de 19 de setembro de 1950, dia seguinte à primeira transmissão televisiva no país. O *Imagens do Dia* inaugurou o formato. O programa não tinha um horário definido – uma praxe na época –, ia ao ar entre as 21h30 e 22h. O processo era simples: uma pessoa acumulava as funções de produtor, redator e locutor das notícias, que eram muitas vezes divulgadas sem imagens, apenas

lidas pelo apresentador. Em outros momentos, um filme em preto e branco e sem som era exibido. Não havia repórter e nem entrevistas. O conteúdo era distribuído entre notas simples e cobertas.

A captação para o telejornal *Imagens do Dia* era feita a partir de equipamentos de cinema, mais especificamente, filmes de 16 milímetros. O material era gravado e posteriormente revelado, para que pudesse ser montado. Isso nem sempre acontecia a tempo, o que acabava atrasando o programa ou sendo deixado para o dia seguinte. As cenas iam ao ar normalmente sem a narração do repórter. As informações eram lidas ao vivo pelo apresentador enquanto o material era reproduzido. Rezende (2000) aponta que o texto apresentava características muito próximas do rádio, inclusive no tom vibrante da voz.

O avanço dos telejornais foi acelerado a partir da chegada dos patrocinadores, que passaram inclusive a fazer parte do nome da atração. Um exemplo é o *Telenotícias Panair*, de 1952, também da TV Tupi. No mesmo ano e na mesma emissora, surge o programa do gênero que marcaria a primeira década da televisão no Brasil: o *Seu Repórter Esso*.

Foram muitas as inovações trazidas pelo telejornal. A primeira delas foi a pontualidade das suas três edições diárias (8h, 12h55 e 22h55), que só terminavam quando não havia mais imagens a serem exibidas (MATTOS, 2002). O conteúdo internacional era o mais presente devido à parceria com a *United Press International*⁴⁸, que produzia um radiojornal de muito sucesso com o mesmo nome. O *Esso* também foi fundamental no estabelecimento das regras para a produção de notícias a partir de um manual de redação (REZENDE, 2010).

O documento orientava, por exemplo, que as notícias deveriam responder a seis perguntas muito conhecidas do jornalismo: o quê? Quem? Quando? Como? Onde? Por quê? Além disso, não deveriam ter mais de 16 segundos de duração, o que significava mais ou menos 30 palavras. Por fim, a linguagem deveria ser informal e capaz de ser compreendida por todos os públicos.

⁴⁸ A *United Press International* é uma agência de notícias estadunidense fundada em 1907. Até a década de 1990, esteve entre as principais agências de produção e distribuição de notícias do mundo.

Preocupações que, de alguma forma, ainda hoje fazem parte da rotina daqueles que produzem telejornalismo.

Outro importante noticiário que ajudou a moldar e delinear este tão tradicional gênero foi o Jornal de Vanguarda. Pela primeira vez, em 1962, jornalistas passaram a ocupar as funções de produção e de apresentação de notícias. O programa, que chegou a ser premiado como o melhor telejornal do mundo em 1963, teve uma vida curta. Em 1964, com o golpe militar e a censura à imprensa, a própria equipe decidiu dar fim à atração, para evitar a morte “numa torturante agonia” (BARBOSA LIMA, 1985, p.10). O modelo proposto pelo seu idealizador, o jornalista Fernando Barbosa Lima, se tornou padrão para outras emissoras.

Em 1969, iria ao ar o Jornal Nacional, estabelecendo uma nova fase no telejornalismo brasileiro. Uma parte do contexto histórico da criação e do desenvolvimento do Jornal Nacional, do Jornal da Record, do SBT Brasil e do Jornal da Band pode ser conferida nas próximas páginas deste trabalho, numa reflexão a respeito dos programas – e, por consequência, das emissoras – que formam o objeto deste estudo.

Estes telejornais têm uma estrutura comum formada por:

- Escalada: é o primeiro conteúdo do telejornal, formado por uma sequência de breves chamadas das notícias (ou manchetes como são chamadas na gíria das redações) – uma ou duas frases curtas – que serão apresentadas ao longo do programa. São acompanhadas por uma trilha e podem ou não ser cobertas por imagens e até permitem a inserção de pequenos trechos de sonoras.
- Cabeça: texto curto lido pelo(a) apresentador(a) ao vivo. Ele antecede as reportagens, funciona como uma chamada para o assunto que está indo ao ar e tem como objetivo, além de informar, despertar o interesse da audiência em torno da notícia que será exibida.
- Notas: textos lidos pelo(a) apresentador(a) que podem ou não ser acompanhados por imagens – nota simples ou coberta. Pode ser ainda lido ao vivo ou um conteúdo gravado. Quando complementa a informação de uma reportagem, fornecendo os detalhes de um serviço ou trazendo a posição de uma fonte que não foi ouvida na matéria por exemplo, é chamada de nota pé.

- Previsão do tempo: quadro normalmente conduzido por um(a) jornalista que interpreta as informações contidas em mapas e imagens de satélite sobre o comportamento do clima em determinada região. Normalmente a parte que envolve a interação com o(a) apresentador(a) é ao vivo, e o texto coberto por imagens ou artes é gravado.
- Comentário: texto de caráter opinativo, eventualmente ilustrado, normalmente feito por especialistas numa determinada área, podendo este ser ou não jornalista.
- Stand Up: entrada ao vivo feita por um repórter no local onde determinado fato acontece ou aconteceu. Pode ou não ser coberto por imagens feitas previamente ou ainda ser sucedido de uma breve entrevista.
- Reportagem: é o formato mais presente nos telejornais e aquele que apresenta a notícia da forma mais completa. Por isso, será detalhada a seguir.

A reportagem factual tem como objetivo sintetizar para o telespectador um acontecimento do dia, a partir de diferentes vozes, num tempo normalmente limitado entre 1'20" e 1'40", podendo variar conforme o programa e a dimensão da informação. O material final é resultado do trabalho de uma equipe formada geralmente por um chefe de reportagem, um produtor, um repórter e um editor. Uma mesma pessoa pode acumular estas funções em redações com estruturas menores, porém as três fases do trabalho – produção, reportagem e edição – são mantidas.

A estrutura narrativa de uma reportagem, de modo geral, é resultado da combinação de três elementos: off, boletim e sonora. Existem, porém, outras possibilidades que podem compor uma reportagem. De acordo com o tempo que a equipe tem para dedicar à matéria e a pauta em questão, podem ser utilizados outros elementos para ilustrar alguma informação difícil de ser representada pelas imagens gravadas, ou ainda, no sentido de emprestar dinamismo, ritmo e movimento à narrativa.

- Off: texto produzido pelo repórter depois do trabalho de campo – gravação das imagens e das sonoras – e tem como função central trazer as informações objetivas relacionadas ao fato em questão ou sobre os entrevistados;

- Sonoras: são trechos das entrevistas, feitas com as fontes durante as gravações, usados na reportagem;
- Enquete: trechos curtos de entrevistas usados em sequência sobre um mesmo assunto ou respondendo a uma mesma pergunta. Tem o caráter ilustrativo, ou seja, não explora a história e nem contextualiza as fontes. Frequentemente, a única identificação é através do crédito, com nome e profissão.
- Boletim: é o momento em que o repórter aparece falando direto para a câmera, normalmente, num local importante da história que está sendo contada. Muitas vezes, a informação usada no texto da passagem é sobre algo que não tem como ilustrar com imagens na reportagem;
- Som ambiente: é o áudio gravado junto com a imagem nos locais de captação, como o barulho da torcida em um estádio de futebol ou o som de carros em uma avenida movimentada por exemplo;
- Arte e grafismo: são ilustrações e gráficos úteis para explicar de forma didática uma situação ou ainda ilustrar uma parte do texto para a qual não há imagens;
- Trilha sonora: é, em geral, uma música cuja função é ambientar ou acentuar uma emoção na narrativa. Normalmente é utilizada em reportagens especiais ou comportamentais.
- Efeitos sonoros: áudios como o barulho de uma freada de um carro ou da sirene de uma ambulância inseridos na reportagem. Estes sons não foram captados pela equipe durante o trabalho de campo. Usualmente tem como origem bancos de mídias.

Um bom roteiro, como diz Paternostro (1991), deve sempre ser construído a partir da relação do texto com a imagem, conectando o que se diz ao que se mostra. A compreensão do fato depende, acima de tudo, do êxito desta relação. Já a capacidade de atrair a atenção e envolver a audiência cresce de acordo com o impacto visual do material captado.

Para Emerim (2010), além da fundamental relação do texto com a imagem, outra regra essencial para que se alcance o objetivo informativo da reportagem diz respeito ao texto, que deve ser escrito para ser falado, não lido. Desta forma, simples, claro e direto. O objetivo é que, assim, possa ser

compreendido pela audiência na primeira vez que foi ouvido, considerando um telespectador que muitas vezes tem atenção dispersa ou que faz outras atividades enquanto também assiste ao noticiário.

Ainda sobre o texto, Neto completa:

Deve desenvolver-se por meio de encadeamentos lógicos. Deve ser claro e conciso. Deve estar redigido em nível intermediário, ou seja, utilizar-se das formas mais simples admitidas pela norma culta da língua. Convém que os parágrafos e as frases sejam curtos e que cada frase contenha uma só ideia. Verbos e substantivos fortalecem o texto jornalísticos, mas adjetivos e advérbios, sobretudo se usados com frequência, tendem a piorá-lo (NETO, 2008, p.48).

Emerim (2010) aponta que os telejornais têm apresentado reportagens com algumas mudanças significativas. As alterações teriam como origem aproximação cada vez maior de dinâmicas e de elementos do entretenimento no telejornalismo. Em síntese, seriam cinco transfigurações:

1. os repórteres têm quebrado a regra da isenção, emitindo juízo de valor e tratando fontes com intimidade;
2. as reportagens têm quebrado o contrato comunicativo ao dar ênfase no humor ou no drama, se distanciando da seriedade prometida diante dos fatos;
3. os repórteres têm se distanciado da função de mediador ao se colocarem como protagonistas das histórias através de uma difusão de aparições e, até mesmo, de participações nas narrativas;
4. as reportagens têm transformado os repórteres em celebridades quando ocupam o papel de entrevistados e falam das suas experiências e dificuldades em determinadas coberturas;
5. as reportagens têm desrespeitado às regras relacionadas à narrativa no contexto do telejornal ao usarem frases longas, adjetivadas e de pouco ou nenhum valor informativo.

Por fim, é importante ressaltar que uma reportagem de qualidade é o resultado de um processo que apenas começa com a escolha do tema. É indispensável também uma pesquisa prévia para determinar o que já foi dito sobre o assunto, garantindo, assim, a percepção da novidade no acontecimento;

um dedicado trabalho de apuração das informações com fontes distintas; uma criteriosa escolha das vozes que serão ouvidas – fundamentais para emprestar credibilidade às informações e dar humanidade às histórias; um roteiro que combine texto e imagens de uma forma complementar; e, por fim, uma edição crítica e rigorosa, no sentido de duvidar das informações para evitar equívocos, além de criativa, capaz de tornar a narrativa mais dinâmica, atraente e envolvente.

4.2 A REDE GLOBO E O JORNAL NACIONAL

A TV Globo iniciou suas transmissões em 26 de abril de 1965 no Rio de Janeiro. Dois meses depois, uma denúncia apontava para uma ilegalidade na criação da empresa: uma parceria com o grupo norte americano Time-Life. O artigo 160 da Constituição brasileira, porém, proibia a participação de capital estrangeiro na gestão ou na propriedade de empresas de comunicação nacionais.

O caso resultou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na qual o então presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, chegou a depor negando qualquer interferência do grupo estrangeiro. Porém, o relatório da CPI apontou que a empresa norte-americana estaria participando da orientação intelectual e administrativa da emissora brasileira, ferindo assim a Constituição.

Apesar das investigações e dos seus desdobramentos, o presidente militar Arthur da Costa e Silva encerrou o caso. Mesmo assim, em 1971, a Globo anunciou que estava rompido o contrato e finalizada a parceria, embora já tivesse usufruído “das vantagens, dos dólares e da experiência gerencial estrangeira” (MATTOS, 2002, p.95).

Na década de 1970, a TV Globo passou a organizar a grade de programação a partir dos princípios da horizontalidade – que enxergava os programas ao decorrer da semana – e da verticalidade – que propunha uma distribuição dos programas por faixa horária –, de acordo com a rotina da família brasileira. A prática foi fundamental para uma fidelização do público além da sistematização e do aumento da receita com o mercado publicitário. As mudanças colaboraram para que a Globo alcançasse a meta de se tornar uma

televisão nacional de qualidade e atingisse o primeiro lugar na audiência, o que se consolidaria ao longo dos anos (GOULART RIBEIRO, 2010).

O sistema Globo é um dos maiores conglomerados de mídia do mundo e a única rede com domínio hegemônico da audiência numa sociedade de grande porte e formalmente democrática. Apenas nos regimes totalitários existe domínio de audiência de uma única rede comparáveis aos da Globo (KUCINSKI, 2002, p.44).

Em 1979, a Rede Globo de Televisão anunciou publicamente que a maioria das suas produções havia alcançado a liderança de audiência. Além disso, a empresa já exportava programas para mais de noventa países. Neste mesmo ano, 95% da programação da emissora durante o horário nobre era formada de conteúdo local, produção própria. Em 1965, por exemplo, para dar uma ideia da evolução, os “enlatados” estrangeiros ocupavam praticamente metade desta faixa horária.

Já na década de 1970, a Globo já tinha concessões de canais de televisão nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, os principais mercados do País. Em 1982, quando o Brasil faria as primeiras eleições estaduais diretas para governador, a empresa se consolidava como a quarta maior rede de televisão do mundo.

Foi sob o regime militar que floresceu o império de mídia de Roberto Marinho. Desde então, foi com base no monopólio da audiência e no domínio das concessões e estações repetidoras, ele tem sido leal ao projeto das elites de substituir o mando autoritário por uma modalidade de democracia controlada na qual a grande massa de trabalhadores sejam espectadores e não protagonistas (KUCINSKI, 2002, p.44).

Um passo importante na história do telejornalismo brasileiro foi dado no dia primeiro de setembro de 1969. Nesta data, entrava no ar o Jornal Nacional ao vivo para cinco capitais: Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília. Em pouco tempo, o telejornal passou a exercer liderança no que diz respeito à audiência e, também, a oferecer um padrão de qualidade visto como modelo a ser seguido pelos demais noticiários. O refino estético e o aperfeiçoamento técnico passaram a ser características definidoras dos conteúdos produzidos pela emissora. Na perspectiva da produção jornalística,

isso significou, por exemplo: a eliminação do improviso, o aperfeiçoamento do texto, a profissionalização da locução, o cuidado com os cenários e com o visual de repórteres e apresentadores, que buscavam uma imagem de neutralidade e formalismo (REZENDE, 2010).

Como os demais telejornais, o JN também sofreu um controle rígido e intenso sobre a pauta e a linha editorial a partir da década de 70. O objetivo do governo era suavizar e dar um viés positivo para os problemas que o Brasil enfrentava na época. A declaração a seguir do presidente Emílio Garrastazu Médici é um indício de que a meta foi alcançada.

Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho (MATTOS, 2002, p.104).

Em 1984, um erro histórico. Os Comícios das “Diretas Já” eram realizados em vários Estados para pressionar o Congresso Nacional pelo restabelecimento de eleições diretas para Presidente da República. A mudança dependia da aprovação da proposta de emenda à Constituição feita pelo deputado Dante de Oliveira. As informações, porém, eram noticiadas apenas nos telejornais regionais da TV Globo e ignoradas no seu noticiário nacional. O JN, na edição de 29 de janeiro, chegou a se referir ao comício realizado em São Paulo – que foi o maior ato político desde o início da ditadura, com a presença estimada de 300 mil pessoas – como parte das festividades de comemoração do 430º aniversário da capital paulista, sem fazer qualquer menção à real intenção do movimento. O erro foi admitido posteriormente e justificado por Roberto Marinho como uma atitude de precaução a um estado de inquietação da política nacional (REZENDE, 2010).

Outro importante equívoco editorial foi a edição do debate relativo ao segundo turno das eleições presidenciais de 1989. A polêmica montagem foi exibida na edição do Jornal Nacional do dia 15 de janeiro daquele ano. O material foi anunciado como a síntese do programa que havia sido transmitido na noite anterior. Porém, a seleção dos trechos feita pelo JN privilegiou os melhores

momentos de Fernando Collor – que inclusive aparecia mais do que Lula no vídeo – e os piores de Luís Inácio Lula da Silva.

Em 2015, a emissora reconheceu o desequilíbrio na edição do material exibido no seu telejornal, mas negou que fosse resultado de má fé. A partir do episódio, a Globo decidiu não editar novamente debates políticos. A justificativa – que aparece no próprio site da emissora⁴⁹ – foi que, ao condensar um debate em poucos minutos, sempre haverá a possibilidade de um dos lados envolvidos se sentir prejudicado.

O Jornal Nacional conta com a estrutura dos departamentos de jornalismo de cinco emissoras próprias da Globo no Brasil (TV Globo Rio de Janeiro, TV Globo São Paulo, TV Globo Minas, TV Globo Brasília e TV Globo Nordeste) e outras 117 afiliadas, além dos correspondentes internacionais mantidos pela empresa em todos os continentes. Uma edição diária do Jornal Nacional movimenta boa parte dessa estrutura⁵⁰.

O JN tem aproximadamente uma hora e dez de duração somados os intervalos comerciais. Quarenta e sete minutos é o tempo líquido de produção tradicionalmente. Esses números podem variar a partir de grandes acontecimentos jornalísticos ou conforme alterações na grade de programação da emissora. A atração vai ao ar de segunda a sábado, sempre às 20h30. A bancada é formada atualmente pelos jornalistas William Bonner e Renata Vasconcellos. Aos sábados, uma série de jornalistas se revezam na função.

4.3 A RECORD E O JORNAL DA RECORD

A Record TV é a emissora mais antiga ainda em atividade no Brasil. No ar desde o dia 23 de setembro de 1953, a TV foi inaugurada com um show musical, que viria a se tornar uma marca da emissora nos primeiros anos. A atração foi vista por poucas pessoas, visto que, naquele momento, existiam

⁴⁹ Eleições 1989 e o debate Collor x Lula. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/reportagens-e-entrevistas/eleicoes-1989-e-o-debate-collor-x-lula/> Acessado em: 11.11.2020

⁵⁰ Memória Globo: Jornal Nacional. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/> Acessado em: 15.12.2020

apenas oito mil aparelhos televisores em São Paulo. O objetivo inicial é que as transmissões tivessem começado três semanas antes, para marcar o sete de setembro, dia da independência do Brasil. Porém, a chegada dos equipamentos importados atrasou (REZENDE, 2000).

O pioneirismo foi uma característica marcante da Record TV nos primeiros anos. Ela foi, por exemplo, a primeira emissora brasileira a produzir um seriado televisivo de aventuras em 1954, o Capitão 7⁵¹. A primeira transmissão externa ao vivo de um jogo de futebol também foi dela. Foi em 1955, uma partida entre Santos e Palmeiras, na Vila Belmiro.

Mas o sucesso e a popularidade alcançados pela emissora estavam ligados mesmo à transmissão de festivais de música e aos programas do gênero produzidos pelo canal. Estes eventos marcaram época na tela da Record e revelaram ao país artistas como Roberto Carlos, Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Elis Regina, Gal Costa e Rita Lee. Os festivais da Record consolidaram dois importantes gêneros musicais brasileiros na década de 1960: as canções de protesto e o tropicalismo⁵².

Porém, uma série de incêndios, ocorridos entre os anos de 1968 e 1969, nos estúdios da Record em São Paulo, destruiu parte dos equipamentos como monitores, câmeras, geradores e fitas. O prejuízo levou a empresa à crise e à decadência. As dificuldades técnicas e operacionais, aliadas ao crescimento da Rede Globo, impactou também na audiência e a crise se acentuou nos anos 1980.

Foram diversas tentativas de venda em negócios que não se concretizaram. Até que, em 1989, os proprietários da emissora – o empresário Silvio Santos e o grupo Machado de Carvalho – efetivaram a venda para o pastor e então deputado Odenir Laprovita Vieira e o empresário Alberto Haddad. Só depois de concluída a negociação que os antigos donos descobriram a identidade do verdadeiro comprador: Edir Macedo Bezerra, fundador da Igreja

⁵¹ A série Capitão 7 – referência ao canal da emissora Record – estreou no dia 24 de outubro de 1954. No início, ia ao ar três vezes por semana. A duração dos episódios variava entre 20 e 40 minutos. Posteriormente, o sucesso de audiência acabou tornando a exibição diária. A atração saiu do ar em 1996. Disponível em: <http://infantv.com.br/infantv/?p=15497> Acessado em: 06.12.2020

⁵² A Tropicália foi um movimento cultural brasileiro que misturava elementos locais e estrangeiros a partir de inovações estéticas radicais.

Universal do Reino de Deus⁵³. Porém, devido a uma série de irregularidades apontadas pelo Ministério das Comunicações, a transferência para o nome do bispo só foi finalizada em 1993, depois de uma negociação política que envolveu o então presidente da República Itamar Franco⁵⁴.

Em 1992, Edir Macedo chegou a ser preso acusado de charlatanismo, curandeirismo e estelionato. Os bens dele, inclusive a Rede Record, ficaram sob intervenção judicial. Em 1996, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal levantaram suspeitas sobre o uso indevido do dinheiro dos fiéis da Igreja Universal. O dinheiro estaria sendo usado para a compra de horário na grade de programação da Record TV a preços superfaturados. Macedo viria ainda a ser acusado de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, junto com outros membros da igreja⁵⁵.

O Jornal da Record foi ao ar pela primeira vez em 27 de setembro de 1974. Dois anos depois, o telejornal passou a se chamar Jornal da Noite. Porém, em 1985, retomou o nome original, que permanece até hoje. A atração tradicionalmente ia ao ar às 20h30, o mesmo horário do Jornal Nacional. Em 2018, contudo, a emissora passou o programa para às 19h45, o que significou praticamente duplicar os índices de audiência⁵⁶.

O programa objetiva sintetizar os principais assuntos do dia no Brasil e no mundo em cada edição. Para isso, conta com repórteres em todos os Estados brasileiros e correspondentes internacionais na América do Norte, na Europa, na Ásia e na África⁵⁷.

Alguns episódios denotam claramente a interferência dos interesses políticos, religiosos e comerciais da emissora na linha editorial e na condução dos programas jornalísticos, inclusive nos telejornais. Em 2005, o apresentador

⁵³ A Universal é o maior e mais representativo grupo neopentecostal brasileiro. Segundo a própria igreja, são cerca de oito milhões de seguidores e quinze mil pastores espalhados em cento e cinco países.

⁵⁴ Bispo comprou a Record em 1989. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/14/brasil/27.html> Acessado em 30.12.20

⁵⁵ Record 65 anos: conheça a origem e a história da emissora de TV. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/tv,record-65-anos-conheca-a-origem-e-a-historia-da-emissora-de-tv,70002520635> Acessado em: 01.09.2020

⁵⁶ Jornal da Record dobra a audiência após mudar de horário. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/cristina-padiglione/2019/12/jornal-da-record-dobra-a-audiencia-apos-mudar-de-horario.shtml> Acessado em: 06.12.2020

⁵⁷ Record TV: emissoras. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/recordtv-emissoras> Acessado em 15.12.2020

e diretor do Jornal da Record Chico Pinheiro foi demitido após colocar no ar uma entrevista com o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales. Ele não teria respeitado uma lista de pessoas vetadas imposta ao departamento de jornalismo, que incluiria o Papa, o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), sindicalistas e políticos.⁵⁸

Se durante os 14 anos de administrações petistas (2002-2016) a empresa foi criticada por uma linha editorial claramente pró-governo em suas coberturas, bastou o candidato Jair Bolsonaro liderar as pesquisas de intenção de voto para conquistar o apoio público de Edir Macedo, que declarou o voto no militar reformado. O apoio se estendeu ao departamento de jornalismo do Grupo Editorial Record, com entrevistas exclusivas, ampliação de espaço para informações relacionadas ao candidato do PSL e censura a notícias negativas, como a morte do capoeirista Moa do Katendê, assassinado por um apoiador de Bolsonaro depois de uma discussão política⁵⁹.

A nova gestão passou a promover uma série de alterações na grade de programação e, também, a atrair apresentadores, artistas e comunicadores de outras emissoras, especialmente da Globo. Numa campanha arrojada em busca de audiência, tornou pública a meta com o *slogam* “Rumo à liderança”. A estratégia resultou em mudanças inclusive no telejornalismo.

Neste contexto, em 2006, a Record coloca na bancada do seu principal telejornal os jornalistas Celso Freitas e Adriana Araújo, ambos conhecidos nacionalmente pela longa trajetória na Rede Globo. Freitas, inclusive, chegou a apresentar alguns dos principais programas jornalísticos da emissora, como o Jornal Nacional, o Fantástico e o Globo Repórter.

A mudança aconteceu no momento em que William Bonner e Fátima Bernardes estavam em férias, com o objetivo de dar aos telespectadores menos atentos “a impressão de assistir o JN” (REZENDE, 2010). A estratégia de contratar profissionais reconhecidos da Globo deu mais um passo com a

⁵⁸ Chico Pinheiro é demitido pela Rede Record. Disponível em: <https://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=30080&PageNo=1> Acessado em: 05.12.2020

⁵⁹ Record amplia visibilidade de Bolsonaro e evita críticas ao presidencialismo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/record-amplia-visibilidade-de-bolsonaro-e-evita-criticas-ao-presidencialismo.shtml> Acessado em: 05.12.2020

admissão da jornalista Ana Paula Padrão, ex-apresentadora do Jornal da Globo e do Jornal Nacional.

Os ânimos entre a Globo e a Record quase atingiram a temperatura máxima, quando Ana Paula Padrão estreou na apresentação do “novo” Jornal da Record, com Celso Freitas, em 29 de junho de 2009, no lugar de Adriana Araújo, nova correspondente da emissora em Nova York. Era o que a Globo menos desejava, no ano em que o Jornal Nacional comemorava seu quadragésimo aniversário (REZENDE, 2010, p.77).

Os números da audiência apontam que a Record TV disputa o segundo lugar da preferência do público com o SBT, ainda longe de ameaçar a Rede Globo, salvo raras exceções. O Jornal da Record ocupa o espaço de uma hora na grade, das 19h45 às 20h45. Porém, o tempo líquido de produção é de aproximadamente 50 minutos. O telejornal vai ao ar de segunda à sábado e é apresentado atualmente por Celso Freitas e Christina Lemos.

4.4 O SBT E O SBT BRASIL

O Sistema de Televisão Paulista, formado por emissoras de diversas regiões, tem como origem a TV Studios Sílvio Santos (TVS), canal 11 do Rio de Janeiro. A TVS entrou no ar em 1976 transmitindo basicamente shows, jornalismo e desenhos animados, além do programa Sílvio Santos, que passaria a ser retransmitido pela TV Tupi, a primeira estação de televisão da América Latina, depois de uma greve de funcionários da emissora em 1980.

No ano seguinte, em 19 de agosto de 1981, o Grupo Sílvio Santos obteve a concessão de um bloco de quatro canais formado pela Tupi de São Paulo – cuja concessão havia sido cassada pelo presidente João Batista Figueiredo –, Marajoara de Belém, Piratini de Porto Alegre e Continental do Rio de Janeiro. Assim, a data ficaria marcada como o nascimento do Sistema Brasileiro de Televisão, o SBT.

Desde então, a rede passou a trabalhar com o mesmo objetivo: divertir e difundir a cultura nacional para as camadas mais populares, mais objetivamente as classes B, C e D. Três meses depois da inauguração, entraria no ar a primeira

produção jornalística: o telejornal matutino Noticentro, cuja pauta era focada em assuntos populares⁶⁰.

O Jornal do SBT estreou em 20 de maio de 1991 e ficou no ar por apenas cinco anos, dando lugar ao SBT Notícias, cuja história foi ainda mais curta: um mês. Com isso, o Jornal do SBT retornou a partir da parceria com a americana CBS Telenotícias. A apresentação do programa era dividida entre um estúdio no Brasil e outro em Miami.

“O SBT reclamava, porém, da falta de um telejornalismo que tivesse ‘a cara da emissora’, encarnada por Carlos Alberto da Nóbrega, Golias, Gugu Liberato, Hebe Camargo, e, o símbolo maior da rede, Sílvio Santos” (REZENDE, 2010, p.70). Para preencher esta lacuna, estreou, em maio de 1991, o programa Aqui Agora, uma ideia de Sílvio Santos inspirada em um programa argentino chamado Nueve Diário, que ele conheceu durante um período de férias em Buenos Aires⁶¹.

O slogan dava indícios dos objetivos do SBT com o programa: "Um jornal vibrante, uma arma do povo, que mostra na TV a vida como ela é". O Aqui e Agora tinha o foco voltado aos temas policiais, explorados de uma forma sensacionalista. Até o suicídio de um jovem, que se atirou de um prédio em São Paulo em 1993, foi levado ao ar. A reportagem contou a história em detalhes e teve a duração de dez minutos⁶².

A proposta dos idealizadores foi contar as histórias a partir de longos planos sequência, pouca edição, muito som ambiente e entrevistas gravadas no calor dos acontecimentos. Não havia rigor no que diz respeito à qualidade estética do material gravado. Definitivamente, esta não era a prioridade. O mais importante era que o material transmitisse uma ideia de instantaneidade e realismo.

O conteúdo mesclava ainda focos do meio artístico e um quadro relacionado aos direitos do consumidor. Em diversos momentos, a atração

⁶⁰ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sistema-brasileiro-de-televisao-sbt> Acessado em: 02.09.2020

⁶¹ "Aqui Agora" não vai repetir erros, diz diretor. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0303200811.htm> Acessado em: 30.12.2020

⁶² Em 1993, Aqui Agora exibiu suicídio de adolescente e chocou o Brasil. Disponível em <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/em-1993-aqui-agora-exibiu-suicidio-de-adolescente-e-chocou-o-brasil-4722?cpid=txt> Acessado em 30.12.2020

chegou a disputar a liderança do horário com Rede Globo, especialmente, em São Paulo. Porém, o programa saiu do ar em 1997, voltou em fevereiro de 2008, para sair definitivamente da grade em abril do mesmo ano, dois meses depois do retorno, sem qualquer aviso prévio aos telespectadores. A popularidade da atração, mesmo nos melhores momentos, não foi traduzida em faturamento conforme a empresa esperava (REZENDE, 2002).

Em 1998, o SBT fez a primeira grande reestruturação do departamento de jornalismo, contratando profissionais de outras emissoras e modernizando parque tecnológico. Neste momento, sob a liderança de Bóris Casoy, nasceu o TJ Brasil. O programa popularizou a figura do âncora, que tinha liberdade de opinar sobre os assuntos noticiados pelo telejornal.

O SBT Brasil estreou no dia 15 de agosto de 2005 sob o comando da jornalista Ana Paula Padrão, vinda da Globo. O movimento indicava uma nova valorização do jornalismo, com a criação de sucursais e a padronização do trabalho feito pelas afiliadas. Inspirado na experiência do TJ Brasil, o telejornal valorizava e destacava a opinião dos apresentadores. Posteriormente, o espaço dos comentários passou a ser ocupado por analistas especialistas em suas áreas. Em 2018, uma nova mudança: saem os comentaristas e retorna o modelo anterior.

Em 2016 o SBT lança um programa jornalístico matutino, que substituiria a reprise do Jornal do SBT e o Carrossel Animado, o Primeiro Impacto. A inconstância – uma regra na programação da emissora – também foi uma marca da atração, que, no período de um ano, mudou de faixa horária, alterou a duração, testou diferentes apresentadores e saiu do ar, para retornar às telas poucos meses depois. Entre os apresentadores que estiveram à frente do programa, dois destaques: Marcão do Povo – que ganhou notoriedade depois de chamar uma cantora negra de “macaca” e propor “campos de concentração para doentes de covid-19” – e o jovem Dudu Camargo, de apenas 18 anos – sem formação acadêmica e nenhuma experiência com jornalismo.

Num lamentável episódio para a história do jornalismo do SBT, o alinhamento editorial com o governo Bolsonaro levou Sílvio Santos a cancelar uma edição do seu noticiário. Foi no dia 23 de maio de 2020, quando o SBT Brasil levaria ao ar mais uma reportagem sobre a repercussão da divulgação do vídeo de uma reunião ministerial. A matéria sobre o mesmo assunto exibida no

dia anterior, sexta-feira, teria deixado Silvio Santos – que havia declarado publicamente apoio ao governo federal – descontente. Com isso, no sábado, ele tirou do ar o principal telejornal da emissora e, no lugar, reprisou um programa de fofocas⁶³. Os jornalistas da emissora que estavam na redação produzindo o telejornal daquele dia foram pegos de surpresa pela decisão.

Em nota, a Federação Nacional dos Jornalistas considerou a atitude abusiva por ultrapassar os limites da liberdade de imprensa e também privilegiar interesses políticos partidários. Além disso, ressaltou que a medida significou também uma agressão e uma falta de respeito aos jornalistas e demais profissionais envolvidos com a produção do programa⁶⁴.

O ocorrido na noite deste sábado nos remete aos mais sombrios dias da ditadura militar instaurada no país com o golpe de 1964, quando a censura do Estado fazia parte da rotina das redações. A edição do SBT Brasil foi cancelada e substituída, sem qualquer esclarecimento ao público, por um programa de variedades e tudo se deu possivelmente a partir de um simples telefonema, ressuscitando uma das mais odiosas práticas do período em relação à imprensa (FENAJ, 2020).

Na página do SBT Brasil na internet, a descrição do programa é breve e objetiva: “As notícias mais importantes do dia ao vivo com liberdade editorial e credibilidade, fatores para o exercício de um jornalismo claro e transparente”⁶⁵. Uma autoimagem bastante positiva diante de episódios pouco honrosos da história do telejornalismo da emissora.

O SBT Brasil vai ao ar de segunda à sábado, das 19h45 às 20h25, e ocupa um intervalo de 40 minutos da programação. O tempo líquido de produção é de aproximadamente 33 minutos. A apresentação é atualmente de Marcelo Torres e Márcia Dantas.

⁶³ Ao cancelar SBT Brasil, Silvio Santos desrespeita seu jornalismo e seu público. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/columnistas/tonygoes/2020/05/ao-cancelar-sbt-brasil-silvio-santos-desrespeita-seu-jornalismo-e-seu-publico.shtml> Acessado em: 23.07.2020

⁶⁴ Nota pública: censura no SBT é violação grave do direito à comunicação. Disponível em: <https://fenaj.org.br/nota-publica-censura-no-sbt-e-violacao-grave-do-direito-a-comunicacao/> Acessado em: 05.12.2020

⁶⁵ SBT Brasil. Disponível em: <https://www.sbt.com.br/jornalismo/sbt-brasil#noticias> Acessado em: 06.12.2020

4.5 O GRUPO BANDEIRANTES E O JORNAL DA BAND

A TV Bandeirantes de São Paulo iniciou as suas atividades em 13 de maio de 1967. O fundador, João Jorge Saad, recebeu a concessão do presidente Getúlio Vargas para exploração do canal. Porém, antes mesmo de iniciar as transmissões, a autorização foi cancelada pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), e recuperada no governo João Goulart (1961-1964). A emissora faz parte do Grupo Bandeirantes de Comunicação, que soma redes de rádios, TVs por assinatura e jornais.

Em 1969 um incêndio destruiu o prédio da emissora e parte dos equipamentos. Para manter a programação no ar, a alternativa foi transmitir as imagens a partir de caminhões de externa. A sustentação financeira necessária para o prosseguimento das operações veio da Rádio Bandeirantes. Com a informação que Brasil passaria a contar com a tecnologia de transmissão em cores, os equipamentos que substituíram as máquinas destruídas pelo fogo já vieram com este recurso. Com isso, em 19 de fevereiro de 1972, a TV Bandeirantes levou ao ar as primeiras imagens coloridas da TV brasileira: o desfile da Festa da Uva, direto de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul.

O Jornal da Bandeirantes estreou em 12 de outubro de 1977 com apresentação de Salomão Esper. O programa passava a ocupar o lugar deixado pelo Titulares da Notícia, um telejornal que levava o mesmo nome da atração da Rádio Bandeirantes e chegou a ter a dupla sertaneja Tônico e Tinoco como apresentadores dos conteúdos relacionados ao interior de São Paulo.

Foi na bancada do Jornal da Bandeirantes que Joelmir Beting se tornou um dos primeiros jornalistas a atuar como âncora na TV brasileira. Durante metade da década de 1980, Beting conduziu o noticiário no improvisado, que exigia, inclusive, que fizesse comentários sem uma preparação prévia do texto para preencher vazios entre uma reportagem e outra. Muitas vezes, sem sequer saber sequer qual seria a próxima notícia. “Não era experiência pela opção de um modelo e sim por uma deficiência operacional da empresa. Aquilo era um “tampão” ao vivo, com a nossa cara sob o risco de fazer ou dizer besteiras, como andou acontecendo” (BETING apud VIEIRA, 1991, p.123).

Além de Beting, importantes nomes do jornalismo brasileiro ocuparam a bancada do noticiário. Entre eles, Ferreira Martins, Belisa Ribeiro, Paulo Henrique Amorim, Marília Gabriela, Chico Pinheiro, Carla Vilhena e Ricardo Boechat, que depois de uma morte trágica em um acidente aéreo foi substituído pelo atual apresentador, Eduardo Oinegue.

Foi só depois de vinte anos no ar que o programa assumiu o apelido pelo qual era conhecido pelos telespectadores e tratado informalmente pelos próprios jornalistas: Jornal da Band. Em 2016, foi o primeiro entre os telejornais de rede nacional a transmitir de forma simultânea para o Facebook⁶⁶.

A partir da década de 1980, a emissora começou a investir no segmento esportivo, passou a transmitir a Fórmula Indy, o basquete norte-americano da NBA e os campeonatos italiano e espanhol de futebol. Além disso, fez ampla cobertura dos jogos olímpicos desde então, inclusive os realizados em Pequim em 2008, com cobertura apenas da Band e da Globo.

A emissora construiu também uma tradição na cobertura das eleições e na promoção de debates. O primeiro encontro ao vivo na televisão entre os candidatos da primeira eleição direta para a presidência da República foi produzido e transmitido pela TV Bandeirantes em 17 de julho de 1989. A atração elevou a audiência do horário de 1% para 13%⁶⁷. Desde então, o primeiro encontro entre os postulantes ao Palácio do Planalto acontece, tradicionalmente, na Band.

Em dezembro de 2001, a emissora estreou uma das atrações de maior audiência da sua grade: o Brasil Urgente, com apresentação de Roberto Cabrini. Em 2003, o comando passou para José Luiz Datena. O jornalista apresenta o programa em pé no estúdio, gesticulando bastante e, muitas vezes, aos gritos de “vagabundo”, “sem vergonha”, “bandido”, etc. Datena não hesita em julgar os personagens envolvidos nas reportagens exibidas e dar a sua opinião sobre todo e qualquer assunto. O programa trata de uma grande variedade de temas de apelo popular, com destaque para saúde, comportamento e, especialmente, violência. A abordagem rotineiramente é sensacionalista.

⁶⁶ Portal Grupo Bandeirantes de Comunicação. Disponível em: <http://www.band.com.br/grupo/grupo.asp> Acessado em: 20.08.2020

⁶⁷ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/rede-bandeirantes> Acessado em: 02.09.2020

O público do programa Brasil Urgente presencia, em cada edição, a demonstração de um conjunto de características espetaculares. A exposição de detalhes do cotidiano da vida humana é comum no programa. O apresentador comenta e analisa a maior parte dos fatos apresentados, mostrando-se como um juiz hábil a avaliar as relevâncias dos acontecimentos sociais (NEGRINI, 2008, p.7)

O Jornal da Band vai ao ar de segunda a sábado, das 19h20 às 20h20, ocupando uma hora de intervalo da grade. O tempo de produção líquida é de aproximadamente 45 minutos.

5. O CASO FALLET

Este capítulo apresenta o morro do Fallet numa perspectiva histórica de ocupação; resgata a formação das favelas cariocas com destaque para os movimentos do Estado, da remoção à urbanização; contextualiza o problema do narcotráfico e destaca algumas ações policiais de enfrentamento ao crime; faz um relato a partir de reportagens publicadas na imprensa da operação policial mais violenta dos últimos 12 anos, que resultou na morte de 15 pessoas no dia 8 de fevereiro de 2019; por fim, detalha as estratégias metodológicas e oferece uma análise detalhada de cada uma das reportagens levadas ao ar nos telejornais Jornal Nacional, Jornal da Record, SBT Brasil e Jornal da Band, além de um panorama geral daquilo que foi encontrado na investigação das coberturas.

5.1 AS FAVELAS

A primeira favela da cidade do Rio de Janeiro foi o Morro da Favela⁶⁸, hoje conhecido como Morro da Providência. A ocupação foi feita pelos soldados que lutaram na Guerra de Canudos em 1897. O batalhão tinha sido formado por homens vindos de diferentes regiões do país. Como o exército não pagou os benefícios prometidos no momento do alistamento, eles resolveram acampar no morro que existia atrás do Ministério da Guerra, hoje Comando Militar do Leste. Ao chegarem no local, os militares encontraram barracos ocupados por pessoas que teriam sido despejadas do cortiço Cabeça de Porco em 1894, um dos maiores do Rio de Janeiro. A remoção fez parte de ação higienista da Prefeitura, já que o antigo local era visto como um ambiente inseguro e propício ao crime e às epidemias (ROCHA, 2016).

⁶⁸ O local passou a ser chamado de Morro da Favela devido ao fato dos ex-combatentes terem encontrado na região a árvore favela. A vegetação espinhenta e comum no sertão era conhecida dos soldados do arraial de Canudos e, por lá, também deu nome a um morro.

O Observatório de Favelas buscou uma definição da ideia de Favela que a colocasse como um território que também constitui a cidade, porém, com características próprias. O objetivo foi fugir de conceituações baseadas em carências e ausências feitas com base em um modelo idealizado e homogêneo de cidade. Assim, a partir de um seminário com representantes de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e pesquisadores, concluiu que as características que melhor explicam estes locais, em parte ou na sua totalidade, são:

- Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços;
- Forte estigmatização sócio-espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade;
- Edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros definidos pelo Estado;
- Apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia;
- Ocupação marcada pela alta densidade de habitações;
- Indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade;
- Níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho;
- Taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade;
- Ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental;
- Alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira;
- Grau de soberania por parte do Estado inferior à média do conjunto da cidade;
- Alta incidência de situações de violência, sobretudo a letal, acima da média da cidade;
- Relações com a vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização de espaços comuns como lugar de convivência (SOUZA e SILVA, 2009, p.22 e 23).

O Rio de Janeiro é a cidade brasileira com o maior número de pessoas morando em favelas: são 1.393.314 habitantes ou 22% da população, ou seja, um em cada cinco cariocas é favelado. O Censo de 2010, o mais recente a fazer este levantamento, apontou 763 comunidades diferentes na capital fluminense. A maior delas é a Rocinha com 69.161 pessoas e 25.352 domicílios.

O Data Favela, primeiro instituto de pesquisa e estratégias de negócios focado na realidade destes lugares, coletou dados importantes que ajudam a traçar um perfil sobre os moradores dos morros cariocas e a entender um pouco sobre as suas rotinas: apenas um por cento tem alguma formação superior; 59% acredita ser discriminado pelo local onde mora; 65% dos jovens de 18 a 29 anos já foram revistados pela polícia em média 5,8 vezes na vida; 73% considera o morro um local violento e 18%, muito violento⁶⁹.

No livro “Violência, povo e polícia”, Benevides (1983) relata diversas situações que ilustram o preconceito e a diferença no tratamento da polícia – e também da imprensa – com os pobres nas periferias. Há inclusive um *modus operandi* que permanece até os dias de hoje: a prisão para posterior averiguação da situação legal e dos antecedentes – que, por si só, não indica crime –, seguida da exibição para a imprensa, quando todos se transformam em suspeitos ou até acusados, para, no dia seguinte, serem liberados.

E enquanto não descobre, a polícia fabrica suspeitos; impunemente fornece aos jornais os nomes de acusados: porteiros de prédios, bombeiros hidráulicos, pedreiros, empregadas domésticas. No dia seguinte, a polícia se desdiz, admite estar errada. Quando suas vítimas, humildes trabalhadores, já estão estigmatizados (BENEVIDES, 1983, p.51).

A arbitrariedade da polícia é uma realidade histórica nas comunidades mais carentes. Isso sem falar naqueles que acreditam na violência, na maldade e no crime como situações inatas do indivíduo, de nascença, que apontam para

⁶⁹ Favelas cariocas. Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/favelas-cariocas#:~:text=O%20Censo%20de%202010%2C%20IBGE,favelas%3A%201.393.314%20habitantes>. Acessado em 12.12.2020

um ser humano irrecuperável. Um discurso que já teve mais adeptos, mas ainda tem forma em alguns grupos sociais. E assim são alimentados, do ponto de vista cultural, os grupos de extermínio e o comportamento de eliminação do criminoso, ao invés do combate ao crime (BENEVIDES, 1983).

A relação entre estas regiões mais pobres e o Estado é historicamente conflitante no Brasil. As encostas dos morros do Rio de Janeiro passaram a ser intensamente ocupadas logo nos primeiros anos do século XX. Com isso, os territórios, que sempre apresentaram precariedades estruturais e sociais, começaram a ser considerados problemas estéticos, higiênicos, de ordem social e de segurança. Uma visão que ganhava força conforme o movimento de modernização da cidade avançava na década de 1920 (MAIOLINO, 2008). Em 1937, o Código de Obras da cidade apontava as favelas como aberrações urbanas e proibia a construção de novos barracos. Na época, o propósito passou a ser acabar com as favelas.

A imagem destes locais começou a mudar na década de 1950, quando inicia um processo de urbanização das favelas cariocas. Neste momento, alguns intelectuais passam a se interessar pela cultura produzida nos morros e pela sociabilidade construída por seus habitantes. Nos anos 1960, foram criadas as primeiras associações de moradores, fundamentais na luta por melhorias nas favelas e também para a organização política da comunidade (BAGNO, 2016).

Ao mesmo tempo que aconteciam os avanços, o governo estadual passou a promover remoções em diversas favelas para áreas mais afastadas do Centro da cidade. A mudança precarizou ainda mais a qualidade de vida da população que foi retirada de suas casas devido às dificuldades de deslocamento e de acesso às ofertas de trabalho (MAIOLINO, 2008).

Um marco para a luta destas comunidades por uma vida digna acontece na década de 1980, quando o poder público passa a oferecer infraestrutura mesmo a áreas sem regularização fundiária, geralmente ocupadas por pessoas em situação de pobreza. O entendimento político sobre o direito de habitar estas regiões resultou na criação de programas sociais específicos para as favelas, o que permitiu a oferta de alguns serviços do Estado nestes locais.

Entre a década de 1980 e 1990 é registrado um aumento bastante significativo no número de moradores nos morros cariocas. Junto com o crescimento populacional e a intensa urbanização destes espaços, chegam também duas atividades ilícitas que transformariam o cenário: o jogo do bicho e o tráfico de drogas. Estes problemas foram fundamentais na construção de uma imagem distorcida e preconceituosa do morador de favela, visto, a partir de então, como uma classe criminosa e perigosa.

O discurso da imprensa também colaborou para a consolidação do estigma que permanece até os dias de hoje. A violência nas favelas e os confrontos dos traficantes com a polícia ganham o enquadramento de guerra nas manchetes dos jornais a partir da década de 1990. A escolha passa a orientar uma gramática no tratamento das pautas sobre estes assuntos. O Jornal O Globo, por exemplo, passou a usar a cartola “A Guerra do Rio” para identificar todo conteúdo relacionado ao narcotráfico e à violência nas favelas (ROCHA, 2016).

O maior projeto de pacificação das favelas cariocas dominadas por facções criminosas surgiu em 2008: as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro previa a retomada de alguns territórios perdidos para o narcotráfico a partir da implantação de policiamento comunitário em todas estas regiões. As UPPs tinham também o objetivo de permitir que serviços públicos que não estavam presentes nas comunidades fossem levados até elas.

Ao todo, foram instaladas 38 Unidades de Polícia Pacificadora. De uma forma geral, com as UPPs, a violência apresentou um significativo recuo. Em algumas áreas, as comunidades relataram o fim dos tiroteios e da circulação de traficantes armados nas ruas, rotina nestes locais. Alguns morros passaram inclusive a receber investimentos do Estado, principalmente, através de obras de infraestrutura e da oferta serviços públicos. Nos primeiros anos, o projeto alimentou a esperança da pacificação através de um modelo de polícia de proteção e de redução de confrontos.

Esta fase auspiciosa foi perdendo força com denúncias de irregularidades em praticamente todas as regiões da cidade. Um dos primeiros casos de maior repercussão na imprensa aconteceu justamente na UPP do Fallet/Fogueteiro. A partir de escutas telefônicas autorizadas pela justiça, foi descoberto um esquema de pagamento de mesada dos traficantes para os policiais da unidade responsável pela região. O depósito mensal garantia que os negócios da quadrilha não seriam atrapalhados. Nas ligações interceptadas, os criminosos foram flagrados dando ordens para que os policiais permanecessem na sede da UPP, sem circular pela região⁷⁰.

A derrocada das UPPs como projeto de combate à violência nas favelas aconteceu em 2013, com a desativação de nove Unidades de Polícia Pacificadora⁷¹, a progressiva redução dos investimentos do Estado nestas regiões e também do número de soldados no policiamento comunitário. Além disso, os relatos de casos de violação dos direitos humanos, cometidos pelos agentes que deveriam desempenhar um trabalho de aproximação e de proteção dos moradores, ficaram cada vez mais comuns.

O caso mais rumoroso e emblemático naquele ano foi o do pedreiro Amarildo. O homem foi retirado de um bar na Rocinha e levado ilegalmente para ser interrogado até a sede da Unidade de Polícia Pacificadora da região. A suspeita é de que ele tivesse envolvimento com o narcotráfico. Amarildo nunca mais foi visto. Uma série de protestos transformou o caso num símbolo da violência policial no Rio de Janeiro. Cartazes com a frase “Onde está Amarildo?” eram vistos em mobilizações populares em diversas capitais brasileiras e até no exterior. Em janeiro de 2016, após decretar a morte presumida do pedreiro, a

⁷⁰ O escândalo da UPP: população do Rio descobre a diferença entre pacificação e paz negociada com bandidos. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/o-escandalo-da-upp-populacao-do-rio-descobre-a-diferenca-entre-pacificacao-e-paz-negociada-com-bandidos/> Acessado em 12.12. 2020

Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/brasil/o-escandalo-da-upp-populacao-do-rio-descobre-a-diferenca-entre-pacificacao-e-paz-negociada-com-bandidos/>

⁷¹ A história das operações e planos de segurança no Rio: três décadas de fracassos. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/politica/1519058632_353673.html Acessado em: 12.12.2020

justiça condenou doze policiais por envolvimento com o crime de tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude⁷².

Amarildo tinha 48 anos e era casado com a dona de casa Elizabeth Gomes da Silva. O casal e os seis filhos moravam em um barraco de um único cômodo na Rocinha. O texto da sentença da juíza Daniella Alvarez Prado, da 35ª Vara Criminal da capital, tem um tom de protesto

Infelizmente sabemos que ele não sumiu. Amarildo morreu. Não resistiu à tortura que lhe empregaram. Foi assassinado. Vítima de uma cadeia de enganos. Uma operação policial sem resultados expressivos. Uma informação falsa. Um grupo sedento por apreensões. Um nacional vulnerável à ação policial. Negro. Pobre. Dentro de uma comunidade à margem da sociedade. Cujas esperanças de cidadania cederam espaço para as arbitrariedades. Quem se insurgiria contra policiais fortemente armados? Quem defenderia Amarildo? Quem impediria que o desfecho trágico ocorresse? Naquelas condições, a pergunta não encontra resposta e nos deparamos com a covardia, a ilegalidade, o desvio de finalidade e abuso de poder exercidos pelos réus" (RIO DE JANEIRO, 2016)⁷³

Em 2018, depois de mais uma onda de violência, o Rio de Janeiro ficou sob intervenção federal por onze meses. Desde a promulgação da constituição de 1988, isso jamais tinha acontecido no Brasil. No período, um militar do exército assumiu o comando da área da segurança no Estado, com totais poderes sobre a polícia civil, a polícia militar, os bombeiros e, é claro, as forças armadas que ocuparam as ruas e os quartéis.

Um relatório produzido pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro com o apoio de organizações não governamentais identificou 30 tipos de violações de direitos cometidos pelas Forças Armadas e pelas polícias – especialmente nas favelas – durante o período da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio. A Ouvidoria da Defensoria Pública ouviu 300 relatos anônimos em 15

⁷² Caso Amarildo: entenda o que cada PM condenado fez, segundo a Justiça. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-entenda-o-que-cada-pm-condenado-fez-segundo-justica.html> Acessado em 12.12.2020

⁷³ Sentença do caso Amarildo. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2017/07/sentenca-amarildo.pdf> Acessado em: 12.12.2020

diferentes comunidades. As ilegalidades mais citadas pela população são: violação de domicílio, roubo, furto, agressões e desrespeito a mulheres⁷⁴.

Eles vêm revistar a gente já gritando, chamando a gente de piranha, mulher de bandido, drogada. Vem empurrando e mexendo na gente. Eu sei que só mulher que pode revistar mulher, mas se a gente não deixar, leva tapa na cara”, afirma uma das moradoras ouvidas pela Defensoria (RELATÓRIO, 2018).

A intervenção federal foi criticada pelo Ministério Público Federal⁷⁵ por considerar que a ação das Forças Armadas violava a constituição e também os direitos humanos. O Conselho Nacional de Direitos Humanos encaminhou um ofício à presidência da república relatando abusos cometidos pelas polícias e cobrando limites para a atuação das forças de segurança⁷⁶.

Internacionalmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) emitiram uma nota conjunta. As entidades manifestaram também preocupação com os riscos de violações dos direitos humanos face o comando das operações da Segurança Pública no Rio de Janeiro ter sido ocupado por um general do Exército⁷⁷.

Soares (2006) sintetiza o processo pelo qual os moradores das favelas são submetidos no Rio de Janeiro como uma dupla tirania: do tráfico armado e dos segmentos criminosos das polícias. Aliado à perene ausência do Estado em alguns territórios, o resultado é que algumas comunidades permanecem

⁷⁴ Relatório aponta que Forças de Segurança violaram 30 tipos de direitos durante Intervenção. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/27/relatorio-aponta-que-forcas-de-seguranca-violaram-30-tipos-direitos-durante-intervencao.ghtml> Acessado em: 12.12.2020

⁷⁵ Intervenção é risco à Constituição e aos direitos humanos, diz procuradoria. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/intervencao-e-risco-a-constituicao-e-aos-direitos-humanos-diz-procuradoria.shtml> Acessado em: 12.12.2020

⁷⁶ CNDH cobra de Temer informações sobre violações de direitos humanos na Intervenção do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/cndh-cobra-de-temer-informacoes-sobre-violacoes-de-direitos-humanos-na-intervencao-do-rio-de-janeiro> Acessado em: 12.12.2020

⁷⁷ ONU e OEA alertam sobre riscos de violações por intervenção no rio. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/onu-e-oea-alertam-sobre-riscos-de-violacoes-por-intervencao-federal-no-rio> Acessado em: 12.12.2020

suprimidas do campo de vigência do Estado Democrático de Direito. Para esta parte da população, a transição democrática pela qual o país passou ainda não se efetivou. Elas vivem uma rotina de injustiça e de barbárie em um estado de exceção. “Essas comunidades pobres, ‘excluídas’ de cidadania, desconhecem os direitos civis e humanos, as liberdades fundamentais: ir e vir, expressar-se, organizar-se” (p.125). As consequências impactam para além dos limites geográficos dos morros e das periferias, impulsionando a criminalidade em toda a cidade, no estado e no país.

5.2 O MORRO DO FALLET

O morro do Fallet está localizado na zona central do Rio de Janeiro e é habitado por 4.500 pessoas segundo o IBGE. A entrada na favela pode ser feita pelos bairros do Rio Comprido ou de Santa Teresa. Junto com as comunidades de Santa Teresa, Fogueteiro e Prazeres, a região integra o Complexo do Rio Comprido, forma como o poder público tem usado para designar um grupo de favelas. Estas regiões são dominadas pela facção criminosa Comando Vermelho, exceto o Morro da Coroa, comandado pelo Terceiro Comando Puro.

Silvana Bagno (2016), em sua tese de doutorado “Memória, pertencimento e identidade em narrativas de moradores do Fallet, Rio de Janeiro”, reconstituiu parte da história da favela a partir, principalmente, de relatos orais feitos por moradores. Eles contam que a ocupação do local começou em 1922 por imigrantes europeus – italianos, ingleses, portugueses e alemães – que construíram as suas próprias casas com pedras. Em seguida os cariocas e migrantes de outros estados do país também passaram a desbravar o morro.

A história começou a mudar ainda no início do século XX, quando a família do Sr. Abreu construiu uma espécie de cortiço próximo à sua casa. O espaço foi alugado para trabalhadores de uma linha de bonde local, a Santa Teresa, o principal meio de transporte da época. O espaço, que ficou conhecido como “Buraco do Abreu”, foi o primeiro passo para a popularização do território. A água

canalizada e a energia elétrica vieram com mutirões de moradores. As primeiras ruas passaram a ganhar nomes a partir de 1940 (BAGNO, 2016).

Cabe lembrar que, neste período do surgimento do Fallet, o Rio de Janeiro era a Capital Federal, a maior cidade e o maior centro econômico do país. O número de habitantes era de aproximadamente um milhão de pessoas. A expansão da cidade, o desenvolvimento industrial – com a instalação de grandes empresas como a Standard Eletric (1927), a Cia Nacional de Tecidos Nova América (1924) e a General Eletric (1919) – e a consequente geração de empregos estimularam a ocupação dos morros e a formação das favelas.

O processo de favelização do Fallet aconteceu aos poucos, mais intensamente, a partir das migrações internas, especialmente com a chegada de mineiros e nordestinos à região. Eles desembarcaram no Rio de Janeiro para trabalhar, principalmente, nas obras do metrô da cidade. Encontraram um local para morar na parte mais alta do morro, ainda inabitada, onde instalaram os primeiros barracos com telhado de zinco. Uma rotina que foi se multiplicando em progressão geométrica em diversas regiões da cidade. Ora a partir da simples ocupação de áreas verdes, ora com a compra de lotes de terrenos já demarcados.

Com a explosão populacional, veio também o crime e, posteriormente, o tráfico de drogas.

A criminalidade se instalou, segundo suas narrativas (dos antigos moradores do local), quando a região foi invadida por traficantes do Complexo do São Carlos e, com isso, ali passaram a ocorrer, na ocasião, aumento do número de furtos, assaltos e estupros. A partir dessa situação caótica, segundo seus depoimentos, “aqueles daqui que tinham tendência para a bandidagem se uniram e destituíram os bandidos de lá. Na ocasião, eles foram os nossos heróis, mas depois eles tomaram o gostinho pela coisa e ficaram na atividade...” (sic). E, desde então, eles vêm realizando seus negócios na região (BAGNO, 2016, p.88).

Segundo relatos de moradores antigos da região, o local passou a ser chamado Morro do Fallet justamente depois da chegada ostensiva do tráfico de drogas nos anos 1980.

5.3 O NARCOTRÁFICO

O Rio de Janeiro passou a integrar o mercado consumidor de cocaína de uma forma mais intensa a partir da década de 1970, quando a droga entrou nas favelas com um preço mais baixo⁷⁸. Até então, a venda e o consumo na comunidade envolviam apenas a maconha. A justificativa para o barateamento do pó branco era o aumento da oferta da droga no mercado internacional e a criação de novas rotas para o tráfico na América Latina que envolviam principalmente os estados do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nos morros, os criminosos passaram a financiar a compra de entorpecentes a partir do roubo de carros, de bancos e de transportadores de valores.

O Brasil vivia uma ditadura civil-miliar. Nas penitenciárias, presos políticos dividiam espaço com traficantes e assaltantes de bancos. Dessa parceria circunstancial, surgiu a primeira organização criminosa de tráfico e varejo de drogas do Brasil, a Falange Vermelha. Nos anos 1980, a aproximação com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) permitiu a ampliação dos negócios. Nascia, então, uma das maiores e a mais longeva facção criminosa brasileira, o Comando Vermelho (CV).

Nos anos 1990, as rotas usadas para transportar drogas começaram a ser intensivamente usadas também para o carregamento ilegal de armas de grosso calibre: fuzis, granadas, bazucas antiaéreas, metralhadoras, etc. O

⁷⁸ O preço da cocaína brasileira está entre os mais baixos no mundo, apesar de o produto causar impacto relativamente mais forte sobre o usuário do que o verificado na média (é o país que apresenta os maiores índices de procura de serviços de emergência após o uso). O crack é igualmente barato. Como resultado, o consumo é amplamente facilitado. As drogas e a universidade pública. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/entreteses/item/2187-as-drogas-e-a-universidade-publica#:~:text=O%20mercado%20de%20drogas%20il%C3%ADcitas,%2C5%25%20do%20PIB%20mundial>. Acessado em: 12.12.2020

material passou a ser utilizado no enfrentamento com a polícia e também com a facção rival, o Terceiro Comando (TC). Depois surgiram ainda, entre outras organizações criminosas, os dissidentes do Comando Vermelho: Comando Vermelho Jovem (CVJ), Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP).

A maior organização criminosa do Brasil atualmente é o Primeiro Comando da Capital (PCC), principal rival do Comando Vermelho. Nascido em São Paulo, o grupo organiza assaltos, sequestros, assassinatos e o narcotráfico em praticamente todos os estados brasileiros e em mais cinco países da América Latina: Colômbia, Paraguai, Bolívia, Peru e Guiana. Planilhas apreendidas pela polícia com o homem que seria um dos tesoureiros da quadrilha apontam que entre abril de 2018 e julho de 2019 o PCC movimentou um bilhão de reais⁷⁹.

Não há levantamentos oficiais sobre quantos e quais são hoje os grupos de narcotraficantes existentes, apenas estimativas. O ex-ministro da Segurança Pública Raul Jungmann apontou, em 2018, que aproximadamente 70 organizações criminosas estavam ativas no Brasil. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública identificou a ação de ao menos 37 diferentes facções ligadas ao tráfico de drogas⁸⁰. Especialistas acreditam que apenas a venda de cocaína e maconha movimenta cerca de 17 bilhões de reais no país⁸¹. No mundo, a comercialização de entorpecentes envolve aproximadamente 900 bilhões de dólares por ano, o equivalente a 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do planeta. Os números são tão expressivos que 27 países da União Europeia consideram os valores deste comércio ilegal no cálculo do PIB⁸².

⁷⁹ Movimentação financeira do PCC aumenta 160 vezes em 15 anos. Disponível em: <https://istoe.com.br/movimentacao-financieira-do-pcc-aumenta-160-vezes-em-15-anos/>

Acessado em: 12.12.2020

⁸⁰ Mapa das facções criminosas no Brasil. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/seguranca-publica/mapa-das-faccoes-criminosas/>

Acessado em: 12.12.2020

⁸¹ Tráfico de droga move R\$ 17 bi por ano, diz general que defende legalização. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/12/21/trafico-de-droga-move-r-17-bi-por-ano-diz-general-que-defende-legalizacao.htm?cmpid=copiaecola> Acessado em: 12.12.2020

⁸² PIB 2019: Por que o tráfico de drogas entra no cálculo do indicador europeu e como essa conta poderia inflar o indicador brasileiro. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48340243> Acessado em: 12.12.2020

É fundamental destacar que os traficantes e toda cadeia do negócio que vive no morro é apenas uma parte de um circuito mais amplo e complexo. A eles cabe o varejo e o combate no front contra a polícia ou as facções rivais, tendo como horizonte indelével a prisão ou a morte. Há uma rede formada por agentes públicos corruptos, em especial integrantes das forças armadas e das polícias, que também lucram com o fornecimento de armas e munição ao crime organizado (MORAES, 2006).

Soares chama a atenção para uma das pontas desta cadeia que está longe das favelas. Os jovens de classe média e alta – filhos daqueles que exigem uma forte repressão e punições mais duras ao tráfico de drogas – estão entre os principais compradores dos entorpecentes que saem dos morros. O dinheiro deles é fundamental no financiamento e na sustentação dessa violenta máquina do crime. Os policiais que estabelecem verdadeiras sociedades com traficantes são outro componente importante, é claro. Mas é fundamental lembrar que seria impossível a longa manutenção desses esquemas se não houvesse a participação também dos seus chefes e superiores hierárquicos, nem que seja por omissão. O circuito é fechado pelo Ministério Público, que colabora ao tratar com indiferença os crimes os quais deveria investigar, e o Judiciário que costuma lavar as mãos “quando os acusados são policiais e as vítimas são aquelas pessoas que nos acostumamos a ver exatamente no lugar do réu” (2011, p.141). Como um dos resultados, a opinião pública e, por consequência, as políticas de segurança, acabam ajustando o foco do combate ao problema para a parte mais frágil da organização.

É muito fácil apontar o dedo para o jovem vendedor de maconha e jogar sobre ele a carga diabólica da violência e do crime. É simples culpá-lo pela insegurança. Ele é nosso bode expiatório mais conveniente. A fonte de todo mal que nos livra de toda a culpa e nos purifica. Ilusão. Ilusão perversa. Estamos todos implicados nesse novelo. Estamos envolvidos até a raiz dos cabelos (SOARES, 2011, p. 143).

No entanto, quem fica com a maior fatia dos lucros está bem longe das favelas: é a indústria bélica transnacional, que fabrica legalmente o armamento,

que acaba alimentando um mercado ilegal formado por criminosos do tráfico e da polícia. “Aqueles que mais lucram com essa atividade estão ocultos, acumulando dinheiro, prestígio e poder. Outros tantos se corrompem, alimentando este circuito, sem o qual essa engrenagem emperraria” (BAGNO, 2016, p.92).

Os policiais corruptos, uma minoria dentro da corporação, além de serem fundamentais na sustentação do negócio, ainda geram um impacto social gigante. “No Rio, os policiais negociam a céu aberto, diante das comunidades, ‘o arrego’, isto é, o acerto com traficantes. Levam morro acima carregamentos de armas e drogas. Armas que matarão inclusive policiais inocentes” (SOARES, 2006, p.117). Eles alimentam um círculo vicioso – de violência, tortura, chacinas, execuções, disputas internas e ineficiência – que afeta os profissionais honrados e comprometidos com a segurança pública, além de abalar a confiança da comunidade na instituição e na lei. Em última análise, eles deslegitimam o Estado nas favelas.

A juíza Maria Lucia Karam calcula que cerca de 30 mil pessoas são assassinadas todos os anos no Brasil como resultado direto da guerra pelas drogas criada pela proibição da venda e consumo. Formalmente inaugurada pelo presidente americano Richard Nixon em 1971 e logo exportada para outros países, inclusive o Brasil, a guerra às drogas é na verdade uma estratégia de enfrentamento a uma parte da cadeia: a mais pobre e mais fraca.

A ‘guerra às drogas’ não é propriamente uma guerra contra as drogas. Não se trata de uma guerra contra coisas. Como quaisquer outras guerras, dirige-se sim contra pessoas – os produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas. Mas, não exatamente todos eles. Os alvos preferenciais da ‘guerra às drogas’ são os mais vulneráveis dentre esses produtores, comerciantes e consumidores. Os ‘inimigos’ nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os negros, os desprovidos de poder, como os vendedores de drogas do varejo das favelas do Rio de Janeiro, demonizados como ‘traficantes’, ou aqueles que a eles se assemelham, pela cor da pele, pelas mesmas condições de pobreza e marginalização, pelo local de moradia que, conforme o paradigma bélico, não deve ser policiado como os demais locais de moradia, mas sim militarmente ‘conquistado’ e ocupado (KARAM, 2015, sn).

A expressão “guerra às drogas” denota um paradigma bélico, prevê o combate, o enfrentamento, para a eliminação do inimigo. O front de batalha é ocupado pelos policiais militares e civis que, neste contexto, são moralmente estimulados e informalmente autorizados a matar em nome do Estado. A missão original da polícia de promover a proteção e a paz, assim, se esvazia. Karam também chama a atenção para os outros atores desta guerra: o Ministério Público, o Poder Judiciário, governantes e legisladores, a mídia e a sociedade como um todo (KARAM, 2015).

Nos anos 2000, um tipo diferente de grupo criminoso passa a disputar território e poder com as facções. As milícias tem como origem os grupos de extermínio – nascidos no final da década de 1960, época da ditadura militar no Brasil –, cuja formação sempre apresentava conexões com agentes do Estado, em especial, com integrantes da segurança pública. Elas surgem com o propósito de garantir segurança a um determinado grupo a partir da eliminação de rivais, desafetos e criminosos.

As milícias se estabelecem nas comunidades a partir de uma relação de confronto com o tráfico, com a promessa de segurança para os moradores. Com isso, inicialmente ganham a simpatia e o apoio de parte dessas pessoas. Depois de assumir o comando de uma determinada área, instalam uma estrutura de poder baseada também na violência e no medo, exigindo o pagamento de taxas dos moradores e dos comércios locais em troca da pretensa segurança.

A partir de então, tudo passa a ser taxado pela milícia: distribuição de água, de gás, de cigarro, de bebida, transporte por van ou mototaxi. Em algumas áreas, os milicianos estabelecem uma espécie de associação com os traficantes locais: eles permitem a manutenção do negócio, desde que também faturem com a venda de drogas. Em outras regiões, eles diversificam ainda mais as atividades ilegais, com a extração irregular de areia, a adulteração e a venda de combustíveis e lixões clandestinos. Quem não aceita a cobrança, muitas vezes,

paga com a vida. Os grupos são formados geralmente por policiais militares, policiais civis e bombeiros, além de criminosos comuns⁸³.

No Rio de Janeiro, dados de 2019⁸⁴ apontam que as milícias já controlam 25,5% dos bairros da cidade, somando 57,5% da área do município, onde vivem 2,1 milhões de pessoas, 33,1% do total de habitantes da capital. Para se ter uma ideia da dimensão da atividade criminosa, as três maiores facções cariocas – Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro e Amigos dos Amigos – comandam 34,2% dos bairros, 15,4% do território, onde moram 1,4 milhão de pessoas. Mas o dado mais dramático talvez seja este: ao todo, 3,7 milhões de cariocas vivem em áreas controladas por algum grupo criminoso – seja ele uma facção ou uma milícia –, o equivalente a 57,1% da população⁸⁵.

5.4 OS DESAFIOS DA REPORTAGEM NAS FAVELAS

O início dos anos 1980 mudaram a rotina e o cenário de trabalho dos repórteres que cobriam a violência no Rio de Janeiro. Acostumados com casos de homicídios, assaltos, julgamentos de criminosos e crimes passionais, passaram a ter como desafio o narcotráfico. Além disso, a pauta saiu do asfalto e subiu os morros cariocas, obrigando os jornalistas a enfrentarem uma nova e mais complexa tarefa.

O tráfico de drogas nas favelas é um problema que envolve uma série de outras questões, como a corrupção do aparelho do Estado, os impactos para a comunidade local, a violência policial, as rotas internacionais de drogas, o

⁸³ “No Rio de Janeiro a milícia não é um poder paralelo. É o Estado”. Disponível em: <https://apublica.org/2019/01/no-rio-de-janeiro-a-milicia-nao-e-um-poder-paralelo-e-o-estado/> Acessado em: 12.12.2020

⁸⁴ Os números integram uma pesquisa inédita sobre a expansão das organizações criminosas na capital fluminense feita pelo Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (GENI/UFF), datalab Fogo Cruzado; Núcleo de Estudos da Violência da USP; plataforma digital Pista News e o Disque-Denúncia. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/estudo-mostra-expansao-das-milicias-que-ja-dominam-area-maior-que-a-de-todas-as-faccoes-do-trafico-juntas/> Acessado em 12.12.2020

⁸⁵ Milícias já dominam um quarto dos bairros do Rio de Janeiro, com quase 60% do território da cidade. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-19/milicias-ja-dominam-um-quarto-dos-bairros-do-rio-de-janeiro-com-quase-60-do-territorio-da-cidade.html> Acessado em: 12.12.2020

sistema penitenciário – de onde muitos comandam o crime na cidade –, o comércio de armas e os consumidores – muitas vezes, moradores dos bairros nobres da capital.

Com o início das chamadas operações de repressão ao tráfico, que significavam a mobilização de determinada força policial na tentativa de prender um criminoso, apreender drogas ou armamentos, a imprensa passou a acompanhar os conflitos nos locais em que eles aconteciam. O registro feito direto das zonas conflagradas nos morros levava à audiência as informações e as imagens do confronto entre traficantes e policiais. A situação limite que muitos repórteres eram expostos levou a revista Imprensa a chamá-los de correspondentes da guerra urbana (NOBRE, 2005).

A presença constante dos repórteres nos morros permite a construção de relações de confiança entre a comunidade e a imprensa. Os moradores passam a exigir a presença de jornalistas nas operações policiais, como uma garantia de que a polícia não cometeria abusos. Alguns líderes comunitários percebem também a importância de usar os espaços oferecidos pela mídia para levar o ponto de vista da comunidade para a opinião pública.

Em 1986, um grupo de jornalistas do Jornal do Brasil viveu por uma semana na maior favela carioca, a Rocinha. Eles alugaram casas no local e experimentaram a rotina da comunidade e também registraram o cotidiano do tráfico de drogas. A reportagem virou um caderno especial no jornal e conquistou o Prêmio Esso de Jornalismo, em 1986.

As investidas dos repórteres muitas vezes eram arriscadas. Cientes que quase todos os moradores mantêm contatos formais ou informais com os criminosos, os repórteres muitas vezes pediam aos menores, na subida do morro, que levassem aos traficantes seu pleito em entrevistá-los, ou seja, queriam que ele contasse sua versão da guerra. Dependendo do interesse dos traficantes, o repórter passou a ter sucesso nesta empreitada. Algumas pequenas entrevistas com traficantes, de rosto encoberto nas fotos, passaram a aparecer nos jornais. Muitas vezes estas entrevistas eram rápidas e fugazes, mas mesmo assim se constituía numa excelente novidade na técnica de apuração, e, como notícia, algo inteiramente novo, insinuante e alvissareiro. O fato de o repórter ter passado pela barreira de armas dos soldados da quadrilha para registrar a voz do dono

do morro nas páginas do veículo em que trabalha se tornou um produto de belo sabor jornalístico e muito atraente para o leitor (NOBRE, 2005, p.114).

Porém, uma outra parte da comunidade passou a ver a imprensa como inimiga, responsável por um discurso que marginaliza os moradores e generaliza o crime na favela. Além disso, o fato dos jornalistas passarem a subir o morro ao lado dos policiais nas operações reforçou a imagem negativa. A população reclama também das reportagens só destacarem pautas negativas, relacionadas ao crime e à violência. Por fim, denunciam que muitos conflitos são retratados com uma versão diferente do acontecido, por refletirem apenas o ponto de vista dos policiais.

Na década de 1990, crescem os conflitos entre facções criminosas – que usam armamentos cada vez mais pesados – na disputa por pontos de tráfico de drogas. Há também a ascensão de uma nova geração de traficantes, nem sempre com raízes na comunidade, o que significa um compromisso menor com os moradores da região. O cenário passa a oferecer cada vez mais riscos para as equipes de reportagem (NOBRE, 2005).

A morte do jornalista Tim Lopes, em 2002, impactou de forma definitiva na relação da imprensa com o tráfico nas favelas. O repórter foi torturado e morto carbonizado por traficantes do Comando Vermelho no Complexo do Alemão. Ele desapareceu quando fazia uma reportagem sobre a venda de drogas e o abuso de menores em um baile funk na Vila Cruzeiro, na Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro. O jornalista da Rede Globo tinha experiência nesse tipo de cobertura. No ano anterior, havia conquistado o Prêmio Esso de Telejornalismo e o Prêmio Líbero Badaró, duas das maiores distinções do jornalismo brasileiro, com uma série de reportagens que denunciava a ação de traficantes nas favelas da Grota, da Rocinha, da Mangueira e em ruas da Zona Sul.

O assassinato de Tim Lopes marcou o momento que a imprensa diminuiu a presença nos morros. Desde então, a preocupação com a segurança das equipes de reportagem tem sido maior. O colete à prova de balas e até o capacete, por exemplo, passaram a ser instrumentos de trabalho de algumas

equipes em determinadas regiões da cidade. A decisão, porém, limita o trabalho e impacta profundamente no conteúdo que é produzido.

Em 2007, o repórter do *Estado de S. Paulo* Bruno Paes Manso foi ao Rio de Janeiro e fez algo que já não fazia parte da rotina da imprensa carioca: subiu o morro para ouvir os moradores. A pauta era uma violenta operação da polícia no Complexo do Alemão. Ele fez contato com lideranças da Organização não-governamental AfroReggae⁸⁶, que obtiveram a autorização de traficantes para o jornalista circular na comunidade.

Em entrevista posterior à cobertura, o repórter argumentou:

...simplesmente se omitir de entrar eu acho que é um erro da imprensa que a gente não pode deixar passar batido. Isso tem que ser discutido. Tem riscos. Mas eu acho que o desafio é conseguir entrar e ouvir, porque tem um problema do tráfico gravíssimo que tem que ser combatido, mas você tem 100 mil pessoas morando lá, também. É um mundo (MALIN, 2007).

Os cuidados extras tomados pela imprensa não evitaram novas vítimas⁸⁷. Em 2011, o repórter cinematográfico da TV Bandeirantes Gelson Domingos da Silva, de 46 anos, foi morto enquanto fazia a cobertura de uma operação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) na Favela de Antares, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ele acompanhava o deslocamento de um policial quando foi atingido por um tiro de fuzil. O colete à prova de balas usado pelo profissional não foi o suficiente para evitar que a bala atingisse o tórax.

Entidades como a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) divulgaram notas que, além de lamentarem o acontecido, alertaram para o perigo que a violência oferece à liberdade de imprensa. Os textos cobravam, acima de tudo, providências das empresas de

⁸⁶ O AfroReggae é uma ONG fundada em 1993 para promover a inclusão e a justiça social de jovens por meio da arte, da valorização da cultura afro-brasileira e da educação em comunidades carentes.

⁸⁷ Jornalistas de outras regiões do Brasil também são vítimas da violência do narcotráfico e das milícias. Em agosto de 2006, desta vez em São Paulo, o então repórter da Rede Globo Guilherme Portanova passou 48 horas sequestrado por integrantes do Primeiro Comando da Capital. Eles libertaram o jornalista depois que a TV Globo cumpriu a exigência feita pelo grupo: exibir um vídeo no qual um homem de capuz lê um texto com críticas ao sistema penitenciário e exige um mutirão carcerário para a liberação daqueles apenados que já cumpriram as suas condenações.

comunicação no que diz respeito aos procedimentos de trabalho e aos materiais que pudessem diminuir os riscos nestas coberturas.

O crime aumentou a tensão entre as equipes de reportagem, que intensificaram ainda mais as precauções. Desde então, as operações policiais são acompanhadas à distância por boa parte da imprensa. Em algumas situações, os próprios policiais orientam os repórteres a não subir o morro. Nestas circunstâncias, mesmo estando próximos ao local do conflito, os jornalistas não conseguem as informações necessárias e dependem do trabalho de apuração feito pela equipe na redação junto a fontes oficiais normalmente ligadas à segurança pública (PROFISSIONAL B, 2020)⁸⁸.

Cada empresa de comunicação oferece uma orientação mais ou menos flexível em relação ao comportamento da reportagem nas favelas, os limites da atuação e de que forma será feita a cobertura. No caso da Rede Globo, por exemplo, via de regra, os jornalistas não acompanham mais os policiais no morro em operações. Porém, os riscos de cada situação são analisados por especialistas em segurança que definem com a equipe de reportagem os limites do trabalho (PROFISSIONAL A, 2020).

Como reação à mobilização iniciada com a morte de Gelson, grandes empresas de comunicação do Rio de Janeiro promoveram um curso de segurança para jornalistas em áreas de risco. As aulas foram organizadas pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e pelo Sindicato dos Jornalistas. Ex-militares do exército britânico faziam parte da equipe de professores, que já preparam profissionais da imprensa para coberturas de guerra no Iraque, Palestina, Sri Lanka, Ruanda e Colômbia, entre outros países. A formação foi concluída por 47 jornalistas profissionais⁸⁹.

⁸⁸ Os depoimentos na íntegra dos três profissionais que colaboram com esta pesquisa podem ser consultados no apêndice deste trabalho

⁸⁹ INSI e Abraji promovem curso de segurança. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/insi-e-abraji-promovem-curso-de-seguranca> Acessado em: 12.12.2020

5.5 A OPERAÇÃO POLICIAL

Desde o dia 6 de fevereiro de 2019, a comunidade de Santa Teresa convivía com tiroteios entre facções rivais em razão de uma disputa pelo controle do tráfico no Morro da Coroa. Traficantes do Fallet e do Fogueteiro, ligados ao Comando Vermelho, tentavam tomar o local controlado pelos rivais do Terceiro Comando Puro.

No dia 8 de fevereiro, a polícia resolve intervir para acabar com o clima de medo causado pelos constantes confrontos. Em menos de cinco horas de incursão no Complexo do Rio Comprido, o Batalhão de Choque e o Batalhão de Operações Especiais (Bope) promoveram a operação policial mais letal da última década no Rio de Janeiro⁹⁰. Foram 15 mortos. Todos eles jovens, com idades entre 16 e 22 anos. Pelo menos, outros quatro homens sobreviveram ao ataque. Eles invadiram uma casa e fizeram a proprietária como refém. Assim, conseguiram negociar as suas rendições⁹¹.

Nove jovens – todos negros – que, durante a fuga, entraram em uma casa na Rua Eliseu Visconti, no Morro do Fallet, não tiveram a mesma sorte. O imóvel foi cercado e posteriormente invadido por policiais fortemente armados, inclusive com fuzis, um armamento de grande potencial de destruição e de longo alcance. Antes dos primeiros disparos, os vizinhos ouviram gritos de socorro e de clemência vindos de dentro da casa. Cerca de dez minutos depois, teriam começado os primeiros tiros. Na cena do crime, foram encontrados 198 cartuchos de fuzil e pistola deflagrados. Ao menos 40 projéteis atingiram as vítimas. Apenas dois agentes foram responsáveis por metade dos disparos.

⁹⁰ Em 2007, uma operação policial no Complexo do Alemão resultou em 19 pessoas mortas e 13 feridas. A ação, que reuniu 1.350 policiais, entre civis, militares e soldados da Força Nacional, foi a resposta do Estado à morte de dois policiais no dia anterior. Megaoperação no Alemão deixa 19 mortos. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/megaoperacao-no-alemao-deixa-19-mortos-681274.html> Acessado em: 12.12.2020

⁹¹ A guerra prometida no Rio já começou: era uma casa como a sua, virou o cenário de um massacre <https://theintercept.com/2019/02/08/rio-massacre-bope-chacina-13-pessoas/> Acessado em: 12.12.2020

Conforme a PM, as mortes são consequência de um confronto com traficantes que atiraram nos soldados, embora nenhum policial tenha sido ferido. A comunidade, por outro lado, garante que os homens estavam rendidos dentro da casa, não oferecendo qualquer resistência, e, mesmo assim, foram executados pela polícia⁹². A corporação informou que foram apreendidos com o grupo doze pistolas, três fuzis, munição e granadas.

Em outra casa próxima do local, também no morro do Fallet, os irmãos Maikon e David Vicente da Silva, de 17 e 22 anos, da mesma forma, foram mortos a tiros pela polícia. Segundo testemunhas que ouviram os gritos por socorro, os jovens foram torturados por aproximadamente quarenta minutos antes de uma sequência de tiros.

Antes deles, snipers, que davam apoio à operação, já tinham executado Gabriel da Silva Carvalho, de 22 anos, a primeira das quinze vítimas fatais da operação policial. Ele foi morto com um tiro no peito enquanto fazia vigília para o tráfico na rua Gomes Lopes, uma das mais movimentadas do morro dos Prazeres, área vizinha ao Fallet, ainda no turno da manhã. O jovem recebia R\$800 reais por mês pelo trabalho que fazia para o crime organizado. Ao lado dele, outro rapaz foi atingido por um disparo no abdome. Ele foi levado por moradores para o hospital em estado grave, mas sobreviveu.

As últimas duas vítimas da operação só foram encontradas no sábado por uma mãe desesperada com o sumiço do filho, que não voltou para casa no fim do dia. O corpo de Matheus Lima Diniz, de 22 anos, estava numa cova rasa, parcialmente coberto por folhas e terra. Ao lado, o cadáver de Michael da Conceição de Souza, de 20 anos. Amigos, os dois cresceram juntos na rua Rubens Nunes Moreira, no morro dos Prazeres.

Os corpos de 13 homens foram retirados do local do crime pela polícia e levados para o Hospital Souza Aguiar. Apesar de todas as vítimas terem chegado mortas, os defuntos deram entrada no hospital. Vídeos feitos por parentes das vítimas mostram que os PMs orientaram os profissionais de saúde

⁹² PM mata 14 em operação em morro no centro do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://goo.gl/PASJQ6> Acessado em: 15/02/2019.

sobre como proceder. As roupas das vítimas, que poderiam oferecer informações importantes à perícia e ajudar nas investigações, foram descartadas pelos profissionais da saúde⁹³. Para a *Human Rights Watch*, o que aconteceu foi um “falso socorro”, ou seja, na justificativa de garantir o atendimento médico das vítimas, a polícia alterou a cena do crime e destruiu evidências, dificultando as apurações posteriores⁹⁴.

Segundo a organização, com base em dois relatórios forenses, a ação da PM foi responsável pela eliminação de provas que ajudariam a explicar as circunstâncias dos acontecimentos. Os documentos apontam que as autópsias foram realizadas em poucos minutos e o resultado ficou abaixo do padrão esperado. O trabalho do perito é essencial para, por exemplo, estimar trajetórias de tiros, saber se a vítima estava em pé, deitada ou de joelhos, se houve ou não execução, etc. O estudo residuográfico, que poderia apontar a existência ou não de pólvora nas mãos dos mortos – que seria um indício de que realmente houve confronto, como argumentou a polícia –, sequer foi feito. Outra forte evidência de que houve execuções é o local dos ferimentos provocados pelos tiros: nove vítimas foram atingidas por disparos nos pulmões e oito, no coração, ambas áreas letais do corpo.

A Revista Piauí teve acesso a vídeos gravados ainda no hospital, que mostram como os corpos chegaram, e também aos laudos da necropsia feitos pelo Instituto Médico Legal (IML)⁹⁵. A comparação entre as imagens e os registros dos documentos mostram uma clara dissonância. Por exemplo, uma das vítimas que levou sete tiros de fuzil aparece nas imagens com as vísceras para o lado de fora do corpo. O fato não é sequer mencionado no laudo da necropsia.

⁹³ Chacina do Fallet: um ano após 15 mortes, caso caminha para impunidade. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/02/07/chacina-do-fallet-um-ano-apos-15-mortes-caso-caminha-para-impunidade.htm?cmpid=copiaecola> Acessado em: 12.12.2020

⁹⁴ PM do Rio pode ter mascarado execuções no morro do Fallet, diz Human Rights Watch Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-fev-03/pm-rio-mascarou-execucoes-morro-fallet-aponta-ong> Acessado em: 27.07.2020

⁹⁵ Brutalidade que os laudos não contam. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/brutalidade-que-os-laudos-nao-contam/> Acessada em: 12.12.2020

Por último, a reprodução simulada, uma espécie de reconstituição dos fatos usada na investigação para validar ou invalidar depoimentos, foi feita somente oitenta e um dia depois do ocorrido. Na oportunidade, o imóvel já havia sido inclusive reformado pelo proprietário⁹⁶.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns, um ano depois das mortes, publicou uma nota⁹⁷ na qual relata uma reunião com o Ministério Público e demonstra a preocupação de que a investigação do caso resulte em arquivamento, sem elucidação das mortes e responsabilização dos envolvidos. O texto também trata do encontro com um grupo de mães de vítimas da operação. Uma delas diz ela não sabe como os dois filhos foram parar dentro da casa invadida pela polícia. Segundo ela, eles tinham saído para praticar esportes. Ambos levavam uma vida normal de estudantes. Um deles tinha recém se alistado no exército inclusive. A mãe perdeu os dois filhos, o emprego e reclama que ninguém mais quer dar oportunidade de trabalho a uma mulher envolvida com a tragédia. Para piorar, tem recebido constantes ameaças de morte por telefone e por mensagens anônimas.

Apesar de tudo, a Polícia Civil pediu o arquivamento do inquérito⁹⁸ que investiga nove das 15 mortes. O relatório final da investigação conduzida pela Delegacia de Homicídios da Capital (DHC) concluiu que os 15 policiais que estavam à frente da ação não cometeram crime algum. O Ministério Público, que pode arquivar ou pedir novas apurações, ainda não se manifestou. A instituição também conduz uma investigação própria sobre o caso. A PM, por sua vez, já inocentou os envolvidos na operação. O Inquérito Policial Militar concluiu que nenhum dos PMs cometeu qualquer crime ou transgressão. A Defensoria

⁹⁶ Chacina do Fallet: um ano após 15 mortes, caso caminha para impunidade. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/02/07/chacina-do-fallet-um-ano-apos-15-mortes-caso-caminha-para-impunidade.htm> Acessado em: 22/07/2020

⁹⁷ As mães do Fallet. Disponível em: <https://comissaoarns.org/blog/2020-02-07-as-m%C3%A3es-do-fallet/> Acessado em 12.12.2020

⁹⁸ Mortes no Fallet: polícia conclui inquérito e pede arquivamento do caso. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/mortes-no-fallet-policia-conclui-inquerito-pede-arquivamento-do-caso-rv1-1-24054948.html> Acessado em: 22/07/2020

Pública da União (DPU) comparou o caso às chacinas de Vigário Geral⁹⁹ (1993) e Nova Brasília¹⁰⁰ (1994).

A ação criminosa da polícia também foi chancelada – e até comemorada – na perspectiva da política. O Deputado Estadual Rodrigo Amorim (PSL) protocolou moção na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) de "congratulações e aplausos" aos militares envolvidos na operação. O parlamentar ganhou notoriedade durante a campanha eleitoral de 2018 ao quebrar uma placa que homenageava a então vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada em março do mesmo ano. Em entrevista à imprensa, ele disse que não desistiria da moção nem em caso de condenação dos PMs¹⁰¹. O Governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), que já havia defendido o “abate” de criminosos que estejam portando fuzis, apoiou o trabalho dos soldados que estiveram no Fallet, considerando uma “ação legítima”¹⁰². O presidente da República Jair Bolsonaro e o vereador Carlos Bolsonaro, seu filho, usaram as redes para também defender os policiais.

5.6 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O presente estudo parte de uma pesquisa bibliográfica e documental para composição do referencial teórico e a proposição de uma reflexão acerca dos conceitos fundamentais para este trabalho. A parte empírica da pesquisa utiliza o método proposto por Diana Rose (2002) para trabalhar materiais audiovisuais, em especial, a televisão: análise de imagens em movimento.

A análise de imagens em movimento foi criada por Rose (2002) para uma investigação do tema “loucura na televisão”. A própria autora, porém, destaca

⁹⁹ A Chacina de Vigário Geral aconteceu na favela de Vigário Geral, Zona Norte do Rio de Janeiro, em agosto de 1993. Um grupo de extermínio invadiu casas e matou vinte e um moradores.

¹⁰⁰ Duas chacinas cometidas pela polícia nos anos de 1994 e de 1995 na comunidade Nova Brasília, no Complexo do Alemão, que resultaram na morte de 26 jovens. O caso levou o Brasil à condenação na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), instituição judicial autônoma da Organização dos Estados Americanos (OEA).

¹⁰¹ Deputado garante homenagem a PMs por ação com 13 mortes no Fallet seja qual for o resultado da investigação. Disponível em: <https://goo.gl/wATY1h> Acessado em 15/02/2019

¹⁰² 'Ação legítima', diz Witzel sobre mortes no Fallet que são investigadas pela polícia. Disponível em: <https://goo.gl/oFs92u> Acessada em: 15/02/2019

que a utilidade não deve ficar restrita àquela circunstância de pesquisa, podendo ser uma ferramenta útil para qualquer estudo que trate, de uma forma abrangente, de representações sociais em produções audiovisuais.

O desafio de estabelecer critérios para uma análise rigorosa de um material audiovisual está na complexidade e na diversidade de sentidos estabelecidas pela imagem, cuja leitura é individual, subjetiva e pode variar conforme o capital intelectual de cada um. “Os meios audiovisuais são um amálgama complexo de sentido, imagens, técnicas, composição de cenas, sequência de cenas e muito mais” (ROSE, 2002, p. 343).

Tendo em vista estas características, a proposta valoriza a capacidade do pesquisador em “transladar”, em outras palavras, traduzir aquilo que não está objetivamente sendo dito, mas é passível de interpretação. A autora argumenta que transladar é o necessário processo de simplificação das imagens com o objetivo de extração de sentido a partir da codificação, de citações ilustrativas, de produção de tabelas numéricas¹⁰³ e de transcrição dos aspectos audiovisuais da produção.

Nunca haverá uma análise que capte uma verdade única do texto. Por exemplo, ao transcrever o material televisivo, devemos tomar decisões como descrever os visuais, se vamos incluir pausas e hesitações de fala, e como descrever os efeitos visuais, tais como música ou mudança de iluminação (ROSE, 2002, p.344).

Sobre o uso de citações ilustrativas, a autora destaca a importância da fundamentação. Ou seja, a escolha não pode ser aleatória e precisa estar sustentada na teoria e simbolicamente na pesquisa empírica, seja para “confirmar ou desconfirmar os princípios teóricos e a dimensão dos dados empíricos apresentada em forma de números” (ROSE, 2002, p. 361).

Em todos os processos envolvidos na pesquisa empírica, é importante dar visibilidade para as escolhas do autor, deixar claro de que forma os

103 Cabe ressaltar que o levantamento numérico, na lógica de um método aberto, não é obrigatório e pretende comparações estatísticas mais aprofundadas ou leituras e interpretações independentes da análise qualitativa ou mesmo do estudo teórico. Por outro lado, a importância está diretamente ligada à presença ou à ausência de determinada abordagem ou característica do conteúdo escrutinado, sempre sustentada e em conformidade com o trabalho desenvolvido pelo autor.

processamentos foram desenvolvidos. A compreensão do leitor da pesquisa é indispensável para que possa entender, concordar, discordar, criticar e colaborar com o método. Rose, ao explicar um dos caminhos para análise, cita Bernstein (1995), ao sugerir que um vídeo possa ter ao menos duas camadas de análise: uma para o texto em si e outra para o vídeo. O resultado da análise seria a leitura do pesquisador a respeito de cada um desses aspectos e, também, da interação e cruzamento entre eles.

Para sistematizar o método, Rose (2002) descreve uma série de etapas que podem ser seguidas pelos pesquisadores na aplicação da análise de imagens em movimento. Porém, deixa claro que cada um deve cumprir e adaptar as fases conforme a orientação de cada projeto de pesquisa. O método é aberto e considera, de forma permanente, as circunstâncias que envolvem cada estudo.

“A primeira etapa é fazer uma amostra e selecionar o material para gravar¹⁰⁴ diretamente” (ROSE, 2002, p. 346). A definição dos programas passa pelo problema e objetivo de pesquisa propostos e, inclusive, pela orientação teórica. Ainda neste tópico, a autora chama a atenção para a decisão sobre o que fica de fora da amostra, pois tem influência direta no restante da análise. A discussão é permanentemente teórica e empírica.

O passo seguinte é a transcrição, como a autora chama o processo de transcrição da reportagem em duas colunas: de um lado os aspectos visuais e do outro as informações do texto. A finalidade é “gerar um conjunto de dados que se preste a uma análise cuidadosa e a uma codificação” (ROSE, 2002, p. 348). Aqui, a unidade de análise pode ser um aspecto visual, como uma tomada de câmera ou a mudança do cenário, aspectos totalmente visuais.

Como já foi discutido, o conteúdo audiovisual é um campo complexo de análise. Por isso, Rose destaca ser “impossível descrever tudo que está na tela [...] Diferentes orientações teóricas levariam a diferentes escolhas sobre como selecionar e transcrever” (ROSE, 2002, p.348). O importante é sempre explicitar e sustentar teórica e empiricamente os processos de decisão que envolvem a análise.

¹⁰⁴ Ao usar o verbo “gravar”, a pesquisadora denota a ideia de separar para a análise, visto que, até o final do século XX, para assistir novamente a um conteúdo da televisão, era preciso realmente gravá-lo em outra mídia.

Do ponto de vista prático e objetivo, a indicação é que o procedimento de transcrição aconteça em duas colunas: a da esquerda com os aspectos visuais da obra em análise - pode-se observar, por exemplo, o enquadramento da câmera ou mesmo o formato do vídeo - e a da direita com uma transcrição literal do material verbal, o texto. “O que eu quero dizer com ‘literal’? Não é que todas as pausas, hesitações, falsos começos e silêncios tenham sido anotados. Haverá situações em que tais aspectos são importantes” (ROSE, 2002, p.350-351).

Por fim, a autora, embora destaque o caráter aberto do método e a diversidade de caminhos envolvidos em cada pesquisa, sistematiza em nove etapas a aplicação da análise da imagem em movimento (ROSE, 2002, p.362):

1. Escolher referencial teórico e aplicá-lo ao objeto empírico.
2. Selecionar um referencial de amostragem - com base no tempo ou no conteúdo.
3. Selecionar um meio de identificar o objeto empírico no referencial de amostragem.
4. Construir regras para a transcrição do conjunto das informações - visuais e verbais.
5. Desenvolver um referencial de codificação baseado na análise teórica e na leitura preliminar do conjunto de dado: que inclua regras para a análise, tanto do material visual, como do verbal; que contenha a possibilidade de desconfirmar a teoria; que inclua a análise da estrutura narrativa e do contexto, bem como das categorias semânticas.
6. Aplicar o referencial de codificação aos dados, transcritos em uma forma condizente com a translação numérica.
7. Construir tabelas de frequência para as unidades de análise, visuais e verbais.
8. Aplicar estatísticas simples, quando apropriadas.
9. Selecionar situações ilustrativas que complementem a análise numérica.

A análise das reportagens a partir dos processos acima descritos permitiu ao autor chegar ao diagnóstico de como o tema violência policial é tratado em cada uma das reportagens exibidas a partir de uma série de observações: quem

são as vozes que ganharam visibilidade nas narrativas? Como o problema foi abordado? Houve contextualização? De que forma as vítimas foram tratadas? Quem foram as fontes de informação? Os personagens foram humanizados? As imagens indicam a ida da equipe de reportagem ao local do fato? Entre outras questões.

O objeto da pesquisa é a cobertura sobre o tema violência policial dos quatro principais telejornais da televisão aberta comercial do Brasil: Jornal Nacional da Rede Globo (JN), Jornal da Record da Rede Record (JR), SBT Brasil do SBT (JSBT) e Jornal da Band do Grupo Bandeirantes de Comunicação (JB). Os quatro grupos são as maiores redes privadas de TV do Brasil e concentram também as mais expressivas audiências. Os telejornais vão ao ar no horário nobre da televisão brasileira¹⁰⁵ e estão entre os mais tradicionais e mais vistos na TV aberta, como descritos anteriormente.

Como a violência policial é um tema de presença inconstante nos telejornais nacionais, o autor decidiu escolher um fato de grande repercussão, que tenha sido alvo de cobertura no Jornal Nacional, no Jornal da Record, no Jornal da Band e no Jornal do SBT no ano de 2019. O período antecede o início da pandemia de Covid-19¹⁰⁶ que transformou radicalmente a vida das pessoas e, por consequência, as dinâmicas dos telejornais¹⁰⁷. A escolha de reportagens feitas a partir de março de 2020, em circunstância de isolamento social, dificultaria a identificação de características específicas da cobertura da violência policial - como a ausência do repórter no local do crime ou a falta de vozes na

¹⁰⁵ O horário nobre é período da programação que concentra a maior audiência e os maiores investimentos publicitários. O intervalo entre 19h e 24h foi definido como horário nobre pela Instrução Normativa 100 (IN100) do ano de 2011 da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), que regula o mercado audiovisual no Brasil. ANCINE. Nova Lei da TV Paga estimula concorrência e liberdade de escolha. Disponível em: <http://www.ancine.gov.br/sala-imprensa/noticias/nova-lei-da-tv-paga-estimula-concorr-ncia-e-liberdade-de-escolha> Acessado em: 27/10/2013.

¹⁰⁶ O primeiro caso confirmado de coronavírus no Brasil data de 26 de fevereiro de 2020. A primeira morte em decorrência da doença aconteceu no dia 12 de março. Algumas semanas depois, o país começou a adotar medidas de isolamento social que variavam conforme o Estado do País de acordo com uma série de critérios, entre eles a ocupação das UTIs, o número de casos e de mortes.

¹⁰⁷ Ao longo da pandemia, o telejornalismo alterou radicalmente a sua rotina. Repórteres, por exemplo, passaram a fazer entrevistas por meio de vídeo-chamadas. As imagens usadas nas reportagens também dependiam da fonte, que passou a gravar imagens e colaborar com a equipe. As passagens, muitas vezes, eram feitas dentro de casa e começaram a exigir ainda mais criatividade para que fosse estabelecida uma conexão com o assunto em questão.

comunidade na reportagem - diante das limitações e das radicais modificações nas formas de fazer jornalismo no ínterim.

Com isso, o *corpus* da pesquisa é formado pelo conjunto das reportagens que tratam da operação policial no morro do Fallet, região central do Rio de Janeiro, que resultou na morte de 15 pessoas. Além das matérias factuais que noticiaram os fatos descritos acima no calor dos acontecimentos e na pressão do tempo imposta pela cobertura diária – ou seja, aquelas exibidas no dia 8 de fevereiro –, foram analisadas as cinco edições seguintes de cada um dos quatro telejornais. O objetivo é, no período de uma semana (ou seis edições dos noticiários), identificar outras notícias relacionadas a estes acontecimentos para uma observação mais ampla da cobertura. Dessa forma, fazem parte do *corpus* as seis edições de cada um dos quatro telejornais. Com isso, foi possível a identificação dos conteúdos que tratam especificamente dos assuntos de interesse da pesquisa. Estes foram submetidas a uma segunda camada de exploração.

Ao observar as edições dos programas em um período de tempo maior, o autor busca também diminuir as influências circunstanciais – equipe reduzida em um fim de semana, profissionais mobilizados em outras coberturas, horário próximo do *dead line*, erro de avaliação da pauta cometido por um profissional de forma isolada, entre outros – e captar a dimensão, a relevância e o tratamento dado a cada um dos fatos pelo telejornal. Em seis dias, há algumas oportunidades da equipe voltar ao tema, corrigir o rumo e dar a dimensão e a visibilidade que o fato merece.

O exame de cada reportagem observou uma série de aspectos comuns entre elas, numa etapa chamada de codificação da análise. A definição de tópicos a serem verificados em cada uma das narrativas permite ao autor a comparação entre as matérias e, mais claramente, fazer aproximações e distanciamentos entre elas. Em seu conjunto, eles foram estabelecidos a partir dos problemas de pesquisa já expostos. Cada código será explicado a seguir a partir do objetivo do autor na observação daquela característica específica.

- **IMPORTÂNCIA EDITORIAL:** a partir dos registros do **tempo** que o conteúdo ocupou no programa e do **formato** – reportagem, nota coberta, nota simples, etc... – usado para noticiar, é possível

analisar a importância e a relevância dada ao fato dentro do universo dos assuntos do dia do telejornal.

- **FONTES DE INFORMAÇÃO:** seja através da menção direta no texto da reportagem ou pelas sonoras levadas ao ar, é possível identificar quem foram as **fontes** de informação utilizadas e quais delas ganharam voz na reportagem. Esses aspectos são importantes para verificar quantos pontos de vistas estão envolvidos na narrativa e quais mereceram destaque como **sonora**.
- **APURAÇÃO LOCAL:** a observação detalhada das **imagens** usadas na reportagem e também do ambiente onde foi gravado o **boletim** do repórter são indícios da presença ou não da equipe de reportagem no local do fato. Ir ao lugar onde se deu o acontecimento favorece o trabalho de apuração, de observação e de descrição das ações, além de permitir o acesso a fontes locais de informação.
- **CONTEXTO:** a reportagem oferece uma contextualização do problema social envolvido (recuperação histórica, comparação outros locais, pontos de vistas diferentes, etc.)? A narrativa oferece números ou estatísticas que deem uma ideia da dimensão do problema? A informação ajuda a entender o quanto a reportagem se limita o registro raso do fato ou oferece uma visão mais ampla sobre o problema.
- **TRANSPARÊNCIA:** o objetivo é verificar se há a **comunicação para a audiência** de circunstâncias que envolveram, impactaram e limitaram a produção da reportagem. Por exemplo: se a equipe não foi ao local do fato, se há imagens cedidas por terceiros, se uma fonte fundamental como a polícia decidiu não dar entrevista, houve menção disso no texto?
- **COMPROMISSO COM OS CÓDIGOS E COM OS DIREITOS HUMANOS:** a intenção é apurar se o código de ética profissional – principalmente no que diz respeito à **presunção de inocência** – foi respeitado e se a reportagem está engajada na defesa dos direitos

humanos. Os indicativos podem aparecer no texto, por exemplo, na forma que os mortos, vítimas da operação policial, foram tratados. Além disso, a maneira como o jornalista descreveu as circunstâncias das mortes – confronto ou execução – também pode ser útil compreensão da abordagem dada ao caso.

O resultado dessa análise, somado às observações feitas em cada uma das matérias, é apresentado em forma de texto interpretativo. Por último, pode-se verificar a translação de cada um dos textos. Os conteúdos estão no subcapítulo a seguir (5.7), divididos por telejornal e subdivididos por reportagem. Assim, foi possível aprofundar a interpretação de cada narrativa e observar as características singulares das coberturas.

A comparação entre os telejornais permitiu a compreensão das características comuns no tratamento das notícias sobre a violência policial e, também, aquilo que faz parte das características da cobertura de cada um dos veículos envolvidos. Numa perspectiva mais ampla e com o apoio do referencial teórico que dá suporte à análise, o autor propõe uma reflexão a partir dos indícios oferecidos pelo objeto de como os noticiários diários enfrentam este tema. Este texto forma o subcapítulo (5.8) Panorama Geral.

Em síntese, os procedimentos metodológicos para fins de análise deste trabalho aconteceram na seguinte sequência: definição do *corpus*; seleção, entre todas as reportagens, daquelas que tratam do “caso Fallet” - o conjunto de seis reportagens exibidas nos quatro telejornais entre 8 e quinze de fevereiro de 2019 -; transcrição de cada um dos vídeos em duas colunas a partir de seus aspectos visuais mais relevantes para a pesquisa e verbais; aplicação de um referencial de codificação que permita a interpretação do material à luz da discussão teórica já estabelecida, com o foco nos problemas levantados pela presente pesquisa; e, quando possível, a escolha de estratos ilustrativos do material analisado que permitam a interpretação e compreensão do leitor.

Embora o conteúdo por si tenha permitido diversas interpretações, leituras e inferências, algumas suspeitas levantadas no processo de análise careciam de informações sobre as circunstâncias de trabalho e orientações editoriais recebidas pelas equipes. A estratégia do autor foi buscar depoimentos de profissionais das quatro emissoras envolvidos diretamente na cobertura da operação do Fallet.

Somada ao resultado da observação das reportagens, a iniciativa permitiu uma compreensão mais ampla sobre algumas limitações experimentadas pelas equipes. Foi possível também refletir sobre as decisões editoriais e as dinâmicas de trabalho. O autor decidiu preservar a identidade dos trabalhadores a fim de oferecer segurança, evitar constrangimentos e dar maior liberdade aos relatos sobre as situações vivenciadas em cada veículo, as eventuais orientações recebidas e também as relações com a polícia. Nenhum profissional envolvido na cobertura ou mesmo gestor da TV Bandeirantes quis fazer qualquer comentário sobre as decisões editoriais e o material produzido pela emissora.

5.7 A COBERTURA DOS TELEJORNAIS

O texto a seguir traz a análise de cada uma das reportagens, organizado por telejornal. Neste primeiro momento, é possível observar como cada programa abordou o assunto, o espaço dado e a narrativa construída. Logo depois, o autor oferece um panorama geral das coberturas, uma reflexão mais ampla do conjunto de matérias observados.

É importante um registro: as reportagens levadas ao ar na sexta-feira dia oito de fevereiro, data da operação, informam que 13 pessoas foram mortas. Porém, as notícias dos dias seguintes já apontavam para 15 vítimas fatais. A justificativa é que dois dos 15 corpos foram encontrados enterrados em covas rasas apenas no sábado, como já relatado neste trabalho.

5.7.1 JORNAL NACIONAL

O Jornal Nacional tratou da operação no morro do Fallet, que teve desdobramentos nas comunidades vizinhas do Fogueteiro e da Coroa, em duas reportagens. A primeira foi o registro factual do acontecido, levada ao ar no dia oito de fevereiro. A segunda é um desdobramento, embora também parta de um factual: a reunião da defensoria pública com os moradores que denunciaram tortura e execução das vítimas.

5.7.1.1 OPERAÇÃO POLICIAL NO RIO TERMINA COM 13 MORTOS¹⁰⁸

Ilustração 2: reportagem do Jornal Nacional de 8 de fevereiro de 2019

IMAGEM	ÁUDIO
Apresentadora lê a cabeça da reportagem no estúdio	Treze pessoas morreram num confronto entre policiais e quadrilhas rivais no Rio de Janeiro
off1 – Imagem provavelmente gravada com celular mostra casas na encosta de um morro sem nenhum movimento de pessoas	(sobe som de tiros) o som da guerra entre traficantes ecoa pelo Catumbi, em plena região central da cidade (sobe som de tiros).
Arte feita sob o mapa da região, apontando a localização das três comunidades	É aqui que estão as comunidades do Fallet, Fogueteiro e da Coroa, onde vivem nove mil pessoas. Os morros ficam frente a frente, separados por uma rua.
Imagens amadoras, novamente na vertical, mostrando o bairro e as casas no morro.	São dominados por traficantes e facções que brigam pelo controle do tráfico na região (sobe som de tiros)
Passagem da repórter Mônica Teixeira, com uma avenida movimentada ao fundo e a comunidade em segundo plano.	Passagem - Não é de hoje que essa região sofre com as disputas travadas por traficantes de facções rivais. Essa semana, bandidos do morro do Fallet tentaram invadir o morro da Coroa, deixando mais uma vez os moradores reféns dessa guerra.

¹⁰⁸ Título do vídeo disponível na página do Jornal Nacional. Disponível em: <https://goo.gl/Eanrvm>
Acessado em: 15/02/2019

<p>Off2 - Imagens provavelmente de celular mostram uma rua da comunidade e uma arte destaca a movimentação de alguns homens em uma das ruas. Não dá para perceber o que estão fazendo.</p>	<p>Esse vídeo mostra o momento que traficantes tentam invadir o morro da Coroa.</p>
<p>Imagens captadas pela emissora de carros do Bope circulando na rua, policiais caminhando e viaturas estacionadas. É impossível identificar o local.</p>	<p>Hoje policiais do batalhão de Choque do Bope fizeram uma operação nas comunidades. A polícia recebeu informações de que nos fundos de uma casa no morro da Fallet havia mais de 20 traficantes que estariam fugindo. Os policiais disseram que foram recebidos a tiros, houve confronto. Treze pessoas foram mortas, dois homens ficaram feridos e onze foram presos.</p>
<p>Imagens externas do hospital e de pessoas de costas ou fora de foco, com o objetivo de não identificar</p>	<p>Na porta do hospital para onde os baleados foram levados, parentes questionavam a ação da polícia</p>
<p>sonora de mulher que aparece de costas em primeiro plano, com imagem fora de foco e a voz distorcida, com a repórter ao fundo</p>	<p>Sonora - Segundo disseram, eles estavam dentro de uma casa e pegaram os rapazes e mataram todos os rapazes. Aqui ninguém está isentando eles de estarem ou de fazerem e de viverem uma vida que não deve ser correta, mas o que a gente pede é que é pra prender, não é pra matar</p>
<p>Off3 - Fotos provavelmente fornecidas pelo Bope, sem crédito da fonte, mostram soldados em frente à parte traseira de um veículo da</p>	<p>Na operação foram apreendidos quatro fuzis, quatorze pistolas e granadas.</p>

polícia repleto de armamento.	
----------------------------------	--

A reportagem tem 1'59", somado o tempo da cabeça lida pela apresentadora, o que não indica um destaque especial para o fato naquela edição do telejornal. Uma característica em especial chama a atenção na matéria do Jornal Nacional: a ausência de imagens internas da comunidade, onde aconteceu a operação. As ruas, a casa e o movimento na região não aparecem no telejornal. A história é contada sempre à distância, praticamente a partir de imagens amadoras, invariavelmente planos gerais, em sua maioria, na vertical.

As imagens produzidas pela equipe de reportagem mostram apenas a parte externa do morro e a fachada do hospital. O boletim da repórter obedece a mesma lógica: ela está no asfalto sem colete, com o morro do Fallet ao fundo, em segundo plano. O fato foi noticiado sem que houvesse apuração no local da operação, nas ruas onde a ação foi desenvolvida.

A orientação é não entrar em comunidades onde há atuação do tráfico ou da milícia. Qualquer intenção de fazer uma reportagem em morros e favelas tem que ser comunicada para que as equipes de segurança avaliem o local e decidam sobre a viabilidade da gravação. No caso dessa reportagem, vale lembrar que a região do Fallet, Fogueteiro e do morro da Coroa convive com as disputas entre traficantes há muito tempo. São morros vizinhos e dominados por facções rivais. Onde os confrontos são constantes. E, naquele momento, havia ameaças de invasão do território por parte de traficantes que queriam estender seus domínios. Numa região como essa, o trabalho se torna muito arriscado - principalmente em momentos de tensão como o que estávamos registrando (PROFISSIONAL A, 2020).

A única entrevista apresentada pela reportagem é com um familiar não identificado que foi encontrado pela equipe no hospital, não na comunidade. Por último, as armas e as munições apreendidas na operação são mostradas a partir de fotos, provavelmente produzidas pelo Bope. Não há crédito das imagens da comunidade e nem das fotos na reportagem. "Nesse caso, não mencionamos a origem das imagens por entender que estava subentendido" (PROFISSIONAL A, 2020).

Com a dificuldade de acesso ao local, a polícia é fonte de informação acessível para a descrição das circunstâncias do acontecido, conforme indica o texto: “Os policiais disseram que foram recebidos a tiros, houve confronto. Treze pessoas foram mortas, dois homens ficaram feridos e onze foram presos.” A única entrevista levada ao ar é com uma familiar de um dos mortos. Sem ser identificada, ela reivindica o direito das vítimas terem um julgamento ao invés de sofrerem uma execução.

Embora treze pessoas tenham sido mortas e um familiar denuncie a polícia por extermínio, ninguém explica, comenta ou responde à acusação. Os detalhes da operação ou do procedimento dos policiais não são abordados em nenhum momento. A polícia não fala e não há qualquer menção à tentativa de entrevista por parte da reportagem. Apesar de falar em confronto, o texto não informa se algum policial ficou ferido, se há marcas de tiros nas viaturas ou qualquer outro indício que sustente esta versão. Por último, não há nenhuma informação (nome, idade, etc.) sobre as vítimas fatais, sobre os feridos (estado de saúde) ou os presos (nome, idade, etc.).

Fonte: Globoplay



A repórter Mônica Teixeira gravou o boletim distante do local da operação

Na análise na perspectiva dos códigos de ética e do compromisso com os direitos humanos, é possível dizer que a reportagem foi relativamente equilibrada

no que diz respeito à presunção de inocência das vítimas ao tratá-las como “pessoas”, “homens” e “baleados”. Porém, no que diz respeito à versão do acontecido, a cabeça da reportagem não deixa dúvida ou faz qualquer ponderação, houve um confronto: “Treze pessoas morreram num confronto entre policiais e quadrilhas rivais no Rio de Janeiro”. É importante destacar que os mortos permaneceram anônimos e não houve qualquer justificativa para a ausência dessa informação.

Não há também qualquer esforço de contextualização ou mesmo problematização em torno da violência policial. Não há nenhum dado ou estatística - o único número mencionado é o de moradores da região – que ajude a dimensionar a questão dentro da realidade do Rio de Janeiro ou do Brasil, embora seja importante lembrar, como já foi dito, que nem sempre a dinâmica da cobertura factual permite tais aprofundamentos. Por isso, a análise foi estendida às cinco edições seguintes do telejornal. “Num jornal de alcance nacional, como o JN, que precisa dar espaço para reportagens de norte a sul do país, pode acontecer de não termos tempo para aprofundar algumas discussões” (PROFISSIONAL A, 2020).

5.7.1.2 DELEGACIA DE HOMICÍDIOS E MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGAM AS CIRCUNSTÂNCIAS DAS MORTES DE 15 PESSOAS EM OPERAÇÃO POLICIAL ¹⁰⁹

Ilustração 4: reportagem do Jornal Nacional de 14 de fevereiro de 2019

IMAGEM	ÁUDIO
Apresentador lê a cabeça da reportagem no estúdio com o cenário tradicional do JN ao fundo.///	A Delegacia de Homicídios e o Ministério Público do Rio estão investigando as circunstâncias das mortes de 15 pessoas numa operação da Polícia Militar na

¹⁰⁹ Delegacia de homicídios e Ministério público investigam as circunstâncias das mortes de 15 pessoas em operação policial. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7383356/> Acessado em: 20.04.2020

	<p>semana passada. Parentes acusam os policiais de execução. A PM afirma que bandidos começaram o confronto.</p>
<p>Off1 - Mulher na contraluz conversando com o repórter. É possível identificar apenas o contorno do corpo.</p>	<p>Esta mãe perdeu dois filhos de uma só vez: um de 18 e outro de 16 anos. Hoje ela esteve na defensoria pública do Rio.</p>
<p>Sonora – entrevista na contraluz, sem identificar o rosto da fonte. Na parte inferior da tela, o texto em legenda de tudo que é dito.</p>	<p>Sabia que eles tinham amizades, que tinham envolvimento. Eu cheguei a proibir certas amizades. Mas eu precisava sair para trabalhar. Errados ou não, eles tinham direito sim a julgamento. Tava errado, tinha direito sim de ser preso.</p>
<p>Off2 - Imagens em takes fechados da polícia armada, das viaturas estacionadas numa rua, imagens gerais do morro, imagens captadas por telefone celular (aparentemente da janela de uma casa na comunidade) e uma única foto de uma parede com marcas de tiros que a repórter indica ser da casa onde os jovens foram mortos. Por fim, uma arte sobre a nota oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro e a foto do armamento supostamente apreendido pela Polícia</p>	<p>Eles foram mortos numa operação da polícia militar no Morro do Fallet região central do Rio na última sexta-feira. A comunidade enfrentava uma guerra entre traficantes. Moradores dizem que na operação 15 pessoas morreram e que nove estavam dentro desta casa. A PM diz que bandidos armados começaram um confronto e que depois os policiais encontraram os criminosos feridos que foram levado ao hospital. E que aprendeu 4 fuzis e 14 pistolas.</p>

<p>Passagem - Monica Teixeira aparece em uma avenida bastante movimentada, sem colete, com o morro ao fundo, bem distante.</p>	<p>Os moradores contestam a versão da polícia militar. Eles acusam os PMS de terem executado os rapazes que, segundo testemunhas, já tinham se rendido. A divisão de homicídios e o ministério público investigam em que circunstâncias as mortes aconteceram.</p>
<p>Sonora Paloma Lamego, subdefensora pública geral do RJ, no escritório de trabalho.</p>	<p>Os relatos dos moradores é (sic) no sentido de que as pessoas estavam vivas dentro da casa e teriam se rendido e que teriam então sido executadas, que não haveria uma troca de tiros. Não haveria naquele momento ali dentro da casa nenhum confronto possível.</p>
<p>off3 – Vídeo gravado pela equipe do Governador, que aparece ao lado de um policial. No canto superior direito, uma arte identifica que o material tem origem institucional.</p>	<p>O Governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel publicou um vídeo nas redes sociais elogiando a ação da polícia na comunidade.</p>
<p>Vídeo postado pelo governador Witzel. Na imagem, ele aparece ao lado do policial responsável pela operação. O nome Wilson Witzel no canto superior direito da imagem é uma indicação de que o material foi produzido pela assessoria do político.</p>	<p>O que aconteceu no morro do Fallet fogueteiro foi uma ação legítima da polícia militar. Nossa polícia militar agiu para defender o cidadão de bem. Não vamos admitir bandidos usando armas de grosso calibre, fuzis, pistolas, granadas, atentando contra a nossa sociedade, vamos continuar agindo com rigor. Nossos</p>

	policiais, tenho confiança no trabalho profissional que eles estão realizando.”
Nota pé - lida pelo apresentador em estúdio.	A polícia militar do Rio de Janeiro declarou que os policiais seguiram os protocolos e que não há indício de ilegalidade. E que a corregedoria está acompanhando o inquérito policial militar instaurado na corporação e também as investigações do ministério público e da polícia civil.

A reportagem de 2’37” tem, em especial, o mérito de trazer, pela primeira vez na cobertura do Jornal Nacional, uma palavra oficial do Estado sobre a operação. Porém, não se trata de uma entrevista – que dá ao repórter a chance de fazer perguntas – é um depoimento do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que, mesmo antes do resultado das apurações e investigações que estavam em curso, defende a operação, justifica as mortes e elogia trabalho dos policiais que estavam no morro da Fallet. “O que aconteceu no morro do Fallet fogueteiro foi uma ação legítima da polícia militar. Nossa polícia militar agiu para defender o cidadão de bem. Não vamos admitir bandidos usando armas de grosso calibre, fuzis, pistolas, granadas, atentando contra a nossa sociedade, vamos continuar agindo com rigor”, disse Witzel. O crédito no canto superior direito da tela indica que as imagens foram gravadas pela assessoria do político.

Uma nota oficial da polícia militar, lida logo após a reportagem, acrescenta que a operação “seguiu todos os protocolos”. O Jornal Nacional não informa sobre o que de fato diz a lei, não atesta e nem desmente a legitimidade da ação, e também não esclarece qual a orientação dada pelos protocolos mencionados na nota. Assim, a fala do chefe do executivo estadual e a nota oficial da polícia encerram a questão sem que, de fato, tenha sido feito um tensionamento e uma checagem das informações.

Do ponto de vista das fontes de informação, a reportagem avança. Além de familiares das vítimas e do governador, a defensoria pública também ganha voz na matéria. No entanto, a narrativa também não oferece uma maior contextualização e problematização sobre a violência policial, claramente a discussão central da pauta. Não há dados ou estatísticas que delimitem a dimensão do problema e provoquem uma reflexão mais ampla.

Diferente da primeira reportagem, esta apresenta um trabalho de apuração local. Mesmo assim, o boletim da repórter foi novamente gravado no asfalto, com a comunidade em segundo plano. A pauta foi motivada por uma reunião da Defensoria Pública com os familiares das vítimas na sede da Associação Comunitária, que fica no alto do morro do Fallet. “A nossa equipe estava lá. Participamos da reunião e ouvimos os moradores que se dispuseram a falar” (PROFISSIONAL A, 2020).

Fonte: Globoplay



O nome do governador na imagem indica que ela foi captada pela assessoria de Wilson Witzel

Em relação à transparência, mais uma vez são utilizados vídeos amadores de terceiros sem qualquer menção no texto ou crédito informando a origem do material. A matéria apresentou equilíbrio ao destacar as duas versões para o acontecido: chacina e confronto. Porém, novamente a cabeça lida pelo

apresentador é enfática: “A PM afirma que bandidos começaram o confronto”. O destaque no texto de chamada é contestado pela subprocuradora da Defensoria Pública que garante: a versão de troca de tiros sustentada pela polícia é impossível de ter acontecido. Cabe salientar também que as 15 vítimas seguiram anônimas.

5.7.2 JORNAL DA RECORD

O Jornal da Record fez uma cobertura que se limitou à reportagem feita no dia da operação. Nos cinco dias seguintes analisados, o assunto não voltou à pauta em nenhuma oportunidade.

5.7.2.1 TREZE PESSOAS MORREM EM CONFRONTO ENTRE POLICIAIS E TRAFICANTES NO RJ¹¹⁰

Ilustração 6: reportagem do Jornal da Record de 8 de fevereiro de 2019

IMAGEM	ÁUDIO
Cabeça lida pelos apresentadores no estúdio com o fundo padrão do telejornal Apresentador 1 – Apresentador 2 -	Treze pessoas morreram em um confronto entre policiais e traficantes em Santa Teresa, região central do Rio de Janeiro. As identidades das vítimas ainda não foram divulgadas. Segundo um representante da OAB Rio de Janeiro, moradores acusam os agentes de terem executado os

¹¹⁰ Título dado ao vídeo publicado na página do Jornal da Record na internet. Disponível em <https://bit.ly/2IhoELW> Acessado em 15/02/2019

	suspeitos. Entre os mortos, há dois adolescentes.
off1 - Imagens amadoras feitas a partir de uma janela gradeada com a comunidade ao fundo	Por trás das grades da janela deste apartamento, o registro de um morador assustado (sobe som de tiros).
Passagem do repórter Tiago Américo na rua onde está a casa na qual se deu o confronto. O imóvel não é identificado.	Segundo a Polícia Militar, grupos rivais tentam comandar pontos de vendas aqui na região. Uma denúncia anônima trouxe o batalhão de choque até essa rua. Numa casa dessas havia suspeitos. Houve confronto.
off2 - Imagens de carros da polícia circulando no local onde teria acontecido o confronto. Uma caminhonete do Bope passa carregando algo que parece um corpo na parte traseira. A imagem está desfocada propositalmente.	Pelo menos treze suspeitos morreram.
Arte sobre o mapa da região indicando a localização da operação	A operação foi no complexo de comunidades do Fallet, Fogueteiro e Coroa.

Imagens das armas e munições apreendidas na parte traseira da viatura da polícia	Fuzis pistolas e granadas foram apreendidos.
Imagens dos moradores da região caminhando nas ruas, circulando de moto e protestando	Revoltados, moradores fizeram um protesto, fecharam ruas.
Foto de um sofá pegando fogo no meio da rua	E colocaram fogo em sofás.
Imagens feitas por celular em movimento de uma rua quase vazia	(sobe som de alguém falando sem aparecer no vídeo) “tacando (sic) bomba e dando tiro para cima da comunidade.

A reportagem do Jornal da Record tem 44”. Somada a duração do texto que antecede a matéria lido pelos apresentadores, 1’05”. Um tempo inferior à média das reportagens factuais dos telejornais, que fica entre 1’20” e 1’40. O texto da cabeça também assume o confronto, embora não haja indícios de que ele realmente tenha acontecido, e define as vítimas como traficantes. Além disso, levanta outra possibilidade: “Segundo um representante da OAB Rio de Janeiro, moradores acusam os agentes de terem executado os suspeitos”. A informação não é retomada na reportagem e não há qualquer outro detalhe sobre essa possibilidade. Por fim, o texto indica que a identidade dos mortos ainda não foi divulgada e que, entre eles, há dois menores de idade.

Embora o telejornal levante a possibilidade de execução, o repórter não deixa margem para dúvida na passagem: “houve confronto”. A equipe esteve

próxima do local do crime – o boletim foi gravado na rua onde aconteceram as mortes – e acompanhou um protesto da comunidade na região. Mesmo assim, não há nenhuma sonora na matéria, apenas um sobe som, que não identifica quem fala. Sob uma imagem de uma rua vazia, ouviu-se: “tacando (sic) bomba e dando tiro para cima da comunidade”.

Quando a equipe chegou ali, na entrada daquele complexo de favelas na região central, estava tudo fechado. Os policiais não autorizavam a entrada na comunidade. Depois de um tempo, vimos alguns colegas entrando e a gente seguiu para aquela rua principal que dava acesso ao morro. [...] E, quando nós chegamos, a polícia parecia, de uma certa maneira, incomodada com a presença da imprensa ali. Eles impediram inicialmente que a gente atravessasse (o isolamento feito na área) e colocaram muito medo na gente (PROFISSIONAL B, 2020).

O material apreendido aparece em imagens feitas pela equipe de reportagem. No texto, os mortos pela polícia são chamados de “suspeitos”. Vale destacar, em última análise, que não há nenhuma informação a respeito do posicionamento da Polícia sobre a operação, as mortes ou mesmo a acusação de execução destacada na cabeça. “Com relação à polícia, eles não falavam com a imprensa. [...] E, como a equipe já estava extrapolando hora extra na televisão, foi preciso retornar para a emissora. [...] No local, era impossível. Clima de guerra” (PROFISSIONAL B, 2020). O estado de saúde dos sobreviventes também é ignorado. Apesar de tratar o acontecido como confronto, o texto não informa se algum policial ficou ferido ou oferece qualquer outro indício que sustente a versão oficial da polícia.

Não há nenhum dado ou estatística em todo o texto da reportagem. Nada que dê uma ideia sobre o quanto a violência é comum na região, dimensione o tráfico de drogas ou mesmo sinalize para denúncias de violência policial. Também não há qualquer menção à legislação que tencione os potenciais abusos cometidos, os limites das operações policiais e os eventuais crimes cometidos pela polícia.



O repórter Tiago Américo aparece na reportagem em um local próximo ao fato

No que se refere à transparência, vale destacar que as imagens de terceiros utilizadas na reportagem não estão creditadas e também não há qualquer menção às suas origens. No que diz respeito aos códigos, não se respeitou a presunção de inocência – artigo 9º do Código de Ética do Jornalismo (FENAJ, 2007) – ao afirmar que as mortes eram consequência de um confronto entre policiais e traficantes. A própria cabeça informa que não há identificação das vítimas. Então, como garantir que eram realmente traficantes? Sem a identidade, como é possível fazer a checagem? Mais uma vez, o jornalismo assumiu a versão da polícia – no caso, do autor do crime – como verdade.

5.7.3 SBT BRASIL

O SBT Brasil fez duas reportagens sobre a operação do Fallet. A primeira delas foi ao ar no dia 8 de fevereiro, quando aconteceram as mortes. A segunda tem como “gancho” a iniciativa da Defensoria Pública de ir ao morro e ouvir os moradores. Embora iguale ao Jornal Nacional no número de matérias, tem o maior tempo total dedicado ao assunto: 5’44”.

5.7.3.1 POLÍCIA MATA 13 PESSOAS EM COMUNIDADE DO RIO | SBT BRASIL¹¹¹

Ilustração 8: reportagem do Jornal do SBT de 8 de fevereiro de 2019

IMAGEM	ÁUDIO
Apresentador lê a cabeça da reportagem no estúdio com o tradicional fundo como cenário.	Treze pessoas morreram em operação da Polícia Militar em comunidades próximas à região central do Rio de Janeiro. A polícia diz que houve troca de tiros. Os moradores falam em execução. O Governo do Estado do Rio não se pronunciou até agora.
off1 - Imagens de moradores na rua caminhando e outros correndo. No segundo plano, aparece um carro da polícia e o som ambiente capta bombas estourando. Na parte inferior da tela, as frases: “Operação policial termina com 13 mortos no Rio. Moradores dizem que suspeitos já tinham se rendido.”	À tarde moradores tentaram fechar a principal rua do bairro. A polícia interveio com bombas de efeito moral.
Imagens da parte externa da comunidade, com um plano geral do morro.	As treze mortes foram na comunidade do Fallet Fogueteiro. Segundo a PM,

¹¹¹ Título do vídeo publicado na página da internet do Jornal do SBT. Disponível em: <https://goo.gl/TQegua> Acessado em 15/02/2019

<p>Imagens do armamento apreendido sob a carroceria de um carro da polícia.</p>	<p>foram encontrados fuzis, pistolas e granadas com as vítimas.</p>
<p>Passagem - Passagem da repórter Cláudia Ramos de colete na rua onde o grupo estaria escondido.</p>	<p>Tudo começou com uma operação da polícia militar aqui no morro. O grupo se refugiou numa casa aqui nessa rua. Moradores denunciaram a ação da PM e afirmaram que não houve troca de tiros.</p>
<p>Sonora - mulher de costas, não identificada, imagem desfocada e voz alterada para preservação da identidade.</p>	<p>Tinha morador também. Eles nem deu (sic) chance das pessoas se defenderem, se renderem. Eles já chegaram assassinando.</p>
<p>off2 - Mulher de costas conversando com a repórter, que aparece em segundo plano. A imagem também está desfocada e a voz alterada para impedir identificação.</p>	<p>O primo dessa mulher foi uma das vítimas.</p>
<p>Sonora - mulher de costas sem identificação.</p>	<p>Ele era mototaxi. Eles entraram dentro da casa dele e mataram meu primo.</p>

off3 - Imagens de policiais armados circulando na carroceria de uma caminhonete da polícia.	A polícia militar informou que os treze suspeitos foram levados a um hospital no centro da cidade.
Foto dos policiais sentados em cima de algo – que aparenta ser um corpo dentro de um saco – na carroceria da caminhonete da polícia militar.	Nesta foto, os policiais aparecem sentados em cima dos rapazes durante o socorro.
Imagens do mesmo carro estacionando no hospital.	Em seguida, as imagens mostram a chegada das viaturas no hospital.
Imagens externas do hospital.	O Hospital Souza Aguiar disse que os rapazes chegaram mortos.
Imagens externas da casa e do movimento na rua da casa.	Quando a nossa reportagem chegou, a casa ainda tinha quatro pessoas. Elas estavam com medo e queriam a presença de jornalistas para se renderem.
Sonora - rapaz sem identificação, porém mostrando o rosto, em cima de uma moto..	Tá cercada, por favor, ajudem, por favor.
off4 - Imagens do carro da polícia saindo com alguns homens presos.	Pouco tempo depois, o grupo foi preso pelos policiais.

<p>Carros e motos da polícia circulando e estacionando na comunidade. Policiais revistando pessoas na rua.</p> <p>Pessoas agrupadas próximo a entrada de uma casa.</p>	<p>Os acessos às comunidades foram fechados. Moradores foram revistados. A confusão era grande. Lá na esquina, a gente vê um agrupamento grande de pessoas. A todo momento, a gente vê pessoas chorando, muito nervosas.</p>
<p>Sonora Rosilda Mendes - moradora da comunidade</p>	<p>Tão jogando spray de pimenta. Eles não tão pedindo documento para o cidadão. Eles já jogam na parede. Ali tem um montão.</p>
<p>off 5 - Mulher gritando mostra o braço com ferimento para a câmera</p>	<p>Essa moradora foi atingida por um tiro de bala de borracha.</p>
<p>Sonora - Elisabeth Barbosa, moradora da comunidade, mostrando o ferimento no braço.</p>	<p>Polícia que me deu o tiro, agora ali, de borracha. Porque eu perguntei a ele se podia passar e ele falou que não. Daí eu disse: se eu quiser, eu não posso? Ele falou: se adianta! E me deu um tiro.</p>
<p>off 6 - Homem fechando a porta de um pequeno comércio de rua.</p>	<p>o medo tomou conta da região e os comerciantes fecharam as portas.</p>

Imagens gerais da comunidade.	A área vive clima de guerra há pelo menos uma semana por causa de uma disputa pelo tráfico de drogas.
Imagens de câmeras amadoras, muitas na vertical, que mostram a comunidade e um barulho de tiroteio ao fundo.	Na noite desta quinta-feira, mais uma invasão da facção rival a que comanda o tráfico na região foi registrada pelos moradores (Sobe som de tiros).

A reportagem do SBT tem 2'49", a maior entre todas as matérias que trataram deste assunto nos quatro telejornais analisados do dia oito de fevereiro de 2019. A repórter Cláudia Ramos também traz o maior número de vozes e diversidade de depoimentos, o que oferece perspectivas diferentes da comunidade a respeito da operação policial: há pessoas falando sobre a operação – denunciando a execução –, há outros reclamando da abordagem violenta da polícia no morro e ainda um familiar de uma das vítimas. No caso deste último, mesmo que bastante superficialmente, ele traz informações sobre um dos mortos: “Ele era mototáxi. Eles entraram dentro da casa dele e mataram meu primo”. O trabalho de apuração local e o acesso à comunidade garantiu um conteúdo diferenciado.

Lá é uma área bem complicada e perigosa. [...] A apuração sempre foi feita na raça, metendo a cara, se expondo. Nem sempre as redações sabem dos riscos reais. Já teve fuzil apontado para a equipe porque mandaram para um endereço errado dentro da Vila do João, na Maré. (PROFISSIONAL C, 2020).

A abordagem do SBT deixa claro já na cabeça que existem duas versões para o acontecido. É a única reportagem que não admite como fato o confronto, colocando-o como uma possibilidade, mas salientando que não há consenso. O

texto do apresentador destaca ainda que “O Governo do Estado do Rio não se pronunciou até agora”. A informação valorizada na cabeça ajudar a dar importância, dimensão e gravidade ao fato.

Fonte: youtube/sbtjornalismo



A repórter Cláudia Ramos entrevista a familiar de um dos mortos na operação

No vídeo, como é característica do telejornal do SBT, uma frase que sintetiza a notícia fica permanentemente na parte inferior da tela. O objetivo é contextualizar a audiência sobre o assunto em questão. A decisão editorial para a frase foi dar visibilidade para denúncia da comunidade: “Operação policial termina com 13 mortos no Rio. Moradores dizem que suspeitos já tinham se rendido.”

A edição valoriza o trabalho de reportagem no local, as entrevistas com a comunidade e o clima nas proximidades da casa: “(off) Quando a nossa reportagem chegou, a casa ainda tinha quatro pessoas. Elas estavam com medo e queriam a presença de jornalistas para se renderem. (sonora) Tá cercada, por favor, ajudem, por favor”. A equipe registrou também os protestos e os comerciantes fechando as portas devido ao medo. A repórter, vestindo colete, aparece duas vezes na matéria, ambas no local onde toda movimentação está acontecendo. Esta característica da reportagem empresta credibilidade à história contada, à narrativa da repórter, em última análise, ao telejornal. A presença da equipe em frente a uma casa cercada pela polícia pode ter evitado mais mortes.

Alguns meninos suspeitos se esconderam dentro de uma casa. Eles queriam se render. A polícia cercou a casa e os familiares vieram falar (conosco) pedindo para interceder. ‘Eles vão ser mortos e tal’. [...] Aí fomos até o cara que estava comandando. Falamos para o comandante: ‘olha só, estamos filmando tudo. Se mais um desses meninos sair morto daqui, a gente tá filmando! Porque a gente sabe que eles querem se render. A família está dizendo que eles querem se render. Então fica por sua conta. Filmamos tudo!’. Ele falou com os outros policiais e os meninos saíram presos. No dia seguinte, fomos fazer o rescaldo dessa operação lá no morro e uma das mães chegou, puxou uma outra, e falou assim: esses aqui salvaram seu filho (PROFISSIONAL C, 2020).

O texto trata de um dos pontos polêmicos que conflita as duas versões: diz que a PM informou que os suspeitos foram levados a um hospital e destaca, a partir de uma foto utilizada na reportagem, que o policial aparece sentado sob um corpo na caminhonete durante o transporte para o hospital. Por outro lado, traz a informação dada pelo hospital que os homens já chegaram mortos.

A reportagem demonstra um comprometimento com a ética e com os direitos humanos na tentativa de humanização dos personagens, na percepção da importância da presença da imprensa para que houvesse uma garantia mínima aos suspeitos – que, em nenhum momento, foram chamados de criminosos, bandidos ou traficantes – e na cuidadosa explicação das duas versões sobre as mortes: confronto e execução, sem adotar nenhuma delas como verdade.

Porém, é importante registrar que a reportagem também não oferece qualquer dado ou estatística que ajude no aprofundamento e na contextualização do problema. No que diz respeito à transparência, as imagens amadoras utilizadas são identificadas no off6 pela repórter: “Na noite desta quinta-feira, mais uma invasão da facção rival a que comanda o tráfico na região foi registrada pelos moradores”. A diferenciação entre o material produzido pela emissora e aquele que foi captado por terceiros agrega credibilidade à informação e dá ao telespectador melhores condições de avaliar as imagens a partir das suas fontes. A importante foto que denuncia o policial levando um

corpo dentro de um saco para o hospital, porém, não tem crédito e nem qualquer menção da fonte. Podemos inferir que a atitude pode ter tido o intuito de preservar o autor ou a autora por questões de segurança. De qualquer forma, essa decisão poderia ter sido compartilhada com a audiência para justificar a ausência da origem da imagem.

5.7.3.2 DEFENSORIA DO RIO OUVI FAMILIARES DAS 15 VÍTIMAS DA OPERAÇÃO EM SANTA TERESA

Ilustração 9: reportagem do SBT Brasil de 12 de fevereiro de 2019

IMAGEM	ÁUDIO
Apresentadora lê a cabeça da reportagem no estúdio com o tradicional cenário do telejornal ao fundo	A Defensoria Pública do Rio de Janeiro cobrou hoje transparência na investigação das mortes de 15 suspeitos em operação da polícia militar na comunidade Fallet fogueteiro em Santa Teresa. O SBT Brasil teve acesso a um vídeo gravado por um morador que mostra parte da ação da última sexta-feira.
off1 - Imagens do carro estacionado em frente a uma casa com alguns policiais em volta. Uma arte destaca a imagem do carro.	Repare na caminhonete da Polícia parada em frente à casa onde aconteceram as mortes. São ouvidos vários disparos
Sobe som - fala aparentemente do morador que grava as imagens	“Mataram mais algum!”
Imagem da rua com pessoas em primeiro plano, uma mulher em	Uma mulher desesperada aponta para os policiais. E esta viatura

<p>destaque, e a casa com a viatura estacionada na frente ao fundo. Em seguida o carro se desloca e uma arte destaca os corpos na caçamba. Na imagem seguinte, aparece outro carro.</p>	<p>deixa o local. Na caçamba do veículo, os policiais carregam os corpos dos jovens. Logo em seguida, outro carro da PM saí da comunidade carregando mais vítimas.</p>
<p>Sobe som - mulher gritando ao fundo. O texto é legendado.</p>	<p>“vocês não merecem ser polícia (sic) seus assassinos.”</p>
<p>Policiais circulando na comunidade com armamento pesado. Carro da polícia com armas e fuzis na caçamba. Pessoas reunidas dentro de uma casa. O enquadramento evita mostrar os rostos.</p>	<p>O caso aconteceu na última sexta-feira. 15 pessoas morreram durante a ação policial. A Polícia disse que houve confronto e que apreendeu fuzis e pistolas. Em uma reunião com defensores públicos na tarde desta terça-feira, na associação de moradores, as famílias das vítimas acusaram os policiais de tortura e execução.</p>
<p>Sonora - Mulher sem ser identificada, na contraluz, com a fala legendada</p>	<p>Meu filho foi executado com uma facada no peito, na região do coração, uma facada na região do pulmão e uma facada no tórax. Tinham cometido erros, mas eles tinham direito a ter julgamento, sim.</p>
<p>Imagens internas da casa onde aconteceram as mortes. As paredes têm muitas marcas de tiros e de sangue. O chão também tem sangue, louças e móveis quebrados.</p>	<p>O site de notícias Intercept Brasil esteve sexta no imóvel onde sete vítimas morreram. Nas paredes haviam marcas de tiros e no chão muito sangue</p>

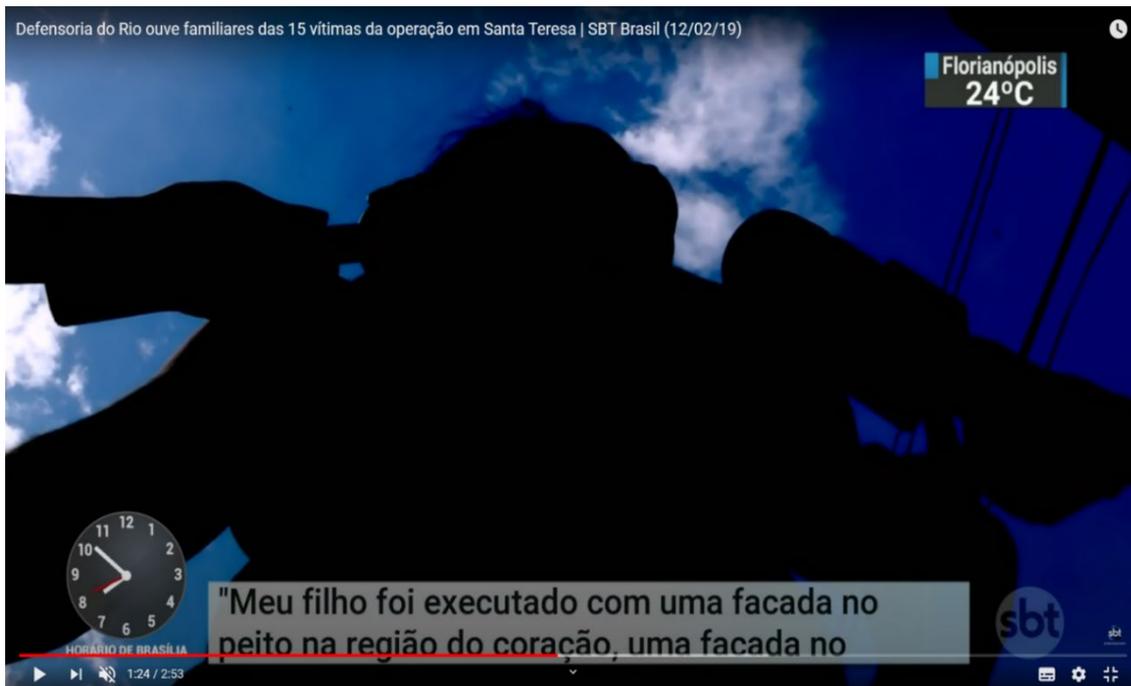
<p>Sobe som de moradora que acompanhava a gravação do Intercept. A voz pode ser ouvida algumas vezes ao fundo.</p>	<p>não teve troca nenhuma de tiro.</p>
<p>Passagem - Claudia Ramos aparece numa das ruas da comunidade</p>	<p>A operação que resultou nas mortes já está sendo investigada pelo Ministério Público e pela Divisão de Homicídio. Segundo a Defensoria Pública, os relatos feitos pelos moradores e as imagens gravadas no dia mostram que houve excessos por parte da polícia.</p>
<p>Sonora de Pedro Strozenberg, ouvidor geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, numa das ruas do morro.</p>	<p>Os depoimentos dos moradores são muito contundentes neste sentido... de facadas, de abdome aberto, de traumatismo craniano. Então tem cenários que, assim, na descrição dos moradores são muito dramáticos. E precisa ser apurado, pelo laudo do IML pela perícia que foi feita.</p>
<p>Imagens de arquivo no gabinete do Deputado e depois do momento em que ele segura a placa quebrada na mão.</p>	<p>Hoje à tarde o deputado estadual Rodrigo Amorim do PSL propôs que os policiais envolvidos na operação do morro do Fallet sejam homenageados na Assembléia Legislativa do Rio com moção de congratulações e aplausos. Amorim ficou conhecido em 2018 depois de quebrar uma placa em homenagem</p>

	à vereadora Marielli Franco, assassinada em março daquele ano.
--	--

A reportagem do SBT Brasil tem 2'54", o maior tempo entre as seis matérias analisadas. Ela traz, como destaque, a valorização das vozes da comunidade. Além da entrevista com a mãe de uma das vítimas - que não é identificada por medida de segurança, embora isso não seja dito no texto -, em outros três momentos, a edição utiliza o recurso do *sobe som* para evidenciar falas de moradores do morro do Fallet. No total, são três *sobe sons*, todos com legenda para garantir a compreensão do telespectador: "mataram mais algum", "vocês não merecem ser polícia (sic), seus assassinos" e "não teve troca nenhuma de tiro". Em nenhum dos casos é possível identificar os autores das frases, mas há a sugestão, pelo contexto, que são moradores presentes nos ambientes de gravação das imagens exibidas na reportagem. Uma das frases, inclusive, faz parte de um vídeo gravado pelo site de notícias Intercept Brasil¹¹², utilizado pela equipe para mostrar o interior da casa, que aparece exclusivamente nesta reportagem ao longo de toda a cobertura nos quatro telejornais.

No que diz respeito às fontes, a reportagem menciona diretamente a comunidade, a polícia e o ouvidor geral da Defensoria Pública. O deputado estadual Rodrigo Amorim é citado pela repórter, mas as informações dizem respeito a uma proposta de homenagem na Assembleia Legislativa, não diretamente aos fatos do morro da Fallet. Vão ao ar, além dos *sobe sons* já destacados, trechos das entrevistas com uma mãe de uma vítima e com o ouvidor da Defensoria Pública. A repórter aparece na passagem numa rua da comunidade, num ambiente semelhante ao local onde aconteceram os homicídios.

¹¹² O The Intercept Brasil é uma premiada agência de notícias que, segundo a própria, dá aos seus jornalistas a liberdade editorial e o suporte legal de que precisam para expor a corrupção e a injustiça onde quer que as encontrem. As reportagens são investigações aprofundadas sobre os temas política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia e mídia e muito mais. Mais informações em <https://theintercept.com/brasil/>. Acessado em: 21/04/2020.



Entrevista sem identificar a mãe de uma das vítimas da operação policial

As mortes são tratadas como execução, na perspectiva dos moradores e da Defensoria, e, confronto, quando é ressaltado o ponto de vista da polícia. Não há nenhuma contextualização, problematização ou avanço na discussão do problema e uma forma mais ampla. Em síntese, a reportagem é um prosseguimento dos fatos trazidos pela primeira matéria, sem nenhuma análise em torno das questões ligadas ao tráfico, aos direitos humanos ou à violência policial.

Mesmo que não tenha sido produzida no calor do factual e seja uma reportagem de maior fôlego, o texto não traz nenhum dado ou estatística que ajude na compreensão do problema na sua dimensão. Todas as imagens que não foram captadas pela equipe do SBT são identificadas em off, deixando claro para a audiência que aquele material é de outra fonte.

5.7.4 JORNAL DA BAND

O Jornal da Band tem a cobertura sobre a operação do Fallet resumida em uma nota coberta. No período de uma semana, este foi o único registro sobre o assunto feito pelo noticiário.

5.7.4.1 TREZE TRAFICANTES MORREM EM CONFRONTO COM POLÍCIA NO RIO¹¹³

Ilustração 12: nota coberta do Jornal da Band de 8 de fevereiro de 2019

IMAGEM	ÁUDIO
Cabeça lida pela apresentadora no estúdio	Uma operação policial contra traficantes deixou 13 mortos no Rio de Janeiro
off - Imagens amadoras, gravadas na vertical, de uma abordagem policial numa rua. Policiais com armas longas abordam e empurram um rapaz negro. No primeiro plano, um PM diz algo para a pessoa que está gravando, mas não é possível compreender.	A ação da polícia militar era para impedir confrontos entre traficantes do Morro da Coroa e da Fallet em Santa Tereza, que disputam o domínio do tráfico de drogas na região.
Imagens amadoras que mostram comunidade à distância com barulhos de tiros ao fundo	Os policiais foram recebidos a tiros por mais de 20 criminosos e houve confronto. Treze bandidos foram mortos.

¹¹³ Título do vídeo publicado na página do Jornal da Band na internet. Disponível em: <https://goo.gl/WXZ69z> Acessado em 15/02/2019

Fotos aparentemente fornecidas pela polícia mostram armas e munição numa viatura.	Na mesma operação. a polícia apreendeu fuzis, pistolas e munição em um esconderijo dos criminosos.
---	--

O Jornal da Band é o único entre os quatro telejornais a não oferecer uma reportagem à sua audiência. A equipe colocou no ar uma nota coberta de 35” com cabeça. O curto tempo destinado ao assunto e a forma como ele foi tratado é um indício da pouca importância dada à notícia no telejornal. Nas cinco edições seguintes, também não há qualquer outro registro sobre a operação que resultou na morte de 15 pessoas no Rio de Janeiro.

Neste curto registro, o destaque é para o tratamento dado no texto para as vítimas da ação da polícia. Mesmo não havendo qualquer apuração local, os mortos são sentenciados: “criminosos” e “bandidos”. E também não há dúvidas sobre as circunstâncias que envolveram a operação: “Os policiais foram recebidos a tiros por mais de 20 criminosos e houve confronto. Treze bandidos foram mortos”. A notícia ignora a presunção de inocência – prevista no Código de Ética do Jornalismo e também na Constituição Federal – e mostra claramente a versão da história que resolveu contar.

O número de mortos aparece duas vezes no texto – na cabeça e no off gravado pela apresentadora – com naturalidade, sem qualquer questionamento ou contraponto. Todas as imagens usadas para cobrir os textos em off são de terceiros, provavelmente feitas por telefones celulares, sem que seja informada a procedência. Não fica claro se a movimentação de policiais armados fazendo abordagens nas ruas foram gravadas no dia e no local da operação. O armamento supostamente apreendido é mostrado a partir de fotos provavelmente cedidas pela Polícia Militar. A origem das imagens e das fotos utilizadas também é ignorada.



As imagens na vertical são um indício de que foram gravadas por celulares

Por último, cabe destacar que a nota coberta não fala nada na hipótese de execução levantada pelos outros telejornais a partir de denúncias da comunidade e da OAB, ignora qualquer detalhe sobre as vítimas mortas, não menciona que também houve feridos e presos. Por óbvio, nenhum dado ou estatística é apresentado nesta nota coberta. Vale destacar, por fim, que nenhum profissional envolvido na cobertura ou mesmo gestor da TV Bandeirantes quis fazer qualquer comentário sobre a cobertura e a linha editorial.

5.8 PANORAMA GERAL

Aproximando, colocando as reportagens lado a lado, ficam evidentes as diferenças no tratamento dispensado à notícia. Uma característica comum a todas as matérias ganha destaque: nenhuma oferece contextualização, aprofundamento ou uma discussão mais ampla sobre as questões que emergem do fato, como a violência policial, o tráfico de drogas, a justiça, a impunidade, etc.

A carência de dados ou estatísticas que possam ajudar a dimensionar e entender o problema de uma forma mais integral se repete em todas as narrativas. Por último, embora a discussão de fundo seja a legalidade ou não da ação policial, em nenhum momento os repórteres recorrem à legislação, a especialistas ou aos protocolos da polícia – que são, inclusive, mencionados em uma nota oficial distribuída pela corporação – para discutir os procedimentos adotados pelos agentes na operação.

O diagnóstico reforça algumas características do telejornalismo diário apontadas por Chauí (2006): a falta de uma abordagem mais profunda e a narração de histórias sem passado e sem futuro, o que não colabora para o debate público na perspectiva do compromisso do jornalismo com a cidadania. O tema exige um tratamento mais complexo, que dialogue com outras áreas do conhecimento, num esforço de contextualização e problematização (BEDENDO, 2013). Além de noticiar os fatos do dia a dia, é tarefa dos telejornais dar sentido e coerência aos acontecimentos.

A ausência de dados e estatísticas impedem um dimensionamento do problema, a ampliação dos horizontes da audiência e a capacidade interpretativa da pauta, como defende Bedendo (2013) na proposta de Jornalismo de Segurança Pública. As reportagens estiveram limitadas a um registro dos acontecimentos, com maior ou menor grau de detalhamento e humanização a partir das vozes da comunidade. Como diz Ijuim (2017), ao criticar a imprensa: falta exploração dos fenômenos por trás dos fatos.

O Guia de Mídia de Direitos Humanos (INTERVOZES, 2014) também trata da importância das informações de contexto para a qualificação das coberturas. Pesquisas, censos e dados estatísticos ajudam a desmistificar ideias equivocadas pautadas apenas no senso comum. O documento oferece outra orientação importante que poderia ter acrescentado às reportagens: ouvir e dar voz a especialistas e movimentos organizados que representam e falam em nome das populações que são tema da matéria.

Ilustração 14: comparativo entre as reportagens do dia 8 de fevereiro de 2019

J. NACIONAL	TEMPO	CIRCUNSTÂNCIAS DAS MORTES	TRATAMENTO DADO ÀS VÍTIMAS
-------------	-------	---------------------------	----------------------------

	1:59	Confronto	Pessoas e homens
J. DA RECORD	TEMPO	CIRCUNSTÂNCIAS DAS MORTES	TRATAMENTO DADO ÀS VÍTIMAS
	1:05	Confronto	Suspeitos
J. DA BAND	TEMPO	CIRCUNSTÂNCIAS DAS MORTES	TRATAMENTO DADO ÀS VÍTIMAS
	0:35	Confronto	Criminosos, bandidos e traficantes
J. DO SBT	TEMPO	CIRCUNSTÂNCIAS DAS MORTES	TRATAMENTO DADO ÀS VÍTIMAS
	2:49	Confronto e execução	Pessoas e suspeitos

Poder-se-ia pensar, quem sabe, que a rotina e o ciclo noticioso de 24 horas de um telejornal talvez tenham sido um impeditivo para um trabalho mais minucioso, complexo, profundo e interpretativo dos problemas em questão. Por isso, o autor definiu o período de análise de uma semana – entre os dias 8 e 14 de fevereiro de 2019. Dos quatro programas observados neste intervalo de tempo, apenas o SBT Brasil e o Jornal Nacional voltaram ao assunto, oferecendo às suas audiências uma segunda reportagem. E, mesmo assim, seguiram com o foco da cobertura no factual, no acompanhamento dos acontecimentos subsequentes. Ambos os conteúdos não apresentaram avanços significativos no que diz respeito à contextualização e problematização da violência policial.

Por outro lado, o SBT Brasil e o Jornal Nacional, em suas segundas reportagens, trouxeram uma diversidade maior de fontes e o foco ajustado para

a investigação em torno das possíveis execuções. Embora ainda de uma forma bastante tímida e com poucos detalhes sobre as vítimas, as entrevistas com alguns familiares humanizaram uma tragédia que vinha sendo simbolizada apenas pelo número de mortos, sem qualquer detalhe sobre suas identidades e vidas.

As histórias de pessoas comuns são essenciais para dar visibilidade aos efeitos reais do conflito. Além de permitir uma diversificação das vozes no relato da história – o que também é um pressuposto ético –, a consequência imediata é a humanização da narrativa, o que estimula a empatia da audiência com os dramas dos personagens. Dentro da lógica de que o jornalismo não é neutro e deve tomar partido (CHRISTOFOLETTI, 2008), este processo é importante no exercício do apego aos mais fracos, às vítimas do conflito, como aconselha Galtung (2006).

Outra característica comum às reportagens é a ausência de um posicionamento da polícia a respeito das mortes. Apenas o SBT deixa claro ter buscado, mencionando, inclusive, a falta de uma manifestação do Governo do Estado. O telejornal coloca no ar uma nota oficial distribuída pela PM ao final da reportagem. Além disso, exceto o SBT também, as demais assumem a versão da polícia e tratam o confronto como verdade em algum momento das suas narrativas. A reportagem exibida no SBT Brasil é a única que diz claramente que o confronto aconteceu segundo os policiais. Porém, informa que, conforme os moradores, o que ocorreu foi uma série de execuções de homens rendidos.

Um dos profissionais envolvido na cobertura relata a dificuldade na apuração no local.

A informação tínhamos era essa aí: que a polícia chegou e foi recebida a tiros e revidou. Depois, a equipe ficou sabendo que não foi bem assim. Então, durante toda a matéria, trabalhamos com a ideia de suspeitos. Foi o que a polícia passou para a produção. Mas no local é impossível falar com alguma autoridade. Em meio a uma guerra, todo mundo tenso, com arma, ninguém quer falar. E o superior não estava ali onde a imprensa ficou (PROFISSIONAL B, 2020).

O inconformismo precisa ser uma característica do profissional do jornalismo (CRHISTOFOLETTI, 2008). Uma narrativa jornalística não pode admitir que uma operação cujo resultado é o saldo de 15 pessoas mortas fique sem qualquer explicação, sem que ao menos haja a cobrança pública dos responsáveis. A ação ou a omissão da mídia possuem caráter pedagógico com a audiência, o que aumenta o compromisso sobre aquilo que é dito e ou silenciado. Não é opção, é dever do jornalista fiscalizar o poder e as instituições, além de defender a vida e a justiça.

Outro problema recorrente nesta cobertura é a caricaturização dos personagens (IJUIM, 2017) a partir de um senso comum que oferece uma imagem muitas vezes distorcida do policial, do morador de favela e do traficante. A situação é um desestímulo à apuração e um convite à simplificação das histórias. O resultado é uma receita pronta, onde cada personagem tem um perfil já definido, autocompletado pelo preconceito.

É preciso, como diz Galtung (2006) exercer uma empatia ampla e irrestrita, com todos os lados envolvidos no conflito. O jornalismo maniqueísta, reducionista e simplificador – do policial bom contra o traficante mau, por exemplo – ele chama de inferior, e critica por não colaborar com a solução dos problemas. A proposição é de uma cobertura que possa, além de registrar o fato, discutir saídas para o conflito, apontar caminhos e possibilidades. Oferecer esperança ao invés de medo.

Ao assumir a versão do confronto, mesmo diante de denúncias de execução, o jornalismo reduz o problema e simplifica as complexas questões que envolvem a operação. Ao afirmar que houve um confronto, a imprensa no mínimo descarta – por preconceito e presunção – a possibilidade das circunstâncias terem sido diferentes, dos personagens – o policial bom e o traficante mau – terem cumprido um roteiro discordante do previsto. Além disso, quem garante que eram realmente traficantes? Como construir convicção de que as vítimas – ainda anônimas – eram criminosas? Nessas situações, Galtung (2006), em seu jornalismo para a paz, sugere que o jornalismo deva lealdade sempre às vítimas, seja do presente ou do futuro.

O desgaste emocional provocado por uma rotina de cobertura da violência e a visão crítica sobre o trabalho da imprensa fizeram a profissional C desistir das redações em 2020. Depois de viver duas décadas de cobertura diária na editoria de polícia, ela conta que foi vencida pelo preconceito e pelo sensacionalismo.

Comecei a me sentir um abutre. [...] É puro sensacionalismo. Quanto mais mortes, melhor. Se for de bandido então... As matérias são curtas, não há análise, não há questionamentos. [...] Parece receita de bolo: como o tempo é curto, segue-se uma receitinha: a polícia entrou, os bandidos reagiram e foram mortos. Segundo a PM, todos têm ligação com o tráfico de drogas. Não deu o nome porque eles não têm nome, são invisíveis para a sociedade, afinal, são bandidos, não são gente. Só dão nome para bandidão chefe [...] E está tudo bem errado. Desde a forma como a gente cobre, até a forma como a PM age aqui (PROFISSIONAL C, 2020).

Ao definir o confronto como fato e não como possibilidade, as coberturas – exceto a do SBT Brasil – incorreram no desrespeito ao Código de Ética do Jornalismo (FENAJ, 2007) e também à Constituição Federal que garantem a inocência de todos, até que se prove o contrário. O resultado deste equívoco é que as vítimas se tornam vítimas pela segunda vez, agora, porém, na narrativa da imprensa. Em ambas as situações, sem ter tido qualquer possibilidade de defesa. O que o jornalismo exercita, na verdade, é a presunção da culpa para algumas camadas da sociedade. Uma regra válida nas favelas, nas periferias e com os marginalizados em geral.

A presunção da inocência é um princípio jurídico de ordem constitucional, aplicado ao direito penal. Ele estabelece a inocência como regra em relação aos acusados de infração penal, garantindo a eles todos os recursos necessários para que possam provar a ausência de culpa. O direito tem origens no século XVII, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, e é consolidado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Portanto é mais do que uma regra jornalística ou uma garantia jurídica brasileira. Trata-se, dessa forma,

de respeitar o ser humano e de garantir a sua dignidade mais do que qualquer norma legal.

Quando admite o confronto sem apresentar as provas de que ele realmente aconteceu ou define como traficante a vítima sequer identificada, mesmo sem revelar os nomes, a narrativa funciona como uma condenação irreparável. O pré-julgamento é um dos principais crimes cometidos cotidianamente pelo jornalismo. Como diz Christofolletti, “se jornalistas não são policiais, tampouco são juízes” (2008, p.62). Como sintetiza Bucci (2000): uma conduta ética não permite uma atitude profissional desconectada da defesa da democracia, dos direitos humanos e da pluralidade.

Os equívocos da cobertura aumentam a tensão, alimentam uma sensação de insegurança e levam uma versão torta do fato para um público imenso, que não tem contato imediato com os acontecimentos, cuja única experiência social com a realidade ocorre a partir da imprensa, no caso, o telejornal. Na TV, a imagem reforça a versão noticiada, dando a ela um caráter de verdade, de efeito do real (BOURDIEU 1997). Como diz Becker (2005), permite ao telespectador ver a notícia. Assim, ao cancelar o comportamento da polícia e não questionar os responsáveis pelas mortes, as reportagens alimentaram na opinião pública o senso comum: bandido bom – mesmo quando é vítima – é bandido morto.

Cabe um destaque também para a falta de transparência nos processos de produção das reportagens. Embora todos os profissionais envolvidos na cobertura que deram depoimentos ao autor tenham relatado limitação de acesso e circulação no morro do Fallet, a informação não foi compartilhada com a audiência. Além disso, apenas a reportagem do SBT identifica as imagens de terceiros – embora, mesmo ela, tenha uma foto cuja proveniência foi ocultada. Nas demais matérias, não há crédito nem menção sobre a origem dos vídeos e fotos utilizados.

Dar visibilidade aos processos de produção e de decisão editorial podem ajudar na conquista ou na manutenção da credibilidade (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003). A transparência pode ser útil também na obtenção da confiança das comunidades nos morros, de quem depende fundamentalmente o

repórter em suas apurações. Fazer o exercício de explicar à audiência as certezas advindas da apuração torna o texto mais didático e crível, além de cumprir a função pedagógica do jornalismo (PARK, 1970).

Por fim, vale um destaque especial ao Jornal da Band, o único telejornal que não ofereceu uma reportagem sobre o tema aos seus telespectadores no período da análise. Mesmo assim, apresentou o texto mais convicto: os homens mortos pela polícia eram “traficantes”, “bandidos” e “criminosos” e foram eles que começaram a atirar na polícia. Não há dúvida ou espaço para questionamento, embora toda a notícia esteja resumida a uma nota coberta de 39”, sem repórter e também nenhum trabalho de apuração no local. Todas as imagens utilizadas são de terceiros.

É característica da televisão extrapolar bolhas, e atingir as diferentes camadas da sociedade de forma transversal. Ela é um dos poucos elementos de aproximação do grande público – diverso, anônimo e heterogêneo (WOLTON, 1996) – na contemporaneidade. Como a opinião pública é fundamental na formulação de políticas de Estado, é preciso aproveitar estas características da mídia para uma pressão social benigna em nome das vítimas, dos oprimidos e dos desfavorecidos. O telejornalismo pode colaborar a combater estes desvios no comportamento da polícia a partir do aperfeiçoamento da sua cobertura, que, por consequência, ajuda na qualificação do debate público e na construção da cidadania em regiões marginalizadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta tese foi refletir sobre como a violência policial é tratada nos telejornais brasileiros a partir da investigação de um caso simbólico e bastante representativo: a cobertura da operação do morro do Fallet que resultou na morte de 15 pessoas. A observação cuidadosa das narrativas construídas a respeito da ação mais violenta da polícia fluminense na última década permitiu ao autor analisar não somente o caso particular, mas acerca de seu contexto, das suas circunstâncias e dos seus personagens.

A pesquisa empírica observou os conteúdos produzidos pelos telejornais na perspectiva da análise de imagens em movimento (ROSE, 2002). A ferramenta foi útil na sistematização da investigação da orientação editorial, da profundidade analítica, dos espaços de fala, dos aspectos ligados à ética e aos direitos humanos, entre outros. Como as reportagens envolvem um trabalho de apuração num ambiente de difícil circulação e apuração local, além de oferecer riscos às equipes de reportagem, o autor buscou informações junto aos profissionais envolvidos na cobertura para uma compreensão mais ampla das circunstâncias de trabalho e das escolhas feitas ao longo do processo.

Os relatos feitos pelos profissionais da imprensa, aliados ao levantamento bibliográfico e documental sobre as dificuldades enfrentadas pelas equipes de reportagem em áreas conflagradas pela violência nos morros cariocas, permitiram o delineamento de uma rotina de muitos obstáculos, além de um estado permanente de tensão e de medo. É preciso também aliar outros revesses que fazem parte da dinâmica do telejornalismo e exercem influência no seu cotidiano: o pouco tempo para a produção das reportagens, a pressão pela produtividade, a necessidade de adequação das narrativas a uma práxis que exige objetividade e velocidade, além, é claro, dos limites estruturais concernentes a cada emissora.

Nos morros e favelas cariocas, o desafio dos repórteres começa pelo acesso. Depois de casos de violência, de sequestro e até da morte de profissionais da imprensa, as equipes passaram a acompanhar os acontecimentos mais distantes do ambiente onde se desenrola a ação da polícia, o que impede, ao menos em parte, o trabalho de observação e acesso a fontes

locais de informação. O resultado é o estímulo a uma narrativa baseada especialmente em fontes oficiais, com uma presença mais rara da comunidade e de outras vozes dissonantes. São histórias contadas muitas vezes exclusivamente na perspectiva das forças de segurança.

Vale destacar também que nenhuma dessas limitações ou dificuldades impostas às equipes de reportagem foi informada ao público na cobertura em questão. A Rede Globo, por exemplo, não compartilhou com os seus telespectadores a decisão de não subir morros em operações policiais como forma de preservar a integridade dos seus profissionais. De uma forma geral, é possível dizer que a cobertura ilustra a falta de transparência do telejornalismo sobre os seus métodos, processos e decisões. Sequer as imagens cedidas pela comunidade e pela polícia – usadas em todas as reportagens – foram creditadas devidamente. Para não fazer injustiça, é importante lembrar que a reportagem do SBT mencionou em off que as imagens haviam sido enviadas pela comunidade. O problema aqui não remete aos direitos autorais, mas à clareza sobre as circunstâncias e a origem dos materiais exibidos, em síntese, a atitudes que alimentem ou reforcem a credibilidade.

Porém, as dificuldades de acesso, de circulação e de apuração nos morros não são as únicas justificativas para uma linha editorial pouco crítica – às vezes até simpática – em relação à violência policial. A imprensa parece observar com certa naturalidade e apatia as injustiças, a violência, e a barbárie num ambiente onde os direitos e as garantias individuais são permanentemente relativizados ou ignorados.

Nem toda a história pode ser resumida entre mocinhos e bandidos. Na dinâmica da vida real, os papéis estão em constante troca. Assim, o jornalista precisa ter sensibilidade, atenção e empatia com todos os lados envolvidos no conflito para entender os fatos na sua dimensão e construir as narrativas que representem o acontecido na sua complexidade. É necessário ter como pressuposto o respeito aos direitos e à dignidade de todos antes e durante qualquer apuração.

É fundamental deixar claro que a reflexão proposta neste trabalho tem o foco nas reportagens e na cobertura do fato de uma forma mais ampla. E que o autor tem o conhecimento que ambas resultam de um trabalho coletivo, de uma

orientação editorial específica de cada telejornal e da subjetividade de cada produtor, repórter e editor na interpretação dos fatos e construção das narrativas. O objetivo não foi encontrar culpados, mas sim fazer uma reflexão sobre a cobertura e as suas circunstâncias de uma forma ampla, no intuito de colaborar com o aperfeiçoamento da área.

Moradores das comunidades são condenados à morte e executados diariamente, seja por traficantes ou por policiais criminosos. Os PMs julgam instantaneamente os suspeitos no ato de uma abordagem, muitas vezes, antes mesmo que sejam sequer identificados. Sem nome, são vítimas pela segunda vez quando os apresentadores dos telejornais anunciam sem qualquer dúvida: criminosos (pode ser também, traficantes ou bandidos) morreram em confronto com a polícia. Anônimos e caricaturizados, não merecem a empatia da opinião pública, que alimenta a cultura do “bandido bom é bandido morto”.

Assim, a ação policial, ao invés de críticas, recebe, muitas vezes, aplausos da imprensa mais desavergonhada. Alguns comemoram em silêncio mais uma vitória na guerra que acompanham pela televisão, mas que acontece não muito longe, nos morros e nas periferias. E se a chacina for realmente eficiente, o policial ainda corre o risco de ser homenageado pelo poder público, que age como se tivesse oferecendo um prêmio a um soldado que defendeu a soberania do país numa guerra contra outra nação. Um símbolo de como a sociedade enxerga as favelas e as suas comunidades. A forma como as narrativas foram construídas reforça este senso comum.

No dia 8 de fevereiro de 2019, a Polícia Militar do Rio de Janeiro subiu o morro do Fallet e invadiu uma casa em busca de traficantes. Ali, nove homens foram mortos com dezenas de tiros de fuzil e pistola. Todos os policiais envolvidos na operação saíram ilesos. Na mesma ação, porém em outros pontos da região, os PMs mataram mais seis jovens.

A cobertura jornalística no Jornal Nacional, Jornal da Record, Jornal do SBT e Jornal da Band, que formam o *corpus* desta pesquisa, não valorizou o fato na sua dimensão. Na Band, o acontecimento foi noticiado por meio de uma nota coberta de 39”, já somado o tempo do texto lido na cabeça pela apresentadora. Nenhuma das reportagens mostra uma entrevista sequer – seja ela um policial responsável pela operação, o comandante do batalhão, o secretário de segurança ou Governador do Estado, responsável pela gestão da segurança

pública em última análise – que pudesse responder, explicar ou justificar a operação que resultou em 15 mortos.

Mais do que não entrevistar e questionar o Estado sobre a ação, apenas o SBT informou ter tentado. Isso é um indício do pouco valor dado à notícia. Ao não mencionar sequer a tentativa de entrevista, é possível interpretar que, na avaliação das equipes dos telejornais, não havia a obrigatoriedade de explicações por parte dos responsáveis pela ação. De alguma forma, não ouvir ou sequer ter a iniciativa para tal significa não alimentar a discussão sobre os erros e acertos da operação, relativiza a tragédia, normatiza a violência policial e acomoda o senso comum.

Nas três reportagens e uma nota coberta que formam a cobertura do factual no dia 8 de fevereiro, apenas dois familiares foram ouvidos. Sabemos, a partir de uma destas entrevistas, que um dos 15 mortos era mototaxista. E isso é tudo que foi noticiado sobre as vítimas. Nada mais. Nenhum nome, idade, profissão, estado civil, etc. Segundo a nota coberta lida pela apresentadora do Jornal da Band, eram “bandidos”, “traficantes” e “criminosos”, embora os corpos ainda não tivessem sequer sido identificados. Uma cobertura que reúne desinformação, preconceito e equívocos jornalísticos.

As reportagens, exceto a do SBT Brasil, denominam o grupo como “suspeito”. A forma desumanizada de tratamento das vítimas, que não têm nome – não há sequer a informação sobre a identificação ou não dos corpos –, passado ou história, indica uma exploração única do conflito, das mortes e do acontecido. Não ajuda a compreensão das motivações, das consequências e, ainda menos, oferece qualquer possibilidade de saída ou solução para esta rotineira tragédia.

Além disso, reforça uma perspectiva maniqueísta do bem contra o mal, do nós contra eles, dos mocinhos contra os bandidos. Não explica, contextualiza ou problematiza questões tão complexas e importantes como a violência urbana, a violência policial, o tráfico de drogas e a ausência do Estado nas favelas. Nenhum dos seis conteúdos levados ao ar traz dados, discute os procedimentos adotados na operação do ponto de vista técnico ou ainda os limites legais da atuação policial.

A pauta rasa e sempre limitada ao registro do acontecido – mesmo assim, de forma claudicante – não problematiza, por exemplo, o treinamento equivocado dos PMs para a guerra – na qual o objetivo é destruir o inimigo e tomar o território –, os desvios e os crimes cometidos pelos soldados que são sustentados por uma cadeia complexa de atores e garante impunidade aos envolvidos, as condições precárias e o ritmo estafante de trabalho, além de uma estratégia que não oferece resultados significativos para as ações.

Vale destacar que, no dia seguinte ao fato, mesmo com tantas perguntas não respondidas e evidências de que tenha acontecido um extermínio no morro do Fallet, nenhum dos quatro telejornais voltou ao assunto. As vítimas seguiram anônimas, sem direito a uma história, à carteira de trabalho, a uma família em luto e ao lamento de amigos e parentes.

Afinal, quem eram esses jovens? Quais as circunstâncias que realmente envolveram a operação? Há provas ou indícios de um confronto? Os policiais que decidiram invadir a casa e atirar dezenas de vezes, muitas delas na cabeça e no peito das vítimas, agiram dentro da lei? O que dizem os procedimentos técnicos da polícia sobre este tipo de ação? Por que os PMs levaram os corpos já sem vida para o hospital? Por que a necropsia foi feita em poucos minutos, resultando em laudos superficiais e incompletos? O que dizem as investigações conduzidas pelas polícias que inocentam a conduta dos PMs? Qual o efeito da operação nos rotineiros conflitos entre facções criminosas na região? Os quatro maiores telejornais brasileiros silenciaram.

E se não fossem negros? E se não fossem pobres? E se não morassem em favelas? É dever do jornalismo mostrar que toda e qualquer vítima da violência urbana – independentemente da cor, da classe social e da origem – tem a sua história, deixa saudades e não pode ser naturalizada. É dever do jornalismo garantir a dignidade a todos e não colaborar com um esquema perverso que silencia e invisibiliza em vida e também na morte as suas vítimas e familiares.

Em contrapartida e apesar de tudo que já foi dito, a operação – que é alvo de denúncia na Defensoria Pública e investigação da própria polícia e do Ministério Público – recebeu o apoio aberto de autoridades que fizeram manifestações públicas de aprovação, independentemente daquilo que venha a

ser apurado. O governador do Rio de Janeiro foi um daqueles que chancelou a ação sem qualquer ressalva. Houve, inclusive, uma proposta de homenagem aos policiais na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pela “eficiência” na operação no morro do Fallet.

Vale lembrar que o Jornal Nacional e SBT Brasil levaram ao ar duas suítes no intervalo de tempo analisado nesta pesquisa. Estas reportagens, embora ainda deixem parte destas questões sem resposta, avançam numa abordagem mais crítica, já considerando a hipótese de extermínio por exemplo. Além disso, também trouxeram novas informações e imagens que reforçam esta linha de investigação. Ambas foram motivadas por um novo factual: o depoimento de familiares à Defensoria Pública. O que, mais uma vez, denota que os telejornais não tomaram a iniciativa nesta cobertura, não assumiram o protagonismo necessário de quem desempenha tão importante função na sociedade e de quem depende a democracia.

Por isso, é importante que o telejornalismo – em especial pela sua abrangência e influência nas mais diferentes classes sociais – seja permanentemente comprometido com os direitos humanos – denunciando quaisquer violações –, com a construção da cidadania – oferecendo informações e caminhos para que as pessoas tenham o protagonismo nas transformações das suas vidas – e com a cultura de paz – ao pautar a discussão que ultrapasse o factual e avance sobre as possíveis soluções para os conflitos.

Influenciar a opinião pública pode impactar também nas políticas públicas e, por consequência, ter um efeito importante na vida das pessoas. O poder da transformação social está na essência do jornalismo e ao alcance quase universal da televisão. É preciso exercê-lo, numa reafirmação do papel do jornalista na sociedade, ou corremos o risco de nos tornarmos dispensáveis.

Por mais que muitas vozes na imprensa apoiem este tipo de operação policial, apesar das mortes e de todas as suas circunstâncias – afinal, ela aconteceu numa área onde a lei que impera é a presunção da culpa –, é obrigação do profissional da imprensa o compromisso com a técnica profissional, com a ética e com os direitos humanos. Como diz o artigo 6º do código de ética da Fenaj, é dever do jornalista: “Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos [...] defender os princípios constitucionais e legais, base

do estado democrático de direito; defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias” (FENAJ, 2007).

7. POSFÁCIO

Este posfácio parte de uma reflexão teórica em torno de modelos de jornalismo idealizados por diferentes pesquisadores na perspectiva, essencialmente, da segurança pública (BEDENDO, 2013), da ética (CHRISTOFOLETTI, 2008; BUCCI 2000), dos direitos humanos (IJUIM, 2017) e da paz (GALTUNG, 2006).

Aliado a isso, o estudo aprofundado da cobertura da operação do morro do Falset – na perspectiva da violência policial, do narcotráfico e das favelas cariocas – e do contexto que a envolveu permitiu uma compreensão mais ampla das circunstâncias e dimensões do problema. Além disso, ofereceram uma série de provocações sobre as alternativas possíveis para a superação dos erros e das dificuldades apontadas nesta tese.

A trajetória desta pesquisa e a experiência acumulada do autor – 20 anos como jornalista: dez em redações de telejornalismo e outros dez como docente – estimularam a sistematização de sugestões para uma reorientação da cobertura da violência policial. As propostas visam o comprometimento com os direitos humanos, a cidadania e a construção da paz em áreas conflituosas.

Ao todo, são onze proposições, que estão detalhadas e justificadas a seguir:

- **Humanizar todos os personagens:** todos os lados do conflito possuem dramas que precisam ser evidenciados para gerar empatia e solidariedade. As vítimas da violência policial, mesmo quando em conflito com a lei, têm nome, sobrenome, histórias, motivações, famílias e suas circunstâncias de vida. Não podem ser resumidas a números ou alcunhas.
- **Rigor na qualificação das pessoas:** bandidos, suspeitos, traficantes e criminosos não são sinônimos. O problema é ainda mais grave quando se tratam de indivíduos que sequer foram identificados. Em muitos casos, não há qualquer preocupação com a nomenclatura. Por exemplo: o traficante seria alguém que já foi condenado pela justiça por tráfico de drogas? Ou basta que tenha sido denunciado por tráfico? Ou, ainda, que seja suspeito de

tráfico? Ou, que o policial o defina como tal, mesmo sem provas? São situações bastante distintas. Ignorar essas condições é um erro jornalístico e uma falha ética, sustentados pela desinformação e pelo preconceito.

- **Fugir da dualidade mocinho x bandido:** a cobertura da violência policial normalmente tem outros atores envolvidos no conflito, embora normalmente eles não ganhem visibilidade e não sejam ouvidos pela imprensa. A redução remete a uma luta do bem contra o mal e a um entendimento distorcido do problema. Portanto, é importante entender quem são os outros impactados pelo conflito e de que forma eles podem ter influência sobre o fato: a comunidade local, os comerciantes, os políticos que têm nos moradores da região a sua base eleitoral, as milícias, as organizações da sociedade civil, etc. Trazer outros pontos de vista alimenta o debate, permite uma compreensão mais ampla, aproxima a narrativa da real dimensão do fato e dos seus desdobramentos na vida das pessoas.
- **Qualificar e diversificar as fontes de informações:** uma operação policial com 15 pessoas mortas e nenhum policial ferido não pode ser contada apenas a partir do ponto de vista dos policiais. Isto não é circunstancial, é um erro técnico e um desvio ético inaceitáveis, embora comuns nestes tipos de cobertura. O jornalismo, sob qualquer hipótese, não pode se satisfazer única e exclusivamente com informações institucionalizadas. Na impossibilidade de ouvir as vítimas, os familiares, os vizinhos, a comunidade e as associações de moradores – mesmo que em off por questão de segurança –, informações de diferentes fontes precisam ser buscadas para que a narrativa não represente apenas o ponto de vista oficial dos homens da segurança pública. Organizações da sociedade civil e entidades que lutam pelos direitos humanos podem ser boas alternativas.
- **Estar comprometido com a paz:** em comunidades vítimas da violência do narcotráfico e da violência da polícia, é obrigação do jornalismo buscar vozes que acrescentem no debate em torno da

resolução dos conflitos e da pacificação. Num ambiente de desesperança, faz parte do compromisso pedagógico do jornalismo alimentar com informação o sonho da transformação. Pesquisadores que se dediquem ao tema, exemplos de iniciativas de outras comunidades que apresentam bons resultados e até mesmo pequenos projetos comunitários empenhados na cultura da não violência são algumas alternativas para pautas mais propositivas e menos reativas às tragédias.

- **Adotar a transparência em relação à produção da reportagem:** é justo e importante que a audiência saiba se a reportagem foi ou não até o local dos fatos – isso é indispensável para garantir ao repórter o trabalho de observação e de apuração qualificados – e se as informações fornecidas pela polícia foram ou não checadas com outras fontes. Circunstancialmente, explicar as decisões tomadas ao longo do processo de apuração e edição também podem emprestar credibilidade à narrativa. Por exemplo, esclarecer ao público que os mortos não foram identificados é uma atitude de respeito diante da impossibilidade de nominar as vítimas. Ou, ao contrário: avisar o público que os nomes serão omitidos para preservar os familiares. Ações simples, como identificar imagens cedidas por terceiros, também são fundamentais não só do ponto de vista dos direitos autorais, mas fundamentalmente da clareza na constituição do material que está sendo levado ao ar. Vale ressaltar que o crédito reclamado não é necessariamente o nome do autor – que pode ter sido preservado também por segurança –, mas a informação de que o material não foi captado pela emissora. Outro exemplo: a imagem de armas pretensamente apreendidas pela polícia junto a criminosos tem um valor menor se foi produzida pelos PMs e, outro bem maior se foi captada durante a operação pela equipe de reportagem que acompanhou as ações no local.
- **Contextualizar o conflito e as suas circunstâncias:** o tráfico de drogas, a violência policial, as desigualdades sociais, o desemprego e a miséria, entre outras questões, podem estar

interrelacionados e impactar numa cadeia de acontecimentos. Existe uma infinidade de possibilidades de desdobramentos para uma compreensão mais ampla do conflito, para uma discussão mais responsável que inclua dados, estatísticas, história e projeções que considerem a solução para a crise. A história não começa com a violência e, também, não pode ter nela um fim. Se o compromisso é com os direitos humanos e com uma cultura de paz, não pode mais haver espaço para registros descompromissados neste tipo de cobertura.

- **Não limitar a cobertura ao registro factual:** as dificuldades que fazem parte da rotina das equipes de reportagem no telejornalismo – pressão pelo *dead line*, o tempo curto dedicado a cada assunto no espelho do telejornal, os perigos e as limitações de circulação e acesso a fontes envolvidos na cobertura de operações policiais, entre outras... – colocam como uma importante alternativa a realização de reportagens produzidas, aquelas que são descoladas dos fatos do dia. Outra possibilidade é ‘suitar’ a reportagem factual. As suítes, no jargão jornalístico, são as reportagens que tratam dos desdobramentos da cobertura de um fato de grande relevância nos dias seguintes ao acontecido. Isso também garantiria tempo e as condições necessárias para uma discussão de fundo, que ultrapassasse os limites do registro. É claro que devemos cobrir os acontecimentos do dia a dia da forma mais completa possível. Porém, a pauta realizada distante do calor do ocorrido permite o exercício da criatividade e da diversidade na definição das fontes, dos enfoques e na construção da narrativa. Acima de tudo, pode ser a oportunidade para importantes discussões deixadas de lado na cobertura do dia.
- **Criar canais ativos de comunicação com a audiência:** o telejornalismo precisa aproveitar a sua abrangência, o seu alcance e a credibilidade que carrega para se aproximar do público e se colocar como um parceiro na fiscalização do poder e das instituições. Nas favelas, onde o acesso da equipe de reportagem é sempre limitado, estabelecer uma via de contato ativa – que

estimula a conversação e responde à interação – pode significar o acesso a informações que normalmente não circulam na imprensa. É fundamental que o jornalista seja visto como um parceiro, um defensor dos direitos humanos, das liberdades e das garantias individuais. As histórias não podem seguir sendo contadas sob a perspectiva de quem enxerga a comunidade e os conflitos somente a partir da polícia. A realidade é complexa e o problema tem muitas dimensões.

- **Acompanhar de forma rigorosa os desdobramentos:** a violência policial, como demonstrado nesta pesquisa, é um problema complexo que envolve uma série de falhas de diferentes aparelhos do Estado. O policial que executa alguém na favela é uma parte do crime. Há a colaboração do investigador que não junta as provas necessárias ao processo, do perito que produz um relatório de necropsia incompleto, do Ministério Público que pede o arquivamento e do juiz que, por fim, enterra as poucas esperanças de justiça alimentadas por familiares. Diante destas circunstâncias, é preciso estar atento a cada passo, dar visibilidade para as investigações e denunciar a impunidade quando for o caso. A equipe de reportagem que noticiou o fato deve também ter a iniciativa, independentemente de ser pautada pela redação, de acompanhar a evolução caso. O assunto exige do jornalista – além das virtudes profissionais conhecidas – memória, coragem e atitude.
- **A mudança exige uma atitude militante:** como este trabalho mostrou, existe uma dinâmica, uma roda viva, que movimenta as coberturas jornalísticas em torno da violência policial. E a mudança desejada não pode depender de uma reorientação editorial de cima para baixo, ditada pelas chefias ou pela direção dos departamentos de telejornalismo. A violência policial, como já dito, é alimentada por uma cultura de preconceito, racismo e manutenção do *status quo*. Lembra do “bandido bom é bandido morto”? A parte do jornalismo nessa transformação passa pela sensibilização dos profissionais que estão na linha de frente – repórteres e repórteres

cinematográficos – e daqueles que integram a equipe na redação – produtores e editores – para que a partir do seu poder de convencimento e argumentação, seja construído um novo modelo de cobertura. Essa discussão precisa também entrar nas salas de aula dos cursos de jornalismo. E o caminho possível é a partir da sensibilização feita por professores na discussão do tema e da necessidade de uma cobertura comprometida com os direitos humanos e a construção da paz. A mudança depende das pessoas – nas redações e nas salas de aula –, cientes das dificuldades e também das possibilidades de fazer diferente, que podem lutar por valores que devem ser compartilhados por todos os jornalistas: a dignidade, a ética e a justiça. O desafio é imenso, mas os argumentos são fortes e sólidos para o convencimento do grupo por um jornalismo comprometido, acima de tudo, com a vida, com a democracia e com a história.

A violência policial retratada neste trabalho é coletiva, estatal, estrutural e cultural (CIIP, 2002), mas é tratada pela imprensa como se fosse uma iniciativa isolada, sem conexão com outros acontecimentos, sem histórico e sem relação com a ação política. É importante colocá-la no contexto da sua existência e perpetuação. Essas onze proposições têm também o objetivo de fazer do telejornalismo uma importante ferramenta para as mudanças necessárias para a construção da paz, a garantia das liberdades e dos direitos das comunidades que vivem nas favelas e nas periferias brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ADORNO, Sérgio. **A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada**. Sociedade e Estado: revista do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, v. X, nº 2, p. 299-342, jul-dez 1995. BARBOSA, Maria Cristina Brito.

ANDREONI, Manuela; LONDOÑO, Ernesto. 'Licença para matar': por trás do ano recorde de homicídios cometidos pela polícia no Rio. NYT: Rio de Janeiro, 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/pt/2020/05/18/world/americas/rio-abuso-policial.html> Acessado em: 21.12.20

ANJ. **Código de Ética e Autorregulamentação**. Associação Nacional dos Jornais, 1991. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/institucional/codigo-de-etica-e-autorregulamentacao> Acessado em: 20.08.2020

ARBEX, J. **O Poder da TV**. São Paulo: Scipione, 2001

ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia – Passo fundo-RS**, CAPEC, Paster Editora, 1998

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BAGNO, Silvana. (2016) **Memória, pertencimento e identidade em narrativas de moradores do Fallet, Rio de Janeiro**. (TESE) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11539>

BARBOSA LIMA, Fernando. **Nossas câmeras são os seus olhos**. In.

BARBOSA LIMA, Fernando, PRIOLLI, GRABIEL & MACHADO, Arlindo. **Televisão & Vídeo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.7-16

BATISTA, N. **Mídia e sistema penal no capitalismo tardio**. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro, Ano 7, n. 12, p. 271-288, 2º sem. 2002.

BECKER, Beatriz. **A Linguagem do Telejornal**: Um estudo da cobertura dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. E-Papers Serviços Editoriais, 2005, 2º edição.

BEDENDO, Ricardo. **Segurança Pública e Jornalismo – desafios conceituais e práticos no século XXI**. Florianópolis: Insular, 2013

BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **Violência, povo e polícia**. Editorial. São Paulo: Brasiliense, 1983

BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. In: **Mídia & Direitos Humanos**/ coordenado por Veet Vivarta. pesquisa Guilherme Canela. --- Brasília : ANDI; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; UNESCO, 2006.

BERNSTEIN, B. **Pedagogy, Symbolic Control and Intenditity**. London: Taylor and Francis, 2000.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1992.

BONAMIGO, I. S. **Violências na contemporaniedade**: etnografia de redes sociotécnicas na cidade de Chapecó (SC), 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUCCI & KEHL, M. R. **Videologias** – ensaios sobre a televisão. São Paulo: Bomtempo, 2004.

BUSTAMANTE, Enrique. **La televisión económica**. Financiación, estratégias y mercados. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999. 379 p.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMA, Mariana Pimenta. **O crime espetáculo na tela**: entre a realidade e a ficção. 2009. 88 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CANO, Ignacio. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CANNITO, Newton. **A Televisão na Era Digital**: Interatividade, Convergência e Novos Modelos de Negócio. São Paulo: Summus, 2010.

CARAMANTE, André. **Letalidade da PM é escandalosa, diz diretor da Anistia Internacional no BR**. Ponte Jornalismo, 2014. Disponível em: <https://ponte.org/letalidade-da-pm-de-sp-e-escandalosa-diz-diretor-da-anistia-internacional-no-brasil/> Acessado em: 22.12.2020

CAPRIGLIONE, Laura. Os mecanismos midiáticos que livram a cara dos crimes das polícias militares no Brasil. In: **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015. Capítulo 7. E-book.

CAREY, J. W. The Press, Public Opinion, and Public Discourse, in Glasser, T. e Salmon, C. (ed.), Public Opinion and the Communication of the Consent, New York, Guilford Press. 1995.

CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A PAZ (CIIIP). **O estado da paz e a evolução da violência**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/111/democracia-racial-e-homicidios-de-jovens-negros-na-cidade-partida>

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e Poder**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008. 128p.

CHRISTOFOLETTI, R., & BECKER, D. (2020). **Retos para la adopción de la transparencia en la agenda de ética periodística en América Latina**. Sintaxis, 1(5), 11-30. <https://doi.org/https://doi.org/10.36105/stx.2020n5.01>

CRAFT, Stephanie; HEIM, Kyle. **Transparency in Journalism: Meanings, Merits, and Risk**. In: LEE, Wilkins, CLIFFORD, Christians (eds.) The Handbook of Mass Media Ethics. Nova York e Londres: Routledge, 2009.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DINIZ, Adriana Leite. **Jornalismo em Segurança Pública: uma nova postura na cobertura da violência urbana no Brasil**. Trabalho apresentado no Programa de Pós-Graduação em Docência no Ensino Superior do Instituto A vez do Mestre. Rio de Janeiro, 2006.

EMERIM, Cárilda. **O texto na reportagem de televisão**. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, RS, 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0879-1.pdf>

ERNESTO, Laurindo. **“Era proibido voltar para redação sem o boneco”**. In: RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

Folha de São Paulo (1992). In: Banco de dados TV-Pesquisa PUC-Rio. Acesso em: 15.12.2019.

FILHO, Ciro Marcondes. **A Saga dos Cães Perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000

FENAJ. 2007. Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, ES. Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf. Acesso em: 20/12/2016.

FIJ. 1954. Federação Internacional de Jornalistas. **Declaração de Princípios da FIJ sobre a conduta dos jornalistas**. Bordéus, França. Disponível em: <http://www.ifj.org/es/la-fip/declaracion-de-principios-de-la-fip/> . Acesso em: 20/12/ 2016.

FREIXO, Marcelo. Polícia e direitos humanos. In: **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015. Prólogo.E-book.

FREIRE FILHO, João. **A sociedade do espetáculo revisitada**. Revista Famecos. Porto Alegre. N. 22, p.33-46, dezembro de 2003.

GALTUNG, Johan. **Cobertura de conflitos**: uma introdução ao jornalismo para a paz. Cidade do México: TUP México, 2006.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo**. Cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1997

GOULART RIBEIRO, Ana Paula. **História da televisão no Brasil**. Ana Paula Goulart Ribeiro, Igor Sacramento, Marco Roxo, (orgs.) – São Paulo: Contexto, 2010. Memória Globo – Time Life <https://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/caso-time-life/>

GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**. São Paulo: Ed. Francis, 2003.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Transparência editorial**: a credibilidade jornalística à luz dos sistemas de gestão da qualidade. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v-11, ed-20, p.196 a 209, 2014.

HALL e outros (1993) “A produção social das notícias : Os “mugging” na mídia in Nelson Traquina (org.) **Jornalismo** : Questões, Teorias e Práticas , Ed. Vega, Lisboa, pp.226.

HAYECK, C. M. (2009). **Refletindo sobre a violência**. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 1(1). Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10353>

HERRERA, Joaquín Flores. **A reinvenção dos direitos humanos**. / Joaquín Herrera Flores; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: 1977, p. 344.

IJUIM, J.K. 2012. **Humanização e desumanização no jornalismo**: Algumas saídas. Revista Comunicação Midiática, 7(2):117-137. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/196> . Acesso em: 27/07/2016.

Indústria cultural da violência: uma análise da cobertura telejornalística do assassinato de 12 estudantes no bairro de Realengo, Rio de Janeiro, abril 2011. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

INTERVOZES. **Guia Mídia e Direitos Humanos**. Intervezes: São Paulo: 2014.

JUNQUEIRA, Juiana. **Telejornalismo e violência**: o processo de construção e desconstrução da cidadania em notícias sobre violência. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

LEVINE, P. **Getting Practical about Deliberative Democracy**, in Gehring, Verna V. e Galston, William A. (ed.), Philosophical Dimensions of Public Policy, London, Transaction, 2002.

LISBOA, Silvia; BENETTI, Marcia. **O jornalismo como crença verdadeira justificada**. Brazilian Journalism Research. V. 2, N. 2. Brasília: SBPJor, 2015.

KARAM, F. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

KARAM, Maria Lúcia. **Violência, militarização e 'guerra às drogas'**. In: Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015. Prólogo.E-book.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003

KUCINSKI, Bernardo. **Mídia e Tolerância**: a ciência construindo caminhos da liberdade. Margarida Maria Krholing Kunsch e Roseli Fischmann (organizadoras) – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. A história de Tadeu. In: **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015. Capítulo 15. E-book.

MAIA, Marta. **A regra da transparência como elemento democratizador no processo da produção jornalística**. Revista BJR - Brazilian Journalism Research, v. 4, n. 2, 2 sem. 2008.

MAIOLINO, A. L. G. **Espaço Urbano: conflitos e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

MALIN, Mauro. Repórter do *Estadão* quebra tabu e sobe morro no Rio. Observatório de imprensa [documento digital], 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/reporter-do-estadao-quebra-tabu-e-sobe-morro-no-rio/> Acessado em: 12.12.2020

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão economia, social e política**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MCCOMBS e SHAW. **The Agenda Setting Function of Mass Media**, in Opinion Quarterly, v. 36, no 2, 1972.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Deficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade**. São Paulo: Revista Matrizes, Ano 2 – nº 1 segundo semestre de 2008.

_____. **Ciência e Jornalismo – da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

_____. **Entrevista – O diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986.

MEDITSH, Eduardo. **Filosofia de Paulo Freire e práticas cognitivas no jornalismo**. In: Comunicação e Educação. São Paulo, 2003.

MENA, Fernanda. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015. Capítulo 1. E-book.

MENDONÇA, Kléber. **O Rio contra o crime**: relatos de uma “guerra” televisionada. Revista Famecos. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 124-145, jan./abr. 2012

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência** no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.

MUSUMECI, Leonarda. **Estatísticas de Segurança**: para quem servem e como usá-las. In: RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

NATALINO, M. A. C. (2006). **O discurso do telejornalismo de referência : criminalidade violenta e controle punitivo**. (Tese). Universidade do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/10258>

NEGRINI, M. **Autoridades sob o olhar de Datena**: uma análise do discurso do programa Brasil Urgente. RuMoRes, [S. l.], v. 1, n. 2, 2008. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2008.51113. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51113>. Acesso em: 6 dez. 2020.

NEGRINI, Michelli. **Criminosos e vítimas no telejornalismo: um estudo do Jornal Nacional e do Jornal da Band**. CES REVISTA, Juiz de Fora, v. 29, n. 2. p. 67-81, ago./dez. 2015.

NETO, João Elias da Cruz. **Reportagem de televisão**: como produzir, executar e editar. Petrópolis: Vozes, 2008.

NOBRE, Carlos. **Direto do front**: notas sobre reportagem e narcotráfico no Rio de Janeiro Carlos Nobre. Revista Alceu: v.6 - n.11 - p. 104 a 119. PUC-RIO, 2005.

OLIVER, R.W. **What Is Transparency?** New York: McGraw-Hill, 2004

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS; 2002.

PARK, Robert. **A notícia como forma de conhecimento – Um capítulo da sociologia do conhecimento** . In STEINBERG, C (organização). Meios de comunicação de massa. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1970.

PAIVA, Rogério. **Crime e Media**: A violência no Brasil massificada no exterior por meio de telejornais brasileiros. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV**: manual de telejornalismo. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991

PAUL, Nora. **Some paradoxes of privacy**. Journal of Mass Media Ethics, vol. 9 n.4, pp. 228-230, 1994

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, segunda edição, 2006.

PIOVESAN, Flávia (Orgs.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

PORTO, M. S. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Tempo Social, São Paulo, USP, v. 21, n.2, p.211-233, 2008.

POZENATO, K. M. M. **Retórica e jornal televisivo**. Caxias do Sul: Educus, 1997

PROFISSIONAL A. Depoimento para o autor. 17 de dezembro de 2019. 09:30.

PROFISSIONAL B. Depoimento para o autor. 22 de dezembro de 2019. 16:25.

PROFISSIONAL C. Depoimento para o autor. 17 de dezembro de 2019. 18:20.

PUDDEPHATT, Andrew. **A importância da autorregulação da mídia para a defesa da liberdade de expressão**. Unesco, Série Debates, CI-Nº9. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Autorregulacao_da_midia_PORT.pdf

RELATÓRIO aponta que Forças de Segurança violaram 30 tipos de direitos durante Intervenção. G1, Rio de Janeiro, 27 set. 2018. Disponível: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/27/relatorio-aponta-que-forcas-de-seguranca-violaram-30-tipos-direitos-durante-intervencao.ghtml>
Acesso em: 27.12.2020

REZENDE, G. J. **Telejornalismo no Brasil: Um perfil Editorial**. São Paulo: Summus, 2000

REDU, Nathália Sheika e NEGRINI, Michele. **A morte no telejornalismo: o olhar de jornalistas e de advogados sobre a apresentação do caso Bernardo no Jornal Nacional**. Revista Razón y palabra. v. 20, n. 3_94, p. 938 - 984, jul - set. 2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). Poder Judiciário (35. Vara Criminal da Capital). **Processo nº 0271912-17.2013.8.19.0001**. Autor: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Réus: Edson Raimundo dos Santos e outros. Juíza de Direito: Daniella Alvarez Prado. Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2017/07/sentenca-amarildo.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2020.

ROCHA, Daniella Guedes. **Imprensa e Favelas, Representações e Políticas**. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0416-1.pdf>

ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI** — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROQUE, Átila. **Letalidade da PM é escandalosa, diz diretor da Anistia Internacional no BR**. Anistia Internacional. Disponível em: <https://anistia.org.br/imprensa/na-midia/letalidade-da-pm-e-escandalosa-diz-diretor-da-anistia-internacional-br/> Acessado em 03.08.2020

ROSE, D. **Análise de imagens em movimento**. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

RUDNICKI, Dani. **A Polícia (brasileira) contemporânea no Estado Democrático de Direito** in SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., and RUSSO, M., orgs. **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**[online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. Cenários do conhecimento series, 533 p. ISBN 978-85-386-0386-3. Available from: doi: 10.7476/9788538603863. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/ycrrp/epub/santos-9788538603863.epub>.

SANTOS, J. V dos. **Microfísica da violência, uma questão social mundial**. In: Ciência e Cultura (on line). São Paulo, v. 54, n.1, p.22-24, Jun-Set 2002. Disponível em: <<http://www.cienciaecultura.bvs.br/scielo>>. Acesso em: 28 Set. 2007.

SILVA NETO, Gabriel Lage da. **Discursos do medo: sensacionalismo e banalização da violência na televisão brasileira**. 2015. 90 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante: 2006

SOARES, Luiz Eduardo. **Justiça: pensando sobre violência, crime e castigo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias. In: **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015. Capítulo 2.E-book.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2. ed., 2006.

SOUZA e SILVA, Jailson de. O que é favela, afinal? / organizador: Jailson de Souza e Silva. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Percival de. **Nos autos são encontrados réus e testemunhas**. O jornalista prefere vê-los como personagens. In: ALVES, Carla Cristina Costa.

Nelson Rodrigues e a reportagem policial: realidade x ficção. Monografia de graduação em Comunicação Social. Rio de Janeiro, Uerj. Disponível em: Cadernos da Comunicação, publicação da Secretaria Especial da Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2001.

SQUIRRA, Sebastião. **Boris Casoy**: o âncora no telejornalismo brasileiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SZPACENKOPF, Maria Izabel. **O Olhar do poder**: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TEIXEIRA, Luciano. **A identidade das vítimas na representação da violência no telejornalismo**: a cobertura do JN e do Profissão Repórter no território dos morros cariocas. 2009. 223 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social da UFJF

VEIGA, Maria Zaclis. **Telejornalismo: mobilização ou constrangimento? : a construção da imagem na notícia de violência social**. 2000. 164p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/284008>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol. 18, nº 1, p. 3-12, 2004.

TRASEL, Marcelo Ruschel; LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo; VINCIPROVA, Giulia Reis. (2018) **Indicadores de credibilidade no jornalismo**: uma análise dos produtores de conteúdo político brasileiros [Trabalho completo publicado no XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 05 a 08 de junho de 2018]. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179623>

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983

VIEIRA, Geraldinho. **Complexo de Clarck Kent**: são os super-homens os jornalistas? São Paulo: Summus, 1991.

VIVARTA, Veet. **Mídia & Direitos Humanos**/ coordenado por Veet Vivarta. pesquisa Guilherme Canela. --- Brasília : ANDI; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; UNESCO, 2006.

VIZEU, Alfredo. **A Sociedade do Telejornalismo**. VIZEU, Alfredo (org.) São Paulo: Editora Vozes, 2008.

WEBER, Max. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo, Cultrix, s/d, p.56

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**: teoria crítica da televisão. São Paulo. Editora Ática, 1996

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Porto Alegre: Sulina, 2003.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

APÊNDICE A – PROFISSIONAL A

Depoimento dado no dia 22 de dezembro de 2019, às 16h25, pela profissional da Rede Globo, envolvida na cobertura exibida no Jornal Nacional

AUTOR: Fale, por favor, sobre o primeiro contato da equipe com a informação, o trabalho de apuração no local, a orientação editorial, a ausência do nome das vítimas, o uso de imagens de terceiros sem crédito e outros tópicos que tu avalies importante.

Não sei precisar de que forma a informação chegou à redação, mas acredito que da mesma maneira que outras notícias desse tipo chegam: relatos de moradores ou pela própria PM que costuma divulgar o balanço de cada operação que realiza.

A notícia de que 13 (a princípio tínhamos a informação de que eram 13) pessoas morreram numa operação policial era um fato grave. O número tão grande de mortos numa única incursão da PM no morro acendeu um alerta na redação. O que teria acontecido ali? Como essas pessoas morreram? Como foi a ação da polícia? Teria havido excesso? Seria uma execução? Todas essas perguntas pairavam no ar. Não sabíamos detalhes, mas era grave a ponto de merecer uma matéria no Jornal Nacional.

Fomos ao hospital Souza Aguiar, no centro da cidade, para onde os baleados na ação policial tinham sido levados e lá conseguimos algumas informações de parentes. Existe uma grande dificuldade em gravar com moradores de comunidades. A maioria tem medo de se expor: medo da polícia e medo do traficante. Mas com muita insistência, conseguimos uma entrevista de uma senhora que levantava a hipótese de execução. Todos confirmavam que as vítimas tinham envolvimento com o tráfico, mas que foram assassinadas sem chance de defesa.

Naquele dia, ainda sem muitas informações concretas sobre o que tinha acontecido, levamos ao ar uma matéria em que a versão oficial da PM era confrontada com a de moradores que diziam ter havido uma execução. Apesar

do tempo curto da reportagem, registramos a dúvida sobre a legalidade dos resultados da operação.

A orientação é não entrar em comunidades onde há atuação do tráfico ou da milícia. Qualquer intenção de fazer uma reportagem em morros e favelas tem que ser comunicada para que as equipes de segurança avaliem o local e decidam sobre a viabilidade da gravação.

No caso dessa reportagem, vale lembrar que a região do Fallet, Fogueteiro e do morro da Coroa convive com as disputas entre traficantes há muito tempo. São morros vizinhos e dominados por facções rivais. Onde os confrontos são constantes. E, naquele momento, havia ameaças de invasão do território por parte de traficantes que queriam estender seus domínios. Numa região como essa, o trabalho se torna muito arriscado - principalmente em momentos de tensão como o que estávamos registrando.

Apesar de haver uma orientação clara para não entrarmos em comunidades dominadas pelo crime organizado, cada caso é avaliado. Há situações em que entramos com a devida segurança e depois de uma análise de risco do local. Mas em regiões conflagradas, o risco é muito alto. Acredito que em comunidades onde o clima está tenso, onde os confrontos são iminentes, fica evidente o motivo de não entrarmos.

Mas veja: alguns dias depois da primeira reportagem, a Defensoria Pública convocou a imprensa para participar de uma reunião na associação de moradores do Fallet - no alto do morro - e nossa equipe estava lá. Participamos da reunião e ouvimos os moradores que se dispuseram a falar.

Não poder estar no local onde os fatos aconteceram limita, claro, o trabalho da imprensa. Mas cabe a nós buscarmos outras maneiras de dar voz a essas pessoas e apurar o que de fato, como aconteceu. Estivemos no hospital e ouvimos alguns relatos lá. Estivemos na reunião da Defensoria com os moradores do Fallet onde ouvimos outros moradores. Acompanhamos o trabalho da Defensoria. E fizemos ainda uma longa entrevista com a mãe de dois meninos mortos na ação. Em mais de uma ocasião, inclusive, encontrei com ela.

Na primeira reportagem, ouvimos uma moradora na porta do hospital. A única que se dispôs a gravar uma entrevista. Mas mesmo nas proximidades da comunidade, não é fácil ouvir moradores. A maioria não quer falar, muito menos se identificar. Moradores de áreas violentas se sujeitam a uma espécie de lei do silêncio. Que não deixa de ser a lei da sobrevivência.

Nós usamos vídeos enviados por moradores e também imagens fornecidas pela PM sobre o balanço da operação. Informamos sobre a fonte dessas imagens sempre que necessário para o entendimento da reportagem ou quando essa informação tem relevância. Nesse caso, não mencionamos a origem das imagens por entender que estava subentendido. Como você pode observar, foi uma reportagem curta e muitas vezes para que fique no tempo, temos que escolher as informações mais relevantes sem que haja prejuízo na narrativa. Uma escolha - sempre - muito difícil de se fazer.

Acredito que o telejornalismo tem, sim, papel fundamental na discussão sobre a violência policial, sobre o que alimenta o narcotráfico, qual a melhor forma de enfrentar o problema e quais as consequências dessa guerra para a população.

No Rio de Janeiro, a violência marca presença todos os dias nos telejornais locais. Numa cidade onde o embate entre a polícia e o tráfico é diário, onde os confrontos deixam vítimas todos os dias, não basta noticiar o balanço de uma operação ou lamentar mais mortos a cada amanhecer. O jornalismo deve questionar a política de segurança, confrontar ações duvidosas da polícia, denunciar abusos, dar voz aos desprotegidos e vulneráveis.

No jornalismo local, o espaço pra essa discussão é maior. Num jornal de alcance nacional, como o JN, que precisa dar espaço para reportagens de norte a sul do país, pode acontecer de não termos tempo para aprofundar algumas discussões.

No caso da segunda reportagem, me lembro que a versão original era maior. Mas tivemos que fazer cortes para caber no tempo predeterminado pelo jornal. A ideia inicial era usar a mãe dos meninos novamente no fim da reportagem, mas não deu tempo.

O governador tinha divulgado um vídeo enaltecendo a ação policial, apesar da suspeita de execução. E usamos o vídeo com a posição oficial de um governo que já tinha sido claro ao afirmar que a polícia deveria “mirar na cabecinha” e atirar em quem estivesse portando um fuzil. Ou seja, no vídeo o governador legitimava uma política de segurança baseada na letalidade, na execução sumária e na maior letalidade do estado.

Não me recordo se tínhamos os nomes dos jovens assassinados na operação. Assim como não me recordo de nenhuma orientação para não darmos os nomes. Não houve isso. Tínhamos os nomes dos dois irmãos mortos, mas não divulgamos para preservar a identidade e a segurança da mãe que nos deu entrevista. Há outros detalhes na cobertura. Moradores diziam que os jovens tinham sido esfaqueados (cheguei a dar no RJTV). Mas depois o laudo do IML não era categórico. Aí o JN ficou na dúvida de bancar. Todos eram traficantes e a comunidade confirmava isso. Aí surgiu a dúvida se eles teriam atacado os PMs dentro da casa ou se foram executados de fato sem chance de defesa. Não havia testemunhas. O que também deixava a gente numa situação difícil para cravar a execução. Tínhamos relatos horríveis de facadas, cortes em forma de letras na testa, etc. Mas não conseguimos comprovar. Enfim, no JN o cuidado é sempre provar todas as denúncias e como isso não foi possível, a matéria ficou burocrática e formal.

APÊNDICE B – PROFISSIONAL B

Depoimento dado no dia 17 de dezembro de 2019, às 9h30, pelo profissional da Record TV envolvido na cobertura da operação exibida no Jornal da Record.

AUTOR: Fale, por favor, sobre o primeiro contato da equipe com a informação, o trabalho de apuração no local, a orientação editorial, a ausência do nome das vítimas, o uso de imagens de terceiros sem crédito e outros tópicos que tu avalies importante.

Eu lembro que que a equipe estava no IML, ali no Centro do Rio de Janeiro, fazendo uma outra matéria, quando uma moradora ali do Fallet-Fogueteiro, chegou e disse: ‘estão matando os meninos! Corram lá que estão matando os meninos!’ Muito nervosa, ela parecia conhecer os meninos que estavam dentro dessa casa. Imediatamente ligamos para a direção da Record Rio e eles nos mandaram imediatamente pra lá. Quando a equipe chegou ali, na entrada daquele complexo de favelas na região central, estava tudo fechado. Os policiais não autorizavam a entrada na comunidade. Depois de um tempo, vimos alguns colegas entrando e a gente seguiu para aquela rua principal que dava acesso ao morro. Fomos de carro e vimos uma tensão muito grande. Tinha BOPE, tinha batalhão de choque e muitos moradores revoltados falando ‘eles estão matando os meninos, eles querem matar os meninos’. E eu me recordo que quando a gente chegou, a informação que a gente tinha, era da tensão. Era muita tensão. Existia um risco muito grande para a imprensa além da possibilidade de ter um tiroteio a qualquer momento. Mas o que a comunidade pedia era ‘pelo amor de Deus, salvem os meninos’. Depois ficamos sabendo que eles já estavam mortos. A comunidade falava muito revoltada com a situação. Eram muitas mulheres, não sei se namoradas ou parentes, mas muitas mulheres falavam que eles foram com o objetivo de matar. Entendeu? Eles foram, descobriram o QG, e foram com objetivo de matar segundo os moradores. Isso vem muito ao encontro da política do Wilson Witzel de ‘atirar na cabecinha’. Muita gente que votou nele estava arrependida porque acabou sendo uma política bastante populista no sentido de

que bandido bom é bandido morto, que ia dar tiro de fuzil na cabecinha de bandido, sendo que ali eram suspeitos. A gente acaba no outro dia envolvido em outras coberturas e não acompanhando. Acho que isso é um erro do jornalismo, sabe? Do jornalismo factual. Enquanto estávamos lá, conseguíamos perceber apenas a tensão. Existia uma névoa a respeito desse assunto. Depois ganhou a proporção de 13 suspeitos mortos. Depois, soubemos que foram 15 incluindo dois menores. Várias entidades, a OAB, começaram a pressionar o governo para tentar entender o porquê dessa matança. Eu não continuei acompanhando esse caso. Era horrível estar ali cobrindo. Eu lembro que encontrei uma colega do SBT que me falou 'qualquer coisa se abaixa e fica ao lado da roda do carro, se abaixa'. As pessoas assustadas com a matança e nós da imprensa não sabíamos exatamente o que acontecia.

E para quem está de fora da área jornalística, quem não mora no Rio de Janeiro, não tem a dimensão do perigo que nós jornalistas estávamos correndo ali, porque é uma área conflagrada como diversas comunidades. Eu estava até com colete balístico. Alguns colegas não estavam justamente porque foram deslocados de outras matérias para ir para lá. Não sabíamos a quantidade de pessoas que estavam ali mortas. Nós tínhamos a informação daquela senhora de que 'estão matando os meninos, querem matar os meninos'. E quando nós chegamos, a polícia parecia, de uma certa maneira, incomodada com a nossa presença ali. Eles impediram inicialmente que a gente atravessasse (a rua) e colocaram muito medo na gente. A situação não está boa, está tudo fechado e os moradores não estão saindo. Era um estado de sítio. A gente foi de pouquinho em pouquinho chegando até lá. Encontramos uma comunidade revoltada gritando, muitas mulheres na rua, e um clima de tensão muito grande. Eu lembro que a gente trabalhava seis horas por dia no Rio. A gente fez hora extra se eu não me engano. Com relação à polícia, eles não falavam com a imprensa. E quem ficou tentando um porta voz da polícia foi a produção. E, como a equipe já estava extrapolando hora extra na televisão, foi preciso retornar para a emissora. Aí ficou a cargo da produção. No local, era impossível. Clima de guerra. O clima de tensão sempre existiu nos morros por todos os lados. Quem conhece a geografia do Rio sabe o perigo. A gente estava ali imerso naquilo. A gente corria risco e não sabíamos ao certo sobre as vítimas ou suspeitos porque a polícia passou a

informação que eram bandidos. A informação que tínhamos era essa aí: que a polícia chegou e foi recebida a tiros e revidou. Depois, a equipe ficou sabendo que não foi bem assim. Então, durante toda a matéria, trabalhamos com a ideia de suspeitos. Foi o que a polícia passou para a produção. Mas no local é impossível falar com alguma autoridade. Em meio a uma guerra, todo mundo tenso, com arma, ninguém quer falar. E o superior não estava ali onde a imprensa ficou

Então o Balanço Geral é um programa mais popular que cabe ao entretenimento. Cabe fofoca. Cabe ao jornalismo sério. Eu lembro que quando chegamos no local fizemos várias entradas ao vivo no Balanço Geral. E nas entradas ao vivo a gente falava da dificuldade do acesso. Falava do medo falava do medo dos moradores. Lembro isso perfeitamente. Demos voz à comunidade falando: 'olha os moradores aqui estão dizendo que eles são inocentes, mas a polícia diz que houve uma troca de tiros'. A polícia tinha confirmado aquele problema para a produção. E informalmente os policiais, antes mesmo da gente ingressar no miolo da situação, confirmaram que eram bandidos, que tinham traficantes, que estavam dentro de uma casa que era um ponto de tráfico. A polícia chegou lá. Eles revidaram. Os policiais tiveram que atirar. Essa informação que a gente tinha. Porém, como nós vimos a comunidade, as mulheres, o drama daquelas pessoas – eram namoradas, eram parentes, eram tias – falando que eles eram inocentes. Tratamos como suspeitos. De uma maneira geral, no jornalismo ao vivo, eu acho que isso pode ser até um problema a ser discutido, né? A equipe relata o que está acontecendo no momento. Isso acontece o tempo inteiro no Rio de Janeiro, são várias emissoras, principalmente Record, Band e SBT. De narrar o que está acontecendo e ir apurando conforme o desenrolar. Se eu gosto disso? Eu preferia ter apuração. Mas uma apuração de um caso nebuloso demora semanas, meses... E às vezes nem chega. E quando tem algo errado, nem chega pra gente. A polícia esconde. Com relação ao tratamento de suspeitos, tratamos como suspeitos porque a polícia disse que eram bandidos. A comunidade disse que não. Eu não podia afirmar isso, que eles eram inocentes. A gente sabe que não é assim que a banda toca. Infelizmente também e eu preferi trata-los como suspeitos.

APÊNDICE C – PROFISSIONAL C

Depoimento dado no dia 17 de dezembro de 2019, às 18h20, com a profissional do SBT, responsável pela cobertura da operação no SBT Brasil.

AUTOR: Fale, por favor, sobre o primeiro contato da equipe com a informação, o trabalho de apuração no local, a orientação editorial, a ausência do nome das vítimas, o uso de imagens de terceiros sem crédito e outros tópicos que tu avalies importante.

Recebemos a pauta sem muitos detalhes: tiroteio no Fallet, notícias de mortos, corre para lá. Lá é uma área bem complicada e perigosa. A pressão para fazer a matéria é a mesma de sempre: temos um deadline, então temos que ficar atentos. O motoqueiro também ficava na cola, pegando as imagens para que já pudessem estar na ilha, decupadas, quando o texto chegasse.

Sempre usamos colete. No início eram uns coletes que não seguravam nada, depois, pegaram um bem pesado, que mal dava para correr. Depois, o peso diminuiu. Mas quando o bandido mira, mira de qualquer jeito, né? E só tínhamos proteção para o peito, cabeça e pernas ficavam descobertas. Mesmo o colete não protege. Vi um policial do BOPE morrer na nossa frente, pegamos com exclusividade isso, porque a bala bateu no chão, ricochetou e passou por debaixo do colete. Uma loucura.

A apuração sempre foi feita na raça, metendo a cara, se expondo. Nem sempre as redações sabem dos riscos reais. Já teve fuzil apontado para a equipe porque mandaram para um endereço errado dentro da Vila do João, na Maré. Em outra oportunidade, nos mandaram para a Rocinha, perto da rua um porque um morador ia nos pegar lá para uma matéria de comportamento. O cara não apareceu, mas apareceram vários bandidos com fuzis, um deles ficou rodeando nosso carro. Depois, descobrimos que a associação de moradores não tinha dado autorização para subirmos. muita sacanagem.

Não acho que a maioria dos jornais tenha interesse em se aprofundar. É puro sensacionalismo, quanto mais mortes, melhor. Se for de bandido, então...

As matérias são curtas, não há análise, não há questionamentos. É mais do mesmo. É como se fosse a visão do poder, da polícia militar, chegando na local de submissão da população. Comecei a me sentir um abutre. Nossas dificuldades são quebrar esses estereótipos; direitos humanos virou uma coisa ruim, ligada a bandidos, como se, mesmo eles, não tivessem o direito de se defender. Parece receita de bolo. Como o tempo é curto, segue-se uma receitinha: a polícia entrou, os bandidos reagiram e foram mortos. Segundo a PM, todos têm ligação com o tráfico de drogas. E está tudo bem errado. Desde a forma como a gente cobre até a forma como a PM age aqui.

Uma vez, na cobertura da morte de um adolescente na Maré, houve manifestação e nós, a imprensa, fomos com os moradores. Em um dado momento, a PM veio no sentido oposto, atirando! A gente gritava: são moradores, é imprensa. E dane-se, continuaram atirando. Surreal.

Uma vez ouvi - acho que do Freixo: no Brasil é preto matando preto, pobre matando pobre - porque a PM é preta e pobre tb. Á a polícia que mais mata e a que mais morre.

Sobre os nomes. Não deu o nome porque eles não têm nome, são invisíveis para a sociedade, afinal, são bandidos, não são gente. Só davam nome para bandidão chefe. Ou se depois se comprovava que o morto era inocente. Daí, como a família do menino me escreveu uma vez: você mata a pessoas duas vezes.

Gostaria muito que essas coberturas mudassem, que não se cobrisse tiroteio como uma forma sensacionalista. Nas comunidades moram muitas pessoas de bem, que sofrem demais com tudo isso. Acho que tem de humanizar mais, deixar o espetáculo de lado. O que mostrar um tiroteio muda a sociedade????

Alguns meninos suspeitos se esconderam dentro de uma casa. Eles queriam se render. A polícia cercou a casa e os familiares vieram falar (conosco) pedindo para interceder. 'Eles vão ser mortos e tal' Aí eu olhei aquela casa. A casa estava com os meninos dentro e a polícia lá fora. Aí fomos até o cara que estava comandando. Falamos para o comandante: 'olha só, estamos filmando tudo. Se mais um desses meninos sair morto daqui, a gente tá filmando! Porque a gente sabe que eles querem se render. A família está dizendo que eles querem se

render. Então fica por sua conta. Filmamos tudo!'. Ele falou com os outros policiais e os meninos saíram presos. No dia seguinte, fomos fazer o rescaldo dessa operação lá no morro e uma das mães chegou, puxou uma outra, e falou assim: esses aqui salvaram seu filho. Fiquei tão emocionada! Pode me julgar, dizer o que for, porque lá na redação eu ouvi muito... ah, que legal, salvou o bandido e tal. Mas eu acho que todo mundo tem direito a um julgamento justo né. Não é justo no Brasil mas tem direito a um julgamento, seja bandido, o que for, porque eles tinham que sair daquela casa vivos e serem julgados. É isso!